



Universidade Federal  
de Campina Grande



**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

**EMANUEL JEOVÁ MEDEIROS SOUSA**

**O RACISMO NA ESCOLA:  
O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO  
MULTIDIMENCIONAL**

**SUMÉ - PB  
2023**

**EMANUEL JEOVÁ MEDEIROS SOUSA**

**O RACISMO NA ESCOLA:  
O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO  
MULTIDIMENCIONAL**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.**

**Orientadora: Professora Dra. Ivonildes da Silva Fonseca.**

**SUMÉ - PB  
2023**



S725r Sousa, Emanuel Jeová Medeiros.

O racismo na escola: o papel social da educação no enfrentamento do racismo multidimensional. / Emanuel Jeová Medeiros Sousa. - 2023.

116 f.

Orientadora: Professora Dra. Ivonildes da Silva Fonseca.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Racismo multidimensional. 2. Racismo na escola. 3. Enfrentamento ao racismo. 4. Educação étnico-racial. 5. Discurso racista. 6. Ensino inclusivo. I. Fonseca, Ivonildes da Silva. II. Título.

CDU: 316.347) (043.2)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**EMANUEL JEOVÁ MEDEIROS SOUSA**

**O RACISMO NA ESCOLA:  
O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO  
MULTIDIMENCIONAL**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professora Dra. Ivonildes da Silva Fonseca.  
Orientadora – CDSA/UFCG**

---

**Professora Dra. Teresa Cristina Furtado Matos.  
Examinadora Externa – UFPB**

---

**Professor Dr. Wallace Gomes Ferreira de Souza.  
Examinador II – UACIS/CDSA/UFCG**

**Trabalho aprovado em: 14 de abril de 2023.**

**SUMÉ - PB**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha eterna gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho e para o meu processo de formação pessoal e profissional.

Primeiramente, agradeço aos meus pais Rosa Barbosa de Medeiros Sousa e Manoel Barbosa de Medeiros, por sempre me incentivarem e apoiarem em todas as etapas da minha vida. Sua dedicação e amor incondicional foram fundamentais para a minha trajetória até aqui.

Também quero agradecer à minha irmã Maria Eduarda Medeiros Sousa, por compartilhar comigo suas ideias e conhecimentos, e por ser uma inspiração constante para mim.

Minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ivonildes da Silva Fonseca, merece uma menção especial, pois sua orientação, apoio e incentivo foram essenciais para que eu pudesse concluir este trabalho com sucesso. Sua sabedoria e experiência foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também a minha turma de mestrado como um todo, que proporcionou um ambiente colaborativo e estimulante para o meu aprendizado. Em especial, gostaria de agradecer à minha dupla Silmara Ferreira Marques, pela parceria e ajuda mútua durante todo o processo.

Não posso deixar de mencionar minha banca avaliadora, composta pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Teresa Cristina Furtado Matos e pelo Prof. Dr. Wallace Gomes Ferreira de Souza, por sua disposição em avaliar meu trabalho e por seus comentários e sugestões valiosas.

Agradeço também ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO, por me proporcionar essa oportunidade de aprendizado e crescimento profissional. Seu corpo docente e discente foi essencial para a minha formação.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para este período de intenso aprendizado. Vocês foram fundamentais para a minha formação e sou muito grato por todo o apoio, incentivo e ensinamentos que recebi.

## RESUMO

Nosso intuito com esta dissertação é discutir os efeitos do racismo na educação brasileira, tendo como recorte analítico as cidades de Afogados da Ingazeira – PE e Tabira – PE que fazem parte do Sertão do Pajeú. A ótica deste trabalho científico tem como base o debate sobre os desdobramentos do racismo enquanto um problema social nacional na região do sertão pernambucano, focando especificamente no modo como a escola se comporta perante as discussões dessa temática, abordando a forma como os alunos/as e professores/as observam o racismo e sua presença na sociedade. A questão que orientou nosso processo de pesquisa foi: *Quais as concepções dos estudantes e professores do ensino médio das cidades de Afogados da Ingazeira – PE e Tabira – PE acerca do racismo no Brasil?* Dentro desse espectro buscamos analisar o fator do discurso racista no contexto social, por isso nosso principal objetivo se fixou em: *Identificar a compreensão de professores e estudantes do ensino médio sobre a questão do racismo brasileiro, problematizando os elementos presentes no discurso racista e analisando sua construção histórico-social.* O espaço escolar enquanto meio de socialização e local de aprendizado foi extensamente discutido, observando o papel da escola no combate ao racismo e as brechas existentes no sistema educacional que proporcionam a sua disseminação, investigando o modo como esse problema se estabelece e afeta a vida dos estudantes no cotidiano escolar, analisando principalmente o impacto psicológico desses efeitos na formação identitária, cultural e cidadã dos/as estudantes negros. Em conclusão constatamos diversos problemas do sistema educacional que contribuem para a propagação do racismo, esse balanço não se propôs a estabelecer a escola como o “problema” ou a “solução” para o fim do racismo, apenas reafirmamos a necessidade da consolidação de um ensino antirracista norteado por uma proposta inclusiva que remodele esse cenário de violência.

**Palavras-chave:** Racismo; educação; discurso; ensino inclusivo.

SOUSA, Emanuel Jeová Medeiros. **Racism in school:** the social role of education in confronting multidimensional racism. 2023. 116f. Master Thesis (Mestrado Profissional de Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2023.

## **ABSTRACT**

Our intention with this dissertation is to discuss the effects of racism on Brazilian education, using the cities of Afogados da Ingazeira - PE and Tabira - PE as analytical focal points, which are part of the Sertão do Pajeú region. The perspective of this scientific work is based on the debate on the unfolding of racism as a national social problem in the Pernambuco's hinterland region, focusing specifically on how schools behave towards discussions on this topic, addressing how students and teachers observe racism and its presence in society. The question that guided our research process was: What are the conceptions of high school students and teachers in the cities of Afogados da Ingazeira - PE and Tabira - PE about racism in Brazil? Within this spectrum, we sought to analyze the factor of racist discourse in the social context, which is why our main objective was to identify the understanding of high school teachers and students about the issue of Brazilian racism, problematizing the elements present in racist discourse and analyzing its historical-social construction. The school environment as a means of socialization and a place of learning was extensively discussed, observing the role of the school in combating racism and the existing gaps in the educational system that provide for its dissemination, investigating how this problem is established and affects the daily life of students, analyzing mainly the psychological impact of these effects on the identity, culture and citizenship formation of black students. In conclusion, we found various problems in the educational system that contribute to the propagation of racism. This assessment did not aim to establish the school as the "problem" or the "solution" for ending racism, we only reaffirm the need for the consolidation of an anti-racist education guided by an inclusive proposal that remodels this scenario of violence.

**Keywords:** Racism; education; speech; inclusive Education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1	ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	13
1.2	O RACISMO E A SOCIOLOGIA.....	23
1.3	SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO.....	32
<b>2</b>	<b>RACISMO PSICOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O INDÍVIDUO NEGRO.....</b>	<b>35</b>
2.1	SOBRE A ORIGEM DO RACISMO BRASILEIRO.....	36
2.2	DAS QUESTÕES PSICOLÓGICAS DO RACISMO.....	42
2.3	RELAÇÃO DE COR E RAÇA: O TOM DA PELE E O RACISMO NO BRASIL.....	46
<b>2.3.1</b>	<b>A questão da cor da pele entre as alunas e os alunos das escolas Arnaldo Alves e monsenhor.....</b>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA EDUCAÇÃO E A SUA LIGAÇÃO COM A PROPAGAÇÃO DO RACISMO.....</b>	<b>58</b>
3.1	PERFIL DAS/OS PROFESSORAS/ES ENTREVISTADAS/OS.....	59
3.2	O PAPEL DA ESCOLA: A EDUCAÇÃO E SEU POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE.....	60
3.3	O RACISMO NO MEIO ESCOLAR.....	66
<b>3.3.1</b>	<b>A prática do racismo na escola.....</b>	<b>69</b>
<b>3.3.2</b>	<b>As falhas do ensino e sua ligação com o fenômeno do racismo.....</b>	<b>72</b>
3.4	O RACISMO NA PERSPECTIVA DAS ALUNAS E DOS ALUNOS.....	76
<b>3.4.1</b>	<b>O racismo na perspectiva das professoras e dos professores entrevistados</b>	<b>82</b>
<b>4</b>	<b>A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ENQUANTO MÉTODO.....</b>	<b>87</b>
4.1	A BNCC E O NOVO ENSINO MÉDIO.....	89
4.2	A FUNÇÃO DA ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO.....	91
<b>4.2.1</b>	<b>Projetando o ensino antirracista.....</b>	<b>96</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O racismo como aponta MBEMBE (2014, pág.66) “consiste, antes de tudo, em converter em algo diferente, uma realidade diferente”, uma espécie de negação da realidade ou mais propriamente dito a criação de uma realidade paralela individual que condena o diferente e assume a posição de detentor da “verdade” e dos verdadeiros costumes, a mentalidade racista julga a face do outro, à ignora e “faz-se renascer das profundezas da imaginação um rosto de fantasia, um simulacro de rosto, até uma silhueta que, assim, substitui um corpo e um rosto de homem” MBEMBE (2014, pág.66).

Enquanto fenômeno social o racismo se apresenta como parte das relações sociais que em todas as suas representações refletem os aspectos culturais de uma sociedade, tomando o Brasil como exemplo é verossímil observá-lo um grande centro do racismo, a cultura brasileira como representação do social possui uma ligação profunda com o racismo.

Ao associarmos o fenômeno do racismo com a lógica da cultura pretendemos com isso demonstrar o caráter enraizado desse problema, trazendo a discussão para uma análise sócio-histórica do racismo do âmbito cultural brasileiro. “Cultura” é um conceito vasto e cheio de significados, para o historiador Michel de Certeau o sentido está associado aos efeitos que ela provoca na sociedade, para CERTEAU (2010, p.193-194) “cultura” pode designar diversas coisas, podendo ser “a imagem, a percepção ou a compreensão do mundo próprio a um meio (rural, urbano, nativo etc.) ou a uma época (medieval, contemporânea etc.)”, assim como “comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadros de referência e cujo conjunto, coerente ou não caracteriza uma sociedade como diferente das outras”, ou mesmo “um sistema de comunicação, concebido segundo os modelos elaborados pelas teorias da linguagem verbal”. É um conceito amplo, no entanto é possível apontar existência do racismo em todas as possibilidades de entendimento do que é cultura elencadas por Michel de Certeau, isso evidencia também o vasto espaço ocupado pelo racismo na sociedade brasileira, em uma análise histórica conseguimos encontrar o racismo na própria construção do sentido de identidade brasileira.

A discussão sobre “o que é ser brasileiro?” sempre figurou como uma das maiores preocupações da intelectualidade brasileira, sobretudo no início do século XX quando o país estava vivendo o início do republicanismo e a elite intelectual buscava encontrar uma imagem de nação para o Brasil, tentou-se dar corpo a um ideal de brasilianismo movido por um desejo de europeização da cultura brasileira, nesse sentido fica evidenciado o movimento de menosprezo ao africanismo diante do projeto de país que almejavam construir, a negação dessas

raízes culturais foi/é um fenômeno impactante dentro dos sentidos históricos e sociais do Brasil, os rumos dessa transição histórica denotam o panorama da realidade atual do país, uma sociedade edificada no propósito de marginalizar grande parte da sua população, sobretudo a parte preta, como aponta SCHWARCZ (1995, pág.182). “Seja na representação mestiça de finais do século XIX, seja na reelaboração culturalista dos anos 30, eis que o tema da identidade e da busca de uma singularidade local aparece novamente transvestido nesse país tão afeito à criação de novos mitos de brasilidade”.

A resposta para o questionamento “o que é ser brasileiro?” possui uma ligação com o sentimento racista que a sociedade se empenhou em cultivar, diversos caminhos teóricos foram tomados na tentativa de encontrar uma solução para esse questionamento, porém não existe uma resposta satisfatória para uma indagação sobre a identidade brasileira enquanto nação que fuja à lógica do racismo, a sociedade brasileira em sua maioria consolida a estrutura racista, o racismo criou raízes profundas na cultura brasileira e hoje é naturalizado em quase todas as suas formas e expressões, essa naturalização é histórica, não existe um recorte temporal no período pós-colonização onde o negro não se encontre inferiorizado na sociedade, a construção dessa imagem serve também como um dos suportes no fortalecimento do racismo, o negro escravizado, marginalizado e subjugado é a tela pintada pela elite econômica branca que representa os seus verdadeiros interesses políticos.

Nos últimos anos, o Brasil se viu refém do ultraconservadorismo político que tomou conta do país, esse processo reforçou a onda neoliberal e abriu espaços para o agravamento das mazelas sociais que já estavam latentes, o racismo é parte desse processo, nesse período uma elite branca fascista ataviada como neoliberal deu as caras, uma elite que não se importa com a mudança desse cenário de violência racial que o Brasil alimenta, a presença do racismo na pauta das classes hegemônicas se dá no uso do discurso sobre esse para seus próprios interesses, distorcendo a lógica central da causa social para propagar uma noção ideológica que favoreça o intento de produção do capital e que reforce as estruturas das relações de poder.

Tratando especificamente do racismo, um dos fatos mais alarmantes na nossa sociedade é falta de conhecimento sobre esse tema, embora seja um problema social onipresente é notado um sério desconhecimento, esse fator contribui de maneira inequívoca para expansão do racismo que se alastra pelos meios cultural e social, dessa forma a engrenagem social permanece girando e reproduzindo os mesmos meios de marginalização e violência, sem dúvida o desconhecimento sobre o que é o racismo é um dos meios para a sua propagação, enquanto grande parte da sociedade ignora ou permanece na ignorância diversas vítimas vão sendo feitas

na difusão do racismo, sendo por vezes o desconhecimento um dos motivos do ato de violência racial.

A hipótese trabalhada nessa pesquisa se baseia na premissa de que a sociedade está profundamente ligada ao racismo, sendo a ignorância da ampla maioria da população um fator basilar dessa questão, esse não é o ponto determinante mas tem enorme contribuição na configuração desse cenário de violência, o racismo também é usado como uma ferramenta de submissão das classes inferiores, a elite hegemônica usufrui desse fenômeno social para a viabilização da manutenção das relações de poder. Quando estabelecemos essa linha de pensamento entendemos que a compreensão do que é o racismo envolve diversos fatores que em primeiro momento parecem não ter ligação direta, por isso é fundamental aguçar a visão para observar as nuances desse processo, analisando a chamada estrutura social na qual o racismo opera.

A ideia da estrutura na análise do fenômeno do racismo é popular, para a qual a formulação teórica do professor Silvio Luiz de Almeida<sup>1</sup> extrapolou o micronúcleo acadêmico e passou a permear o famigerado senso comum, é comum nos depararmos com a afirmação de que “o racismo é um problema estrutural”, esse pensamento parece estar dominando o discurso e o imaginário social que se contenta com essa formulação, como diz o sociólogo Jessé Souza<sup>2</sup>: “virou moda nos últimos tempos falar de “racismo estrutural” como uma espécie de palavra-chave que supostamente abriria todas as portas do “segredo” do racismo”.

Essa situação se faz problemática quando observamos que boa parte das pessoas que utilizam desse discurso não compreendem o seu real significado, isso não quer dizer que a análise do racismo enquanto um problema que se estabelece na estrutura complexa de uma sociedade é uma visão distante da realidade, pelo contrário, essa é uma teoria amplamente aceita no meio acadêmico, porém no senso comum o termo “racismo estrutural” parece ser usado em um propósito definitivo, onde alguns indivíduos usam para mostrar algum conhecimento, mas não compreendem o real significado ou a ideia por trás da teoria, isso é perigoso pois a discussão não pode se fechar em um discurso simplório, baseado, fixado em um termo.

A falta de conhecimento sobre a temática racial fertiliza o campo social para disseminação dessa forma de violência, no entanto, quem ou quais são os principais responsáveis por tornar a população ciente das faces do racismo? Embora seja uma tarefa que

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

<sup>2</sup> SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil** [Versão eletrônica]. 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. P. 44

atinge diversos segmentos da sociedade a resposta mais comum para esse questionamento aponta para a escola, uma das estruturas sociais onde o racismo está presente e ainda assim carrega para muitos a responsabilidade de fazer os indivíduos aprenderem sobre o ele.

A escola enquanto instituição não se apresenta como a solução para o fim do racismo, tampouco é a rede de ensino a causadora desse fenômeno social. O racismo está além do alcance da instituição escolar, é um processo entrelaçado com a própria cultura, no entanto é inegável a importância que a escola possui na desconstrução de preconceitos e mitos que reforçam esse problema, mesmo não sendo a “salvação” o sistema de ensino é um núcleo crucial na luta contra o racismo.

Uma pesquisa acadêmica que responda satisfatoriamente a pergunta “o que é o racismo?” deve estabelecer seus pontos de análise em todos os núcleos das chamadas instituições sociais, vasculhando minuciosamente a presença desse fato e trazendo à tona a repercussão e os efeitos disso na vida de indivíduos, de todas as etnias. Logicamente essa não é a intenção desta discussão, pretende-se estabelecer um campo de análise, unicamente, dentro do âmbito educacional, questionando o papel da escola e o comportamento do sistema de ensino brasileiro diante do racismo que diariamente oprime a maior parcela da população, sobretudo jovens negros que sofrem e vivem violência racial na sua versão mais crua.

Embora não seja a pretensão desta pesquisa deter-se a todos os aspectos do racismo é importante definir que, nesse trabalho científico adotamos a teoria do sociólogo Jessé Souza de *racismo multidimensional*<sup>3</sup>, ideia que expõe o racismo como um fenômeno histórico-social de múltiplas formas, algumas não tão visíveis a todos mas ainda assim presentes na dinâmica social, dentre as variantes dessa multidimensionalidade se encontra o *racismo racial* que expressa a característica racial do racismo, ou seja, existem possibilidades de manifestação do racismo multidimensional onde o aspecto da “raça” não é o ponto central, no entanto nos centramos no aspecto racial desse fenômeno, sendo os efeitos dessa questão na população negra o nosso principal foco, isso se justifica na lógica de que esse grupo representa a maior parcela dos indivíduos afetados por esse problema.

O racismo possui muitas faces, encaramos diariamente diversas dessas, mas, por vezes, não notamos devido ao sucesso do processo de naturalização do preconceito. Mesmo aguçando todos os sentidos e observando pela lupa da sociologia é difícil perceber todas as variações e formas que o racismo apresenta, os contornos são remodelados ininterruptamente o que possibilita a adaptação desse fenômeno sociocultural, cavando cada vez mais fundo seu espaço

---

<sup>3</sup> Teoria aborda no livro: *Como o racismo criou o Brasil*.

na cultura e no imaginário social. A percepção de todas as manifestações do racismo é quase impossível, até mesmo os alvos da violência racial tem dificuldades em notar todos os aspectos do racismo na vivência cotidiana, mesmo sofrendo na pele o impacto desse fenômeno as situações ocorrentes criam possibilidades para o encobrimento das ações racistas, as intencionalidades estão “escondidas” nos comentários preconceituosos, no olhar de indiferença ou até mesmo na omissão social diante da violência policial aos jovens de periferia, ou seja, situações que nem sempre são encaradas como fruto do racismo.

A percepção da maioria das manifestações do racismo requer um preparo empírico, esse estudo é crucial para o próprio combate desse fenômeno sociocultural, essa preparação precisa estar presente principalmente no campo escolar, esse processo é necessário quando o objetivo é enfraquecer os efeitos e a presença do racismo, nesse sentido a formação das crianças e adolescentes é um elemento chave para o questionamento desse sistema de violência. Quando a educação (familiar, escolar e social) não dá conta da preparação dos jovens para o combate a violência, isso se torna o cenário perfeito para a perpetuação do mesmo sistema hostil, conduzindo um imenso processo de reprodução das formas de preconceito que dão vazão a práticas racistas.

O fato do racismo possuir tantas ramificações e estar invariavelmente presente no nosso meio cultural sempre atraiu a atenção de diversos pesquisadores, e o racismo enquanto objeto de estudo vem sendo um dos temas mais abordados na contemporaneidade, foi nesse núcleo que se deu desenvolvimento dessa dissertação, nesse estudo que pretende revisitar a temática racial e apontar elementos que deem continuidade à discussão, trazendo caminhos teóricos para a interpretação social que reforcem a importância desse tema, apresentando questionamentos que movimentem esforços para a análise e o combate do racismo, notar ou tentar expressar a existência desse problema não é suficiente, por isso direcionamos nossa atenção para a elaboração de uma proposta de ação no âmbito educacional.

Esta pesquisa científica dedicou-se a observar as faces do racismo no ambiente escolar, traçando um paralelo entre o viés histórico desse problema e a maneira como isso está sendo absorvido e reproduzido por alunos e professores da rede estadual de ensino em Pernambuco, contrapondo essas visões e analisando como esses indivíduos o compreendem, abordando também o modo como o esse fenômeno social é discutido nas escolas e como isso pode interferir na formação de opinião desses sujeitos sobre o tema.

O paradigma do racismo no Brasil remete a uma questão histórica, os traços que distinguem a sua natureza são constantemente estudados e questionados, esses esforços necessitam estabelecer uma continuidade, como dito anteriormente o racismo ganha novas

roupagens diariamente, nesse sentido justifica-se a escolha do tema na suma importância da abordagem sociológica na perspectiva racial, a sociologia tem um papel central no estudo das desigualdades e tem no racismo um campo de estudo extraordinariamente vasto que precisa ser constantemente explorado, mantendo o debate vivo para criar mais espaços e campos resistência que simbolizam a chama viva de uma esperança de transformação.

Atualmente os índices de violência evidenciam uma parte do impacto do racismo na atual conjuntura social, segundo o Atlas da Violência de 2020, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídio em 2018, esse dado simboliza apenas uma fração do racismo racial em sua manifestação prática, ou seja, representam um ponto factual facilmente observável na análise desses índices, no entanto o racismo possui um âmbito simbólico não tão evidente mas que figura no imaginário social, um processo que se dissemina por meio de discursos que se projetam como um aparato de divulgação desse fenômeno.

Os discursos que orbitam a questão racial no Brasil merecem uma atenção especial mediante sua capacidade de emular os meandros da mentalidade cultural, com isso dando elementos para uma tradução os efeitos do processo histórico de branqueamento ideológico<sup>4</sup>, pesquisas em torno dessa temática podem revelar aspectos ainda não notados dos meios existentes de propagação do racismo, atribuindo uma análise sobre a importância dada ao assunto no sistema de educação, rediscutindo uma temática que não pode perder sua potencialidade.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de encontrar elementos que contribuam para expandir nosso conhecimento sobre a sociedade, mais precisamente sobre os problemas que afligem a vivência em comunidade. É possível identificar o racismo como um dos problemas existentes mais prejudiciais a nossa sociedade, boa parte dos gargalos sociais brasileiros encontram explicação nesse fenômeno sociocultural, esta proposta de pesquisa teve as manifestações do racismo como o norte, tendo a escola como palco de propagação mas também de luta contra o racismo, nesse sentido as contribuições do nosso estudo podem ser observadas tanto em sua forma prática, como na teórica onde está versada a principal discussão.

No aspecto teórico a proposta atuou mobilizando discussões em torno da análise dos discursos presentes na disseminação do racismo, buscando traços dessas narrativas tanto no âmbito construção ideológica social do século XX, quanto na configuração do senso comum da

---

<sup>4</sup> Um processo de inculcação dos símbolos referentes a branquitude, uma espécie de lavagem cerebral que impõe aos indivíduos a ideia do branco como o centro da sociedade, aspecto presente na mentalidade social que por vezes é associada e reforça os efeitos do racismo no contexto social.

sociedade atual, captando esses aspectos a partir do panorama de conhecimento apresentado por professores e alunos, objetivando com isso denotar a ligação do estrutura histórica de construção do discurso racial enquanto violência simbólica com a mentalidade desses indivíduos atualmente.

No plano prático a pesquisa oferece ferramentas para análise e o combate do racismo no meio escolar, discutindo o papel da educação e sua atuação no combate ao racismo com base no ensino, apresentando dados que podem ser alvo de discussão de professores e alunos nas salas de aula, com isso propondo um modelo de ensino antirracista que ofereça condições para a construção de um ensino inclusivo, não só no aspecto racial mas de maneira geral, tendo como referência as regiões de Afogados da Ingazeira – PE e Tabira – PE onde a pesquisa está localizada.

Todos os pontos levantados edificam o argumento da importância dessa pesquisa no combate ao racismo, a proposição se baseia em atuar reafirmando a educação como ponto focal dessa luta, apontando as falhas desse sistema que podem fazer do espaço educativo um ambiente de propagação do racismo, tem-se como meta, também, analisar o desempenho da escola na formação desses agentes críticos do racismo, explorando os meios existentes para direcionar ações que promovam a conscientização da juventude estudantil, instrumentalizando e incentivando esse público na luta pela desconstrução desse fator no cenário social.

## 1.1 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Os procedimentos metodológicos se fixaram no campo da crítica da mentalidade social enquanto preceito ideológico. A estratégia dessa disposição tem suporte na análise do fenômeno do discurso, discutindo a lógica dos significados simbólicos da violência racial e seus parâmetros sociopolíticos.

A análise em torno do discurso que se propôs realizar se apoia em conceitos das teorias de Michel Foucault e Michel Pêcheux. Embora os caminhos teóricos desses dois pensadores tenham proposições fundamentalmente distintas é possível encontrar elementos que os aproximam, fazendo as teses funcionarem em uma ação complementar que edifique a noção de discurso que se pretende adotar.

Dentro da lógica foucaultiana o conceito de “enunciado” tem uma posição central, essa ideia é recorrente na bibliografia de Foucault e nos ajuda a entender o sentido que o “discurso” assume nesse alinhamento teórico, nesse sentido o filósofo francês esclarece: “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação

discursiva”<sup>5</sup>, essa é apenas uma das inúmeras definições que ele atribui ao discurso em seus escritos científicos, o autor reconhece a significação “flutuante” que ele atribui a palavra “discurso”: “ora domínio [geral de todos os enunciados, ora grupo individualizável de enunciados, ora prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados”<sup>6</sup>, isso torna evidente a recorrente ligação entre a ideia de discurso e enunciado, deixando claro a importância dos enunciados nesse método de análise do discurso já que sem eles “a língua não existiria”<sup>7</sup>.

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apoia em conjuntos de signos, que não se identifica nem com a "aceitabilidade" gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para se realizar, um referencial (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); um sujeito (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); um campo associado (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização). (FOUCAULT, 2008, p. 130)

De maneira geral o enunciado está associado ao discurso já que se apoia nas significações simbólicas presentes, porém ele não pode ser visto de maneira desconexa ou mesmo individual, o enunciado não é uma unidade frasal ou simplesmente uma proposição linguística, tem elementos próprios que trazem significação no processo de associação com outros enunciados no conjunto de um discurso, dessa maneira a função do enunciado tem como características: um *referente* (nesta pesquisa estará associado de maneira recorrente a figura do negro e as interpretações sociais que o racismo possui), um *sujeito* que assume o sentido de uma “posição” a ser ocupada por qualquer indivíduo (esse indivíduo tem na sua posição de classe um papel crucial em sua construção cultural simbólica dentro da nossa dissertação, essa característica nos aproxima da teoria de Michel Pecheux que diverge de Foucault no sentido atribuído ao “sujeito”, porém será assumida a lógica de sujeito de Pecheux para caracterizar o indivíduo e a sujeição em Foucault para tratar dos elementos do discurso) ao se apropriar de um discurso, um *campo associado* (já que o enunciado não existe isoladamente) e uma *materialidade* (as formas concretas nas quais o discurso aparece, sejam textos, falas ou outras representações simbólicas).

Não existe uma definição concreta e definitiva para o que vem a ser o “enunciado” para

---

<sup>5</sup> Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. P. 132

<sup>6</sup> Ibidem. P. 90

<sup>7</sup> Ibidem. P. 96

Foucault, o autor deixa pistas das formas como isso pode ser interpretado, deixando claro que não se trata de uma questão sólida e explícita como uma regra da linguística, seria muito mais um aparato essencial para construção de um proposição discursiva, ainda sobre isso o autor determina que:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2008, p. 98)

Outro conceito fundamental na teoria do discurso de Foucault é o de *formulação discursiva*, se o enunciado possui especificidades inerentes ao contexto temporal em que é utilizado, a formação discursiva é o que permite a organização desse amontoado de enunciados que vem a ser a estrutura do discurso, é o pertencimento a uma formação discursiva que trará o caráter lógico de um agrupamento de enunciados.

Ao demarcar uma formação discursiva no intuito da análise de enunciados construímos a correlação dos dois conceitos, não existe maneira de escapar a essa regra já que “a análise do enunciado e a da formação são estabelecidas correlativamente”<sup>8</sup>, assim se faz importante definir o que é uma formação discursiva, Foucault compreende formação discursiva ou sistema de formação como:

Um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 2008, p. 98)

A outra base que compõe o direcionamento metodológico da análise do discurso está na tese do filósofo francês Michel Pêcheux, nesse campo teórico encontra-se a noção de ideologia que é desconsiderada por Michel Foucault em sua ordem do discurso, a ligação do indivíduo com a classe social é determinante no processo de formação discursiva, dessa forma o sentido do discurso não existe em si mesmo, ele é determinado pelas posições ideológicas determinadas no contexto histórico e social onde as proposições são produzidas e disseminadas. O sentido encontrará corpo nas redes de memória que são estabelecidas na formação dos discursos, isso atrela a conotação ideológica ao significado dos enunciados que serão reproduzidos pelos

---

<sup>8</sup> Ibidem. P. 132

indivíduos.

O discurso se entrelaça à disposição das classes sociais e por ele podemos captar a situação social e as identidades que se apresentam na argumentação e na formulação ideológica, esse aspecto também nos põe perante as estratégias de dominação atravessadas em cada indivíduo, o discurso revela a política da sociedade e suas lógicas de controle das massas, dessa forma a compreensão do racismo não pode se desprender desse viés, a aceitação social e a inércia da grande massa tem na reprodução do discurso um enorme amparo.

Tendo elucidado a característica teórica que o discurso assume nessa pesquisa, pode-se explicar que a análise discursiva que se encontra neste estudo não está relacionada a investigação de textos políticos referentes a segmentos ideológicos presentes na sociedade, a análise do discurso está fixada nas simples expressões cotidianas que conduzem a característica do racismo brasileiro, nos elementos simbólicos que carregam um significado histórico e representam a postura da cultura dominante, na lógica capitalista presente nas bases de reflexão social e incorporada pela/o cidadã/o comum, são nesses pontos que a estrutura do discurso aparece como fundamental na nossa proposição teórica, tratando das formulações ideológicas presentes nas narrativas difundidas pelo senso comum.

Na teoria do discurso encontramos diversos segmentos teóricos que caracterizam diversas formas de análise, nesse ensaio científico busca-se uma base na escola francesa que conta com teóricos que dialogam efetivamente com a nossa temática. A materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia (ORLANDI, 1999), assim o discurso é carregado de significações, esse fator revela o caráter histórico em sua produção, relacionando os efeitos de inclusão e as manobras de marginalização dos sujeitos, concatenando a estrutura ideológica como campo de disputas de interesses antagônicos.

Esta dissertação tem como sujeitos de pesquisa dois grupos distintos (alunos e professores) que compõem o núcleo da educação. Em primeira instância a análise tem o objetivo de discutir a percepção das/os alunas/os sobre a questão racial brasileira, focando na compreensão da cultura estudantil acerca desse fato social.

A/O adolescente é um ponto importante na discussão política de uma sociedade, eles figuram como os futuros “condutores” dos rumos da sociedade, esses indivíduos estão no centro das tentativas de dominação simbólicas, estão sujeitos ao currículo escolar e se veem constantemente bombardeados por visões distintas e distorcidas nas mídias sociais, por estarem no processo de formação de uma mentalidade social se situam no meio do jogo de dominação, são as futuras mãos de obra a serem usadas pelo modelo socioeconômico, com isso fica evidente

a seleção dos mesmos como sujeitos de pesquisa, a cultura adolescente é repleta de significados que se entrelaçam no “chão da escola” e é entrecortada pelos problemas que a sociedade apresenta, o racismo é um dos fatores de opressão mais presentes no cotidiano desses indivíduos, por isso se torna elementar captar as visões desse grupo de sujeitos no que se refere a problemática racial.

O professor entra também como um sujeito de pesquisa fundamental, essa estratégia objetiva entender a relação desses profissionais com as teorias raciais, não há uma motivação no sentido de determinar o método de ensino que venha a combater as práticas racistas, visa-se compreender o posicionamento desses profissionais mediante o impacto que possuem pela posição que ocupam na formação de sujeitos sociais pelo processo educativo, o contato constante do professorado com o público estudantil nos ajuda a traçar nossa análise no ponto de interação entre esses dois mundos ideológicos distintos, com isso compreender a importância dada a esse tema nas metodologias de ensino, essa ação é fundamental para localização do viés do debate promovido nas salas de aula e relacionarmos com a lógica do discurso e as práticas pedagógicas que movem esse processo.

A escolha dos professores justifica-se como parte do direcionamento da pesquisa pelo seu contato com o universo educacional, por serem muitas vezes classificados como formadores de opinião pelo poder que exercem sobre a classe estudantil. A posição dos professores é um retrato do modo como o racismo é trabalhado dentro da escola, a importância dada a essa temática pelo currículo representa o descaso do estado, o modo como o profissional da educação absorve esse descaso e repassa aos alunos é a chave para entendermos a escola como reprodutora dessa estrutura de violência, essa influência sobre o modo de pensar do aluno faz do professor uma figura importante no debate sobre racismo, existe discussões em torno da real liberdade didática atribuída ao professor, porém as limitações impostas não diminuem a importância desse sujeito social já que está em contato direto com o público estudantil.

Os dois grupos estudados são representantes destacados da escola enquanto instituição social, o campo escolar retrata o propósito e as intencionalidades do modelo social almejado, as relações de poder estão presentes em todos os aspectos, desde os simples contatos e interações dentro dos prédios, até o quadro curricular imposto pelo ideal político predominante, a escola é vista por muitos como uma formadora de cidadãos, ou seja, ela está diretamente ligada a produção de discursos, todo esse contexto é fundamental para o entendimento do comportamento dos indivíduos e o direcionamento social, não é difícil imaginar o porquê do sistema de ensino ter destaque no debate sobre o racismo.

O modelo de pesquisa selecionado segue por caminhos que se interligam dentro do

arcabouço da pesquisa, assim optou-se pela pesquisa de campo como estratégia analítica para priorizar o contato com o público alvo, essa medida se encaixa no propósito da reflexão sobre o âmbito da mentalidade social, mais precisamente no modelo ideológico presente nas relações do ensino, com isso relacionando o propósito de dominação cultural elitista e o modo como isso se faz presente na escola, a nossa ação teve base no contato direto através de entrevistas e questionários.

A aproximação com o público alvo do estudo possibilita um vislumbre concreto do problema social investigado, a teoria dá conta do processo conceitual e abstrato do efeito do racismo, porém o contato com o relato de quem está no meio de um campo de disputas ideológicas como a escola favorece o entendimento prático do racismo em sua versão moderna que é fruto do aparato social, cultural e econômica.

A atuação em torno da coleta de dados se deu em primeiro momento por meio da utilização de questionários com perguntas que se relacionam com o tema da discriminação racial e sua posição de importância no sistema de ensino. Os questionários aparecem como o instrumento viável para o entendimento da visão do público alvo sobre o tema da nossa pesquisa. A aplicação ocorreu em duas escolas diferentes da rede de ensino estadual de Pernambuco, ambas as instituições possuem características distintas, com isso conseguimos alargar o nosso campo de interpretação acerca das realidades captadas com essa ação.

As escolas em que os questionários foram aplicados são: **Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Antônio de Pádua Santos (EREMMAPS)** de Afogados da Ingazeira – PE e a **Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Alves Cavalcanti (EREFEMAAC)** da cidade de Tabira – PE.

A escolha dessas instituições de ensino para pesquisa se justifica em alguns fatores: primeiramente no fato de serem estaduais, dessa forma trabalham com o público do ensino médio que é um dos alvos do estudo, tanto pela faixa etária dos estudantes quanto pela grade curricular a que são submetidos onde a disciplina de sociologia está presente; secundamente na questão logística, a EREM Monsenhor Antônio de Pádua Santos está situada na cidade onde o autor deste texto reside, a EREFEM Arnaldo Alves Cavalcanti apesar de ser situada em outra cidade é a escola onde este exerce o professorado, terceiromente na recepção do projeto, a parte diretiva de ambas as escolas se mostraram amplamente receptivas em acolher a proposta de pesquisa, por fim o perfil dessas instituições também foi um fator relevante para a seleção.

Como colocado anteriormente, as escolas selecionadas possuem perfis distintos, duas escolas de “referência”, mas que atendem um perfil diferente de alunado, seguindo as

diferenciações temos instituições de cidades diferentes, que apesar de serem cidades vizinhas possuem particularidades.

A Escola Arnaldo Alves de Tabira – PE possui um público estudantil que é caracterizado por ser majoritariamente composto por adolescentes provindos de família com baixa renda, com ênfase no fato de grande parte desse público estudantil ser derivado da zona rural ou de comunidades próximas, esse detalhe faz a identidade da escola, a história da Arnaldo Alves sempre esteve relacionada ao acolhimento de jovens que estão inseridos na realidade mais vulnerabilizada social e economicamente da cidade, todo esse contexto dá suporte a prerrogativa de assimilar a visão da classe mais afetada pelo jogo de relações de poder no qual o racismo é determinante.

A Escola Monsenhor Antônio de Pádua é reconhecida por dar aporte a um público mais diversificado que provém de famílias de diferentes situações financeiras da cidade de Afogados da Ingazeira – PE, ou seja, é um espaço caracterizado pelo contato mais evidente entre indivíduos que representam diferentes classes sociais.

Essa diferenciação entre as escolas estudadas apesar de sutil permitiu uma coleta de dados mais variada, a questão econômica diz muito sobre os ideais de classe apresentados ao indivíduo desde o nascimento, essa questão também reflete a amplitude de visões políticas alcançadas.

Dentro desse método de estudo dos documentos selecionados seguiu-se com a construção de hipóteses que de maneira preliminar nos moveram a propor essa investigação, nesse estudo as hipóteses se concentram nas seguintes formulações: **a** – O racismo não é compreendido pela imensa maioria da população, o maior percentual dos indivíduos atribuem a ideia de racismo ao campo do preconceito, sem de fato observar de maneira objetiva como um sinal de violência constante de natureza histórica, sem compreender a onipresença desse fenômeno nas relações sociais que emulam o conflito dos interesses de classes, não percebendo a imposição dos instrumentos ideológicos de violência simbólica que auxiliam no fortalecimento da discriminação. **b** – A escola não está preparada para discutir de maneira efetiva o fenômeno do racismo pois muitas/os professoras/es desconhecem a natureza desse fenômeno, somado a esse fato o currículo desfavorece o estudo pois estabelece limitações que criam um cenário caótico onde o debate se retém a bolha das áreas de humanidades, todos esses pormenores dão estrutura ao ciclo de reprodução que é um dos sustentáculos do racismo. **c** – A desconexão e o mascaramento do racismo na mentalidade popular são construções históricas, essa realidade pode ser percebida em qualquer região brasileira que seja alvo de estudos

científicos, sendo que mesmo os núcleos sociais que deveriam funcionar como centros de desconstrução da violência racial são campos férteis da disseminação dos preconceitos relacionados a questões étnicas.

A partir dessas hipóteses traçou-se o seguinte objetivo geral: **Identificar a compreensão de professores e estudantes do ensino médio sobre a questão do racismo brasileiro, problematizando os elementos presentes no discurso racista e analisando sua construção histórico-social.** Nessa ótica de atuação definiu-se os seguintes objetivos específicos:

I – Questionar professores e alunos das cidades de Afogados da Ingazeira - PE e Tabira – PE sobre temas que envolvem a noção desses indivíduos sobre o significado do racismo e seus efeitos na sociedade.

II – Investigar a representação da imagem do negro e da cultura afro-brasileira no meio escolar, observando o processo de violência simbólica exercido nos estudantes.

III – Discutir o papel da educação na construção e desconstrução de narrativas e práticas que favorecem a perpetuação do racismo no nosso meio sociocultural.

O questionário foi dividido em duas seções, a primeira com perguntas voltadas para a compreensão de gostos, identificação (étnica, de gênero e religiosa), posicionamentos, orientação sexual e localização dos indivíduos estudados, com isso visamos conhecer melhor o perfil do nosso público alvo, entender as situações cultural, social, econômica e de classe em que esses estudantes estão inseridos.

As perguntas formuladas para o questionário obedecem a estrutura dos objetivos geral e específicos que foram traçados, sendo a última pergunta (*Dentro do seu conhecimento, o que é racismo?*) idealizada para de fato coletar as opiniões desses estudantes sobre o conceito de racismo, isso explica o fato desta questão ser a única subjetiva, foi pensada para obter o caráter mais simples e direto possível. Com esse questionamento pretendeu-se recolher os discursos mais recorrentes em torno da ideia de racismo, com isso construir uma discussão teórica sobre a fragilidade do conhecimento que a população apresenta sobre esse fenômeno, situando esse parâmetro no meio educativo onde deveria existir um intenso processo de desconstrução das formas de preconceito.

A segunda seção é onde estão concentrados os questionamentos que se situam com maior propriedade na temática do racismo, mais precisamente sobre como esse problema social é trabalhado na escola, a frequência com que ele aparece nos debates em sala de aula, sobre como esses indivíduos observam a questão das cotas raciais para o acesso ao ensino universitário enquanto projeto social, acerca das características do modelo cultural brasileiro e

finalmente sobre a concepção de racismo que eles possuem. Essa seção abre com o seguinte questionamento: “*Na sua escola a questão do racismo é discutida/estudada nas aulas?*” o principal intuito dessa indagação é averiguar o caráter interdisciplinar da temática racial, investigar se de fato é um tema abordado por todas as disciplinas, se está retido a área de ciências humanas ou se de fato o debate sobre racismo não existe naquele espaço educacional. As alternativas para essa questão dão o parâmetro necessário para se entender a realidade do ensino sobre o racismo nas escolas estudadas, seja um cenário onde esse tema é preservado como objeto exclusivo das ciências humanas (*Sim, apenas como conteúdo das disciplinas da área de ciências humanas*), onde é abordado apenas em períodos específicos do ano (*Sim, em datas específicas como na abolição da escravidão ou no dia da consciência negra*), se é uma preocupação de todas as disciplinas (*Sim, o tema do racismo é discutido em todas as disciplinas de maneira interdisciplinar*) ou se não existe abertura alguma para essa discussão (*Não, o racismo não é estudado*), sempre deixando um espaço para respostas alternativas que expressem um cenário distinto do que previamente delimitamos nas opções.

O quarto questionamento da segunda seção (*Quanto as formas de racismo no Brasil, você considera que:*) foi pensado de maneira que pudesse captar as faces do racismo brasileiro na visão desses alunos, as alternativas abrem possibilidade para variadas características, desde um racismo exclusivamente voltado para a população negra, atingindo diferentes etnias (*Só existe racismo contra brancos, negros e indígenas*), contendo a múltiplas formas mas não alcançando a população branca (*Existem diversas formas de racismo, contra negros, indígenas, porém não contra brancos*), inexistindo enquanto fenômeno social no Brasil (*Não existe racismo no Brasil*) ou tendo uma característica própria não situada nessas opções. As alternativas seguem o propósito de tentar entender como esses alunos compreendem a presença do racismo, sobretudo a posição da população negra nessa situação, se o discurso em torno do racismo ao branco é presente nesse público, se eles percebem a variação das formas de racismo ou mesmo se defendem que o racismo não existe no nosso país.

A pesquisa bibliográfica também se fez preponderante nesse estudo, isso se deu na medida em que tem-se como princípio básico dessa prática a análise histórico-social do fenômeno do racismo, adotando o discurso e a sua essência como ponto de reflexão para a assimilação dos seus aspectos no plano ideológico e social. Idealizou-se, assim, uma interligação analítica, usando os dados levantados na pesquisa de campo na assimilação das linhas teóricas discutidas no corpo do texto.

O intuito de proposição analítica tem fundamento no critério qualitativo. Sabendo que o verbo principal de uma análise qualitativa é “compreender” MINAYO (2011), seguimos

nosso processo de pesquisa respeitando as individualidades em questão, buscando a máxima compreensão possível das representações socioculturais envolvidas, adotando o respeito pelas manifestações de valores e identidades dos grupos selecionados na pesquisa. No âmbito quantitativo resguardamos a análise dos dados levantados, buscando apresentar uma espécie de retrato da realidade estudada, se torna um pilar na construção do argumento defendido pois expressa um panorama concreto da situação social pesquisada.

O objetivo que moveu as nossas ações se focou na investigação sobre entendimento do público estudantil sobre as questões que envolvem o racismo, para adentrarmos nesse propósito tivemos como tática de abordagem a aplicação de questionários e a realização de entrevistas, essa articulação buscou coletar o universo das particularidades desses atores sociais em análise direta com o que se observa da construção social e histórica.

Nesse aspecto, foi trabalhada a coleta de dados em dois momentos: o primeiro explorando o modelo de um questionário semiestruturado direcionado a estudantes do 3º ano do ensino médio, possibilitando uma liberdade dissertativa que desse abertura para colher as mostras do conhecimento do público estudantil sobre a temática do racismo, na segunda etapa propôs-se uma entrevista aberta com professores das escolas onde os questionários foram aplicados, pretendemos com isso observar mais precisamente a natureza das respostas, buscando um cenário mais informal no qual o entrevistado possa relatar com total liberdade sua compreensão desse fenômeno social.

Com os dados da pesquisa levantado entrou-se na última parte do projeto, que consistiu na análise comparativa em duas fases, a primeira utilizando os dados levantados com os questionários aplicados para compreender a presença do racismo enquanto tema de discussão no âmbito escolar, verificando os elementos que pudessem ligar a ordem das respostas coletadas com a natureza do discurso construído historicamente sobre a figura do negro, foi nesse contexto que utilizamos a estrutura teórica selecionada sobre a questão do discurso para assimilar os paradigmas essenciais da proposição dos discursos levantados, observando a linha histórico-social contida naquela formulação discursiva, adentrando inclusive no aparato ideológico em certa medida; na segunda parte dessa estratégia contrapomos as visões de alunas/os e professor as/es sobre o tema, destacando semelhanças e distinções que pudessem dar um vislumbre das particularidades de cada grupo, tentando assim compreender como isso pode interferir no entendimento do tema.

Trabalhou-se com o método de abordagem histórico-cultural, tendo em vista que entendemos que todo esse campo de estudo se situa no âmbito social, político e econômico. Essa representação de análise da realidade expõe a linha adotada nessa pesquisa, que se debruça

sobre os contextos de favorecimento da reprodução das penúrias sociais, evidenciando também o caráter de oposição do núcleo de resistência edificado que compõe o pano de fundo das disputas sociais, adentrando na divergência de vontades e valores que impulsionam a organização cultural. O método dialético norteia esse estudo proporcionando uma visão teórica fluida, abraçando os mais variados aspectos do fenômeno analisado, rejeitando a noção de qualquer preceito estático do objeto de estudo, afirmando a dinâmica das relações como sustentáculo dos fatores investigados.

## 1.2 O RACISMO E A SOCIOLOGIA

A sociedade atual vive imersa no processo de globalização, o capitalismo se desdobra de maneiras criativas dentro da sua própria estrutura para expandir sua área de controle, com isso diversos pontos de transformação e inovação aparecem constantemente, logicamente todas essas interações acompanham o propósito econômico industrial, a sociedade apresenta diariamente “novos” desafios criados dos problemas sociais não superados, não são problemas inéditos pois derivam do mesmo sistema de opressão e retém em seu DNA a essência da opressão, a singularidade da sociologia enquanto ciência está nessa ação de acompanhar esses processos e torná-los visíveis para a sociedade, como aponta JINKINGS (2007): “a sociologia confronta-se permanentemente com desafios teóricos e metodológicos inerentes ao seu objeto de estudo: a realidade social em movimento”.

Por ter um objeto de estudo vivo e volúvel a sociologia se concentra em encontrar novas maneiras de encarar os fenômenos sociais, esse eterno processo de olhar para dentro de si e encontrar meios de análise que se renovam mediante a necessidade reafirma a capacidade de autocrítica e adaptação dessa ciência.

Dentro desse quadro de abordagem da sociologia estão as formas de agir e pensar que se articulam na dinâmica de acumulação de capital, esse dilema cristaliza a multiplicidade social e sua capacidade de reorganização, esse emaranhado de vontades em potência guiados pelo teor cultural não são dissociados com facilidade, não existe a possibilidade da análise objetiva de um fato quando esse está encoberto por diversos fenômenos atrelados, é também um fato que não é possível isolar um fato social das demais composições estruturais da cultura.

Essa vem a ser a principal contribuição sociológica para o estudo do racismo, compreender a ininterrupta recriação dos métodos de disseminação dessa violência e entender como isso se encaixa na dinâmica sociopolítica do país, a historicidade do fato atravessa os meandros lógicos das táticas metodológicas de observação social, esse fenômeno acompanha a

dinâmica ideológica da luta de classes configurando o parâmetro hegemônico cultural percebido unicamente com um olhar clínico, crítico e constantemente remodelado característico das ciências sociais.

É importante ressaltar que o direcionamento de toda e qualquer ciência segue o direcionamento da cultura de uma sociedade, isso implica dizer que a distribuição de poderes e o domínio dos instrumentos de valor simbólico repercutem na atuação dos cientistas e pensadores, o método e as formas de pesquisa, bem como as formulações teóricas respeitam e ditam os conflitos do momento histórico em que foram engendrados, a sociologia é parte desse processo e apresenta essas características.

A Sociologia pode ser vista como uma forma de autoconsciência da realidade social. Essa realidade pode ser local, nacional, regional ou mundial, micro ou macro, mas cabe sempre a possibilidade de que ela possa pensar-se criticamente, com base nos recursos metodológicos e epistemológicos que constituem a Sociologia como disciplina científica. [...] Ocorre que a Sociologia pode tanto decantar a tessitura e a dinâmica da realidade social como participar da constituição dessa tessitura e dinâmica. Na medida em que o conhecimento sociológico se produz, logo entra na trama das relações sociais, no jogo das forças que organizam e movem, tensionam e rompem a tessitura e a dinâmica da realidade social (IANNI, 1997, p.25, apud JINKINGS, 2007, p.115)

O pensamento sociológico permeia todas as áreas da vida em sociedade, todas as relações que se estabelecem em um meio social fazem parte da sua alçada, o processo de globalização das civilizações contemporâneas interligou as comunidades e estabeleceu um novo contexto social, esse cenário fluido onde o processo de aculturação não possui limites e o fluxo informações é constante aumentou o desafio dos sociólogos que precisam estarem aptos a acompanharem essa realidade.

Historicamente o olhar da sociologia para a questão racial não é uniforme, pelo contrário, essa interpretação sociológica gerou inúmeras abordagens e pensamentos por vezes antagônicos sobre como a temática étnica encontra espaço na sociedade brasileira. Diversos sociólogos brasileiros se debruçaram sobre o racismo e com isso produziram diversos caminhos metodológicos e ideológicos de interpretação e nesse conjunto nos concentraremos em duas visões semelhantes em sua estrutura geral, mas essencialmente divergentes representando a luta de classes e os interesses de políticos em questão.

Gilberto Freyre foi responsável pela construção de uma imagem peculiar da questão racial brasileira, adepto do relativismo cultural do seu mentor Franz Boas, o sociólogo pernambucano conseguiu revolucionar o entendimento sobre miscigenação no Brasil com a ideia da democracia racial, essa formulação foi o expoente da tentativa de rompimento com o

propósito de branqueamento racial que perseguia e renegava as raízes atávicas na tentativa de extirpar o negro da composição racial brasileira, possivelmente o objetivo dessa teoria foi edificar um sentimento de nação que figurasse no orgulho pela união das etnias que formaram o Brasil.

A contribuição de Freyre para a reformulação do idealismo racista nacional é notável, sua ação foi de encontro ao darwinismo social que era objeto de devoção da elite nacional do período, o terreno em que Gilberto Freyre faz germinar o sentimento de aceitação da realidade racial brasileira era árido e quase infrutífero, isso endossa o seu feito que criou uma rota mais amena para a proposição de uma identidade nacional.

Antes da década de 1930 o Brasil era encarado como a pior experiência concebida no cruzamento de raças, o país era uma espécie de escória racial da humanidade pois não possuía a mínima pureza, para os eugenistas do período a feição do brasileiro denunciava todo o intercurso que o produziu, as marcas estavam presentes e confirmavam a promiscuidade da cultura assim como dava indícios da sua condenação, a degeneração racial do Brasil era o final factível e praticamente imutável nessa visão. A esterilização como “solução” apontada pelo eugenista Renato Kehl representa essa lógica, para ele: “a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplotos da espécie humana, ou melhor a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição” (KEHL, apud SCWARCZ: 172)

Nesse cenário de depreciação da figura do brasileiro, Gilberto Freyre surge com a proposta de remodelar a visão sobre o mestiço, assim ele passa a exaltar o mestiço como um produto de uma interligação de três matrizes distintas e igualmente ricas em expressões culturais, o brasileiro nada mais seria que a soma harmônica dessas três etnias, uma espécie de triângulo com cada lado representando uma cultura, sendo elas a indígena, africana e europeia. A modelagem desse pensamento se adequa ao propósito de afastar a ideia de um país degenerado, abraçando a miscigenação no Brasil como o fator de potência étnica e não mais como uma “mazela patológica”.

Freyre será o construtor do primeiro mito nacional brasileiro bem sucedido, precisamente porque conseguiu transformar a ideia humilhante do brasileiro mestiço, com a qual ninguém poderia se identificar positivamente no contexto do racismo reinante, na ideia, pelo menos ambigualmente positiva, do “bom mestiço”. (SOUZA, 2021, p. 138)

O mito criado por Freyre introjeta no imaginário social um personagem necessário para o remodelamento da identidade que nacional que estava se consolidando, o “bom mestiço” foi até aquele momento o principal ponto de inflexão da mentalidade racista opressiva, essa

mentalidade havia ganhado uma projeção maior no período da república com a abertura encontrada pelo darwinismo social no país desde segunda metade do século XIX, logo essa teoria tomou conta do discurso científico e figurou como um dos temas de maior interesse da intelectualidade brasileira do início do século XX.

O mito da democracia racial desenha um Brasil em contraposição aos Estados Unidos, os norte-americanos eram reconhecidos pela segregação racial, onde os guetos simbolizavam a separação cultural e a impossibilidade de construir uma união pacífica entre os povos, esse é o teor do racismo estadunidense, exposto como a glorificação do poderio branco, masculino e heteronormativo.

Por outro lado, Freyre atribui ao Brasil a inviabilidade da segregação, segundo ele não existe a possibilidade do brasileiro fugir das suas raízes genéticas e culturais, tendo esse fator atravessado toda a identidade do ser brasileiro a segregação seria impossível, ele afirma que “todo brasileiro, mesmo o alvo de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro”<sup>9</sup>, essa composição trina fazia do Brasil um lugar onde o racismo não teria espaço, seria o habitat da comunhão harmônica das três etnias fundadoras.

Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de *Casa grande e senzala* permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. (MUNANGA, 1999, p.79)

De acordo com TELLES (2003) o aspecto positivo da miscigenação na cultura brasileira foi estabelecido na década de 1930 por Gilberto Freyre e defendido por teóricos brasilianistas estadunidenses como Marvin Harris, Donald Pierson, Charles Wagley e Carl Degler. A fantasia racial criada por Freyre impôs um contraponto a cultura dominante do período, mobilizou um projeto político que atendia o interesse de classes inferiores, colocou em evidência um sentimento de pertencimento que até aquele momento não era possível, não existia qualquer possibilidade de ligação sentimental do brasileiro com a imagem deteriorada que o país cultivava, o sentimento de nação não iria florir de um campo social que considerava o mestiço o espectro da inferioridade e do atraso, a proposta de Freyre tão pouco produziu um sentimento de nação vigoroso que de fato se converteu na âncora de uma revolução, mas conseguiu

---

<sup>9</sup> Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Recife:Global.1994 (48ª. edição) Pg. 367

amenizar o efeito da violência racial simbólica fazendo do mestiço o principal símbolo da brasilidade, contestando a lógica discursiva econômica hegemônica e interferindo na ideia de racismo brasileiro.

O Brasil de Gilberto Freyre foi concebido em intercursos sexuais incessantes, o autor destaca a sensualidade como uma das principais marcas dos povos que viveram a colonização, onde os europeus eram ávidos pelas nativas que muitas vezes se entregavam por escambo, o erotismo pulsante dessa terra teve como resultado o nascimento de milhares de crianças mestiças. Não só o indígena, mas o negro é constantemente erotizado em sua obra, Freyre chega a apontar que “conhecem-se casos no Brasil não só de predileção mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra”<sup>10</sup>. Nessa teoria a questão sexual estava refletida no processo de escravidão, fazendo do modelo escravista brasileiro distinto em relação aos que eram impostos em outras sociedades, a proximidade criada pelos intercursos havia estreitado as relações sociais e criado um ambiente harmônico entre as “raças/classes”.

Freyre defende que a sociedade brasileira é híbrida desde o início, sendo também a que se constituiu mais harmoniosamente na América no que diz respeito a questão racial, o Brasil tinha sido um ambiente de “quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado” culminando na mistura da cultura “do conquistador com a do conquistado”<sup>11</sup>.

Getúlio Vargas foi um dos responsáveis pela proporção tomada pelas ideias de Gilberto Freyre naquele período e segundo SOUSA (2021) a propaganda varguista ajudou na disseminação dessa mensagem, a ideia de inclusão popular e desenvolvimento da área industrial que o governo pretendia implementar se encaixava no discurso do “bom mestiço” que a obra *Casa grande & senzala* produziu, a estratégia de Vargas foi romper com o projeto de branqueamento que se ancorava na vinda massiva de imigrantes para oferecer mais oportunidade de emprego para os próprios brasileiros, essa ação favoreceu as populações negra e mestiça que conseguiram ocupar mais espaços dentro das indústrias.

Para SOUZA (2021) a imagem racial positiva da teoria de Freyre foi o estandarte do projeto varguista, após a saída de Getúlio do governo a projeção tomada já havia feito dessa teoria parte da cultura brasileira, é importante ressaltar que essa teoria ligada ao efeito do culturalismo no país se tornou um dos principais aspectos do modelo de racismo brasileiro

---

<sup>10</sup> Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 48ed. Recife: Global. 1994. Pg. 368

<sup>11</sup> Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 48ed. Recife: Global. 1994. Pg. 160

engendrado no século XX, fazendo de Gilberto Freyre um alvo constante de críticas da comunidade científica contemporânea.

A maneira como Gilberto Freyre trata o cruzamento de etnias no Brasil é problemático, o modo lírico com que o autor expõe essas relações mascara a violência dos estupros que as africanas e nativas foram sujeitas, deixando com isso a impressão de atos consensuais pautados no desejo mútuo. O modo como o autor desfigura a própria noção de identidade cultural plural para fantasiar um modelo de cultura herdeiro do cruzamento das três raças é outro ponto de crítica constante, é fato que a teoria de Freyre apresenta diversos pontos contestáveis até pela utopia racial que afirma viver o Brasil, porém isso não tira a importância desse pensamento para a criação de um novo modelo de mentalidade social que sem dúvida deu o primeiro passo para a aceitação da população marginalizada.

As críticas à teoria de Freyre não são um produto da atualidade, a contestação já existia desde o momento em que o mito da democracia racial ganhou notoriedade, uma visão que vai de encontro é a do sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, para SCHWARCZ (1993) se nos apropriássemos dos termos de discussão de Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, talvez fosse possível supor a “raça” como um argumento no país, SOUZA (2021, p. 160) vai além e afirma que: “Buarque criou a forma de pensar hoje dominante no Brasil: um racismo prático contra negros e pobres que finge ser crítica social”.

A importância de Sérgio Buarque para a sociologia brasileira é inegável, influenciou grande parte dos sociólogos que vieram posteriormente, as ciências sociais têm nesse autor um grande ícone do estudo social. A questão que nos direciona a Holanda é o papel que ele assumiu na discussão racial através do pensamento de Freyre, pegando emprestado o mito da democracia e reconfigurando suas bases de pensamento para a afirmação de uma realidade alternativa, uma realidade que condizia de maneira mais aproximada com o que pretendia as classes sociais que detinham o poder político e simbólico no Brasil.

Se na versão freyriana o homem plástico luso-brasileiro era ambigualmente positivo, na versão de Buarque, o seu “homem cordial” é só defeito e negatividade. Ele representa a aberta animalidade do corpo, do homem que não tem controle sobre os próprios impulsos nem respeita, portanto, as leis ou a ordem “impessoal” que seria supostamente existente em outros países. Também sem criticar, como Freyre, os pressupostos racistas que permanecem intactos na passagem do biologismo para o culturalismo, Buarque na verdade constrói uma versão culturalista do brasileiro colada ao racismo biológico anterior do “mestiço” e do negro como escórias da história. (SOUZA, 2021, p. 161)

O “homem cordial” reintroduz a imagem degradante do brasileiro como fruto de um processo negativo no discurso científico, enquanto Freyre com “*Casa grande e senzala*”

objetivou rediscutir a miscigenação brasileira na ótica das qualidades incorporadas pelo processo, Holanda em sua obra *“Raízes do Brasil”* buscou desconstruir a positividade do mito da democracia racial sem rejeitar as bases teóricas da teoria. O foco da elite econômica oligárquica brasileira sempre esteve no aproveitamento dos recursos nacionais, assim como na tentativa de criar barreiras para impedir a ascensão social, pois isso indicaria a obrigatoriedade da cessão de uma parte maior desses recursos para esses indivíduos provindos de classes sociais inferiores, a aclamação da deterioração do fenótipo brasileiro é o exemplo das ações nessa direção, criando uma mística que valida os sistemas de opressão e submissão pela questão biológica dos indivíduos, mesmo que a intenção de Sérgio Buarque não estivesse ligada a esse fator a sua teoria serviu como uma luva para a causa.

O desenho histórico retratado em *“Raízes do Brasil”* apresenta uma raça brasileira derivada da mistura das três raças, onde a hierarquia social não apresentava uma organização que assegurasse uma estrutura social sólida, onde os “elementos anárquicos sempre frutificaram”<sup>12</sup> encontrando espaço com a cumplicidade das instituições e dos costumes. Afirma que os portugueses não poderiam ser considerados orgulhosos de sua raça pois já teriam passado pelo processo de miscigenação.

Propõe que o brasileiro é preguiçoso por natureza, tendo ele herdado essa característica das três raças formadoras, sendo que “a moral do trabalho representou sempre fruto exótico”<sup>13</sup> entre espanhóis e portugueses onde prevaleceu o gosto pelo ócio. Determina que de Portugal veio “a forma atual da nossa cultura”<sup>14</sup> sendo o resto matéria que contribuiu para o que se formou.

Considera que a relação entre senhores e escravos não estava pautada unicamente pela produção, segundo o autor existia um sistema de cumplicidade que extrapolava o intuito econômico de violência e exploração, “com frequência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim”, influenciando o próprio ambiente familiar o que seria o “dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças”<sup>15</sup>.

O brasileiro, nessa visão que se forma, tem características e comportamentos que remetem a sua matriz trina, um povo dado mais as relações sociais do que as laborais, que está apto ao calor dos amores e a sensualidade porém não está propenso às atividades voltadas para

---

<sup>12</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras. 1995 (26ª. Ed).Pg. 33

<sup>13</sup> *Ibidem*. P. 39

<sup>14</sup> *Ibidem*. P. 40

<sup>15</sup> *Ibidem*. P. 55

a produção de insumos, um povo cordial mas não ao ponto de ser civilizado, a cordialidade brasileira apesar de inerente e espontânea não é marca de progresso.

O ideal de progresso nas sociedades capitalistas está intrinsecamente ligado a lógica do trabalho, a valorização da atividade laboral é um fator comum nas culturas contemporâneas, ditados populares como “o trabalho dignifica o homem” são expressões da obsessão criada sob esse aspecto, a religião tem um a grande contribuição nesse fenômeno, o cristianismo é um exemplo claro desse processo, a religião cristã está repleta de alusões a importância da atividade laboral, chegando ao ponto de atribuir uma sacralidade a esse tipo de ação, condenando o ócio como um pecado capital na figura da preguiça.

Partindo dessa premissa fica evidente o peso da associação da preguiça à “raça” brasileira feita por Sérgio Buarque, nessa teoria o indivíduo brasileiro tem sua composição étnica propensa ao pecado, incapaz seguir um parâmetro de produção e acúmulo de riquezas, inapto a alavancar uma evolução no país semelhante a alcançada nos países europeus de indivíduos biologicamente dispostos ao trabalho, conseqüentemente inferior aos indivíduos da classe burguesa branca dominante.

A preguiça da raça brasileira, miscigenada, é um dos principais apontamentos da obra de Sérgio Buarque de Holanda, as outras formulações teóricas não estavam distantes do que já era discutido na época do lançamento de *“Raízes do Brasil”*, sendo publicado apenas 3 anos depois do livro *“Casa grande e senzala”*, obra na qual Holanda se apoia em boa parte de sua construção teórica. É importante notar que a associação da estirpe europeia portuguesa à preguiça é a novidade que o autor propôs para a discussão racial do período, ao entender os portugueses como povos “aventureiros” e não “trabalhadores”.

Ele não limita a ideia do ócio apenas aos negros e indígenas como era comum no período, porém o autor também afirma que essa característica portuguesa é resultado do contato com outros povos antes da vinda ao continente americano, principalmente povos africanos durante a dominação dos Mouros na península ibérica, coadunando com o discurso eugenista da época determinando os “maus hábitos” como características de raças inferiores, sendo o contato com o povo negro, a explicação para a preguiça na estirpe portuguesa.

Um questionamento preponderante em torno da teoria do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda é: “Qual é o interesse das elites brasileiras em retomar o discurso do brasileiro degenerado do século XIX?”. É no mínimo curioso pensar qual era a obsessão das elites econômicas na inferiorização da estirpe brasileira já que os mesmos faziam parte desse meio, se o brasileiro é degenerado e “preguiçoso” por natureza os membros da elite também estariam inseridos nesse parâmetro, sobre essa questão o sociólogo Jessé Souza elucida que:

O quadro completo desse projeto intelectual elitista e antipopular fica claro quando percebemos que em São Paulo, na mesma época, inclusive com a ajuda do próprio Sérgio Buarque com seu trabalho de historiador, se desenvolvia uma concepção que imaginava o estado de São Paulo e o seu passado bandeirante como uma exceção histórica e cultural em relação ao resto do Brasil “cordial” e inferior. O bandeirante caçador de índios foi transmutado de tal modo a se parecer com a figura, também idílica, do pioneiro protestante asceta americano, transformando São Paulo em uma espécie de “Massachusetts tropical”. Alguns poucos, como Vianna Moog, perceberam quão ridícula era a coisa toda, mas a maioria concordou com alegria. (SOUZA, 2021, p. 225)

Nessa lógica pode-se compreender o real intuito da escolha do “homem cordial” como uma oposição ao aspecto positivo do mito da democracia racial, serve a um propósito de afirmação de São Paulo como o centro do desenvolvimento do Brasil, como a locomotiva que impulsiona o país para o progresso em oposição às outras regiões que representam o atraso brasileiro como o nordeste, local onde a miscigenação havia produzido o tipo brasileiro mais bárbaro segundo essa perspectiva, pensamento ainda reproduzido na atualidade.

Observando o cenário do século XXI não é difícil constatar a natureza desse discurso na projeção social, não foi uma teoria que ficou estagnada na década de 1930, hoje ela dá respaldo ao projeto neoliberal que rejeita a ideia de uma proposta inclusiva, seguindo se apoiando no tradicionalismo cultural que dá as ferramentas para formulação de um ideal político forte defendido pela classe hegemônica, sendo essa a pauta que montou o cenário perfeito para o advento do “bolsonarismo”, fenômeno que é filho do patriarcalismo tradicionalista alimentado no Brasil pelas elites neoliberais.

Essa discussão exemplifica as múltiplas facetas que o racismo apresenta, não podendo ser classificado unicamente na ideia de preconceito pela questão da cor, esse fenômeno transcende essa discussão se situando em um cenário histórico de intensa disputa social, repercutido na lógica de interesses de classe que dissemina o racismo como forma de afirmação de superioridade.

A contribuição da sociologia para discussão racial vai muito além das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, diversos outros teóricos tiveram contribuições preponderantes, porém é impossível falar de teorias sociológicas sobre racismo no Brasil deixando de lado esses dois autores, ambos contribuíram para o modo como entendemos o racismo atualmente, tanto dentro dos espaços científicos, como no senso comum, o racismo brasileiro possui elementos tanto do “mito da democracia racial” como o da noção “homem cordial”.

As duas teorias serviram a propósitos políticos distintos, um voltado a inclusão social e o outro a afirmação de superioridade, nesse ponto podemos destacar que o “homem cordial”

representa a natureza do racismo brasileiro atual de maneira mais fiel, ele conservou o esquema racial idealizado no “mito da democracia racial” e “aprimorou” os eixos teóricos sintetizando o pensamento das classes abastadas. Obviamente pensar o racismo brasileiro unicamente na perspectiva da “cordialidade” estaria limitando a amplitude dessa discussão, porém, essa exposição teórica ilustra a ligação histórica que a sociologia possui com a temática do racismo no Brasil.

### 1.3 SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO

A sociologia enquanto disciplina tem como papel a discussão das relações sociais e suas implicações culturais, esse posto de ciência voltada para a crítica social é reconhecidamente indigesto para os interesses da classe dominante, esse talvez seja o principal motivo da história de intermitências que essa disciplina possui na educação brasileira.

No Brasil, a sociologia surge primeiramente na educação básica. Essa disciplina tinha o intuito de formar membros da elite, as reformas Rocha Vaz (1925) e Francisco Campos (1931) abriram esse espaço para a sociologia na educação, no período em questão nem ao menos existiam cursos de ciências sociais no ensino superior, a primeira oferta do curso de ciências sociais em uma universidade se deu em 1934 na Universidade de São Paulo (USP). Em 1942 a Reforma Capanema retirou a disciplina de sociologia dos currículos da educação básica, esse foi apenas o primeiro momento de retirada da sociologia do ensino regular, isso se repetiu outras vezes o que caracteriza a intermitência da disciplina no currículo.

Cabe observar que a intermitência da Sociologia escolar tem seu paralelo na intermitência política da vida nacional. Mas, se na primeira experiência de institucionalização foi aparato discursivo de um regime autoritário, na segunda experiência, a corrente, o fundamento é uma experiência democrática que, paulatinamente, delineia uma nova concepção curricular que pretende reconhecer novos agentes. Portanto, a experiência que temos agora é menos como uma continuidade do que como uma ruptura com seu passado escolar. Podemos rigorosamente dizer que a Sociologia é agora uma disciplina escolar nova. (MEUCCI, 2015, p. 258-9)

Houve uma transformação no objetivo central conferido a sociologia quando temos como parâmetro o modelo adotado na introdução da disciplina na primeira metade do século XX e o que conhecemos atualmente, MEUCCI (2015) aponta que a sociologia é uma nova disciplina se comparada ao que já fora, a sociologia na escola do século XXI está alicerçada em um propósito mais próximo a crítica da realidade social, “é uma ciência que, no ambiente

escolar, mais universalizado, tem desafiado o discurso das elites conservadoras: seja em seu conteúdo de crítica ao neoliberalismo, seja em seu conteúdo emancipador da sexualidade e da religiosidade” (MEUCCI, 2015, p. 259), é neste caminho que vemos o potencial do estudo do racismo nas escolas brasileiras, é esse direcionamento que faz da sociologia um ponto crucial na luta contra a violência racial.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu é reconhecido como um dos símbolos da sociologia contemporânea, em 2001 o documentário *“La sociologie est un sport de combat”* do diretor Pierre Carles foi lançado na França, essa produção se refere ao período de trabalho de Bourdieu entre os anos de 1998 e 2001, na obra temos contato com uma parte da ideia de Bourdieu sobre a sociologia, a face áspera e conflituosa que o sociólogo francês concede a essa ciência é o ponto que gostaríamos de destacar.

A sociologia de Bourdieu defende a busca por transição social, ela rejeita qualquer aspecto de acomodação e sustenta a recusa de uma realidade opressiva, por isso um dos pontos importantes desse movimento é a conscientização da população, o conhecimento dos aspectos deteriorados da sociedade é o ponto de partida para a busca por uma mudança, dessa forma Bourdieu é reconhecido pela ciência social que busca a denúncia das penúrias sociais e das estratégias de dominação, estabelecendo um parâmetro combativo e sedento pela transformação da realidade.

Entende-se a importância da sociologia de maneira semelhante ao que projetou o sociólogo francês em que o aspecto da denúncia e da resistência são os principais pilares na nossa concepção, entendemos inclusive que a postura agressiva da sociologia traz os holofotes para si criando um cenário social hostil, fazendo com que surjam medidas que imponham a censura do pensamento sociológico, essa talvez seja a principal explicação para a intermitência dessa ciência no currículo escolar.

Pensar a sociologia como instrumento de luta social é uma tarefa complexa, falta de importância dada a essa disciplina no contexto da educação é uma barreira enorme, o espaço encontrado pelas ciências sociais no currículo da educação básica é mínimo, inexistente no ensino fundamental e ridiculamente pequeno no ensino médio, somado a isso vemos cada vez obstáculos maiores sendo impostos por projetos de prerrogativa neoliberal, um exemplo disso é o novo ensino médio que desfigura toda a área das ciências humanas e sociais, essa situação apresenta um campo de disputas violentamente ocupado pelo interesse da classe dominante, esse fator para muitos põe em xeque a real efetividade da educação na busca por uma transformação da realidade social de opressão no Brasil.

É um cenário desanimador, porém a presença, mesmo restrita, de disciplinas como a

sociologia na educação acende uma fagulha de esperança, mínima porém necessária para manter a chama da resistência acesa iluminando os anseios pela transformação da sociedade, é nesses termos que se enxerga a importância da sociologia na luta contra o racismo, a possibilidade de debates e discussões nesses espaços pedagógicos é essencial para o conhecimento da realidade, mais do que isso, esse espaço quando bem aproveitado proporciona aos jovens negros mais um local de expressão, onde podem se posicionar e fazer as suas realidades serem ouvidas e reconhecidas, esse é o valor que compreendemos possuir as ciências humanas e sociais.

A educação apresenta um problema sistêmico, vários sociólogos apontaram os problemas e efeitos sociais da educação, o próprio Bourdieu conferiu a escola o papel da reprodução dos velhos modelos de dominação, ou seja, em sua estrutura simbólica a educação atua como uma instituição que visa garantir a continuidade dos sistemas de opressão e as estruturas das relações de poder.

Parece contraditório apresentar o ensino de sociologia como um dos meios de combate ao racismo quando ao mesmo tempo em que se reafirma o efeito negativo do sistema de ensino, a esperança que colocamos nesse elemento ultrapassa os limites do que o projeto neoliberal impõe a educação, é uma esperança que se atém ao campo de atuação dos próprios profissionais da educação, onde o diálogo entre professor e aluno atravessa as barreiras impostas pelo currículo.

## 2 RACISMO PSICOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O INDÍVIDUO NEGRO

### QUEBRANTO

(Cutí)

às vezes sou o policial  
que me suspeito  
me peço documentos  
e mesmo de posse deles  
me prendo  
e me dou porrada

às vezes sou o zelador  
não me deixando entrar  
em mim mesmo  
a não ser  
pela porta de serviço

às vezes sou o meu próprio delito  
o corpo de jurados  
a punição que vem com o veredito

[...] <sup>16</sup>

Na poesia “Quebranto”, as palavras do escritor negro Cuti fazem uma alusão ao efeito negativo da prática e do discurso disseminado sobre a população negra, que se dissemina como forma de desprestígio ou humilhação, e também como um instrumento ideológico de opressão psicológica, fazendo do próprio indivíduo negro uma potencial fonte de violência e vigilância auto infringidas.

O aspecto psicológico do racismo é ainda pouco entendido diante da complexidade do tema, essa problemática está diretamente ligada ao modo como o racismo é encarado e absorvido pelos indivíduos no meio social, principalmente na forma como o discurso racial é articulado na sociedade e repassado a população por variadas estratégias de divulgação, postulando com isso um pensamento majoritário que é encarado como verdade diante da popularização dessa ideia.

A prática e o discurso racista mostram sua força quando a vítima da violência se torna um vórtice de divulgação da discriminação e um símbolo de auto repressão, esse aspecto

---

<sup>16</sup> Negroesia, p. 52 – 53.

psicológico do racismo tem origem na construção histórica da mentalidade social que figura como sustentáculo do modelo ideológico atual, isto é representado no discurso criado, difundido e validado no meio sociocultural.

A base do pensamento racista de opressão sobre o negro reside nos elementos históricos de criação do país, um projeto de nação que apresentou e alimentou duas imagens distintas, a do branco conquistador culturalmente dominante e a do negro escravizado, explorado e visivelmente inferiorizado. Esse quadro desenhado ainda permanece na mentalidade social, não mais observando o negro como escravizado, mas ainda inferiorizado pela dominação simbólica do branco.

Diante do ideal branco, o corpo negro pode ser dividido como uma ferida aberta ou um objeto perseguidor. O crime perfeito se consuma justamente quando o negro busca se branquear, o que, no limite, é a negação de si mesmo. Um desejo que deságua no desejo da própria extinção. (VANNUCHI, 2017, p. 67)

O negro no Brasil foi desenhado para ser encarado como o “diferente indesejado” enquanto se desenvolveu o fetiche pelo branco, o desejo pelo branco deriva da falta de opressão sofrida, se fixa na neutralidade que conduz o “claro” e na sua validação sobre o “escuro”, a própria construção do significado semântico postulado no “branco” e no “preto” reforçam o ideal de valorização da branquitude, na cultura brasileira a cor que cada indivíduo carrega na pele se torna um marcador social que está ligado ao racismo ideológico, sendo a negação da própria cor um sintoma da efetividade do racismo na aniquilação da afirmação identitária, questão que será melhor explorada mais adiante.

Analisar o efeito psicossocial do racismo não se resume a observar o sujeito e o seu comportamento na sociedade, é preciso entender o contexto de formação do problema no qual ele está inserido, no caso do racismo é necessário levarmos em conta a condição histórica que permitiu a difusão dessa questão, captar o cenário que possibilitou a criação do modelo de racismo que conhecemos atualmente e com isso observar o resultado desse cenário no aspecto coletivo e individual.

## 2.1 SOBRE A ORIGEM DO RACISMO BRASILEIRO

Mesmo observando pelo prisma histórico não é possível apontar um ponto de origem para a formação do pensamento racista, porém por meio dessa ação podemos levantar elementos que direcionem a análise para manifestações humanas que possuem similaridades com a base de pensamento do que conhecemos atualmente como racismo, sendo possível estabelecer um paralelo de influência entre esses processos.

O racismo enquanto ideia perpassa pelo sentido de conjunto, colocando o sentimento de pertencimento a um grupo específico como cerne do sentido existencial, traçando características psicossociais como resultantes da diversidade da constituição biológica dos grupos raciais, criando por meio dessa linha de pensamento uma hierarquia entre as “raças” fundamentada na simples análise do fenótipo dos indivíduos.

A ideia de superioridade atrelada a grupos culturais ocidentais pode ser observada desde as primeiras formas de civilização, a valorização da cultura grega na antiguidade tratando como barbárie toda e qualquer manifestação cultural que ultrapasse os limites dessa civilização é um exemplo dessa mentalidade de superioridade. No período medieval europeu houve uma intensa perseguição a tudo que fugisse as normas e a ética cristã, reproduzindo mais um cenário de violência baseada em um processo de internalização de uma ideia de superioridade sobre as demais formas de expressões religiosas e culturais<sup>17</sup>.

O renascimento enquanto movimento filosófico da ilustração trouxe o apelo para o viés científico no qual, o pensamento racista ganha uma conotação mais próxima do que conhecemos através da eugenia, onde a biologia foi usada como meio afirmação da hierarquia racial, munidos de teses e teoria pseudocientíficas, foi uma tentativa de formalizar o racismo como pensamento balizado por métodos usados na ciência. A noção de eugenia foi uma das principais inspirações para a ideologia nazista alemã no século XX, sendo usado como explicação para inúmeras atrocidades cometidas em nome da devoção a uma raça ariana perfeita<sup>18</sup>.

O Brasil enquanto nação deve o seu racismo as suas raízes europeias, foi no processo de colonização que a temática racial se estabeleceu como um dos debates ligados ao país. Nas palavras de MUNANGA (1999):

O que significaria ser "branco", ser "negro", ser "amarelo" e ser "mestiço" ou "homem de cor"? Para o senso comum, estas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar

---

<sup>17</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre o cenário de opressão religiosa sobre as minorias sociais pode ser encontrada em: RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação: As Minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

<sup>18</sup> No livro “*As origens do Totalitarismo*” a filósofa judia Hannah Arendt discorre brilhantemente sobre a ligação ideológica do nazismo com o antissemitismo, abordando inclusive os aspectos raciais e a influência desse fenômeno na estrutura social nazista alemã.

da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico. (MUNANGA, 1999, p.18)

É interessante observar que desde o século XVIII, a América era encarada como degenerada, os pensamentos nutridos sobre o “novo” continente se pautaram na depreciação do povo e da cultura originária dessa região, entendendo o atraso como símbolo máximo daqueles indivíduos bestializados ao olhar europeu. Ainda em 1768 o abade Cornelius de Pauw postulou a “degeneração”<sup>19</sup> como um traço inevitável da América e dos seus habitantes, essa visão dá seguimento a tese de “debilidade”<sup>20</sup> do continente americano do naturalista Georges-Louis Leclerc, também conhecido como Conde de Buffon.

A ascensão da burguesia com as revoluções burguesas nos séculos XVII e XVIII evidenciaram e estabeleceram firmemente o debate sobre avanço civilizacional, construindo um cenário ideológico perfeito que foi explorado extensivamente pelas teorias raciais deterministas do século XIX, principalmente após a popularização do livro “a origem das espécies” de Charles Darwin, obra que trouxe o debate sobre evolução ligada ao princípio da adaptação biológica e da “sobrevivência do mais apto”, conceitos que embora não estivessem direcionados a análise dos seres humanos logo foram adaptados para essa linha pelos Darwinistas Sociais da época, entre os mais destacados se encontra Francis Galton que dividia um grau de parentesco com o próprio Darwin, Galton foi responsável pela definição do termo “eugenia” e do seu caráter “positivo” como um estudo da seleção artificial biológica em prol da evolução racial humana, teoria essa que pega emprestado diversos conceitos do evolucionismo darwinista para serem aplicados a um preceito de poligenismo em prol de uma hierarquização racial humana<sup>21</sup>.

Obviamente o método de estudo da eugenia enquanto pseudociência esteve pautado no grau de civilização, entendendo essa linha como fruto da capacidade intelectual racial de cada povo, assumindo o povo europeu como o topo da escala racial humana, houve ramificações nas formas como os fenótipos dos povos foram estudados pelos variados teóricos da pseudociência

---

<sup>19</sup> Termo usado na obra *Recherches philosophiques sur les américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'histoire de l'espèce humaine* de 1768.

<sup>20</sup> Tese publicada em 1749 na obra *Histoire naturelle* do Conde de Buffon.

<sup>21</sup> Francis Galton desenvolve grande parte de seus conceitos eugenistas no livro “*Hereditary genius*”, nessa obra o argumento defendido se baseia na capacidade de transmissão de aspectos do ser pela hereditariedade, Galton defende que além das características físicas o próprio talento pode ser herdado biologicamente, uma seleção biológica criteriosa poderia criar seres dotados de habilidades inimagináveis, essa premissa é uma das ideias básicas da eugenia.

racial, exemplos disso foram a craniometria e a frenologia bastante exploradas pelo cientista Paul Broca no intuito de comprovar por meio desses métodos a inferioridade das negra africana e a superioridade branca europeia.

Derivada da linha evolucionista de análise do fenótipo humano houve a antropologia criminal, na qual, o criminologista Cesare Lombroso foi o criador e principal expoente dessa ramificação do darwinismo social que associava a criminalidade as influências atávicas dos indivíduos, postulando o caráter simiesco como os traços característicos dos potenciais criminosos, colocando o indivíduo negro como principal alvo da tendência a criminalidade pela sua particularidade biológica.

A popularização do darwinismo social no meio científico foi responsável pelo grande número de adeptos dessa teoria, além dos já citados anteriormente tiveram Arthur de Gobineau, Samuel George Morton e Gustave Le Bon como defensores e estudiosos de destaque dos campos do racismo científico.

O direcionamento biológico que foi tomado pelo imaginário racista com a popularização do darwinismo social transformou o modo como essa questão foi encarada socialmente, essas teorias serviram de bases ideológicas para movimentos como o nazismo alemão no século XX que tinha como objetivo a perpetuação da raça ariana.

No Brasil as teorias do darwinismo social entraram pela literatura na década de 70 do século XIX segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1995), a mentalidade social foi muito influenciada por esse processo de incorporação do racismo científico, vários pensadores brasileiros se tornaram estandartes dessas teorias denotando o pano de fundo das discussões que se estabeleceram sobre a “raça” brasileira.

A discussão sobre a raça brasileira se somou à tentativa de construção do ideal de nação no surgimento da república no final do século XIX, esse debate tomou enormes proporções no século XX e moveu grande parte da intelectualidade brasileira ao estudo da raça e da miscigenação brasileira como um símbolo da afirmação nacional<sup>22</sup>.

No início do século XX a miscigenação foi encarada como a marca da degeneração racial brasileira, o país se viu transformado em um laboratório de pesquisas cobiçado pelos adeptos do darwinismo social devido ao profundo processo de “mistura de raças” que havia ocorrido nessas terras, as teorias levantadas quase sempre apontavam para uma catástrofe biológica praticamente inevitável no Brasil devido a presença forte do sangue negro em sua

---

<sup>22</sup> A historiadora brasileira Lilia M. Schwarcz faz um intenso estudo historiográfico sobre o impacto da eugenia no Brasil na obra “O espetáculo das raças”, observando como a miscigenação adentrou a questão ideológica e moveu a intelectualidade brasileira na construção de narrativas sobre o tema.

“raça”, é nesse cenário que o branqueamento racial surge como medida sanitária para evitar o desaparecimento do povo brasileiro<sup>23</sup>.

O espectro da miscigenação brasileira sempre carregou as faces do racismo brasileiro em seu núcleo, invariavelmente tratar da composição “racial” do país no século XIX e início do século XX significava tocar nos assuntos de superioridade racial e cultural, quase sempre com um modelo de pensamento estruturado na afirmação da inferioridade do negros africanos como uma mácula na estirpe brasileira, dessa forma analisar como a intelectualidade do Brasil enxergou a miscigenação nesses períodos nos dá pistas de como o racismo estava inserido na mentalidade e no projeto social.

O debate sobre a questão racial no Brasil não nasce com a chegada do darwinismo social na década de 1870, diversos teóricos brasileiros já vinham discutindo a miscigenação como característica antes desse período, Francisco Adolfo de Varnhagen é um exemplo desse fato, apoiado e subsidiado pelo imperador Dom Pedro II o historiador brasileiro teve uma enorme contribuição na escrita da história brasileira, em sua obra *História Geral do Brasil* lançada pela primeira vez em 1854 o autor aborda a história do Brasil como uma glorificação do colonizador, expondo o branco europeu como a dádiva da nação e um símbolo da superioridade racial.

Segundo Varnhagen as índias preferiam se unir aos brancos a ter que viver com os seus semelhantes, tratando a atração como motivada por questões de natureza cultural e fisiológica, afirma inclusive que o desaparecimento da população indígena seria explicado pela miscigenação e não pelo genocídio provocado pelos europeus<sup>24</sup>, sobre os negros defendia que a miscigenação deveria acabar com a cor negra do império brasileiro<sup>25</sup>, evidenciando com isso a preocupação com influência dos negros na cultura e na sociedade como um todo, sendo o branco europeu o símbolo da salvação contra a barbárie.

A história escrita da sociedade brasileira perpassa invariavelmente pela questão racial, esse fato expõe a importância dada a essa temática e a tentativa de afirmação ideológica por meio das narrativas postuladas, diversos historiadores do século XIX tiveram a miscigenação como alvo de discussão sendo que a grande maioria tratou dessa questão como um entrave sociocultural, principalmente pela presença do sangue negro nesse processo, o discurso

---

<sup>23</sup> No livro “Quem é bom já nasce feito: sanitarianismo e eugenia no Brasil” o historiador André Mota aborda os efeitos da tentativa de “limpeza da raça” brasileira, analisando o papel da medicina e dos médicos do período na tentativa de branqueamento racial.

<sup>24</sup> Guimarães; Lúcia M. P. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. In: Francisco Adolfo de Varnhagen. 2 ed. São Paulo: Senac, 2002. Pg: 84.

<sup>25</sup> Guimarães; Lúcia M. P. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. In: Francisco Adolfo de Varnhagen. 2 ed. São Paulo: Senac, 2002. Pg: 86.

pessimista sobre a miscigenação acabou de tornando a narrativa oficial pouco contestada no século XIX.

A visão negativa da miscigenação já existia desde as primeiras formas de povoamento da colonização portuguesa no Brasil, a igreja sustentava a ideia de inferioridade dos povos africanos pela perversão e promiscuidade dos costumes africanos na perspectiva europeia, a tentativa de controle da “mistura racial” já era evidente, isso pode ser observado em alguns documentos históricos, dentre esses uma carta redigida em 1550 pelo padre Manuel da Nóbrega onde o mesmo solicitava ao rei de Portugal o envio de órfãs brancas e solteiras para remediar a “falta de mulheres” na colônia.

Muitos cristãos, por serem pobres, se têm casado com as negras da terra, mas bastantes outros tencionam voltar ao Reino e não queremos absolvê-los (ainda que tenham filhos) por se terem casado em Portugal e antes muito os repreendemos nas predicas. Se el-rei determina aumentar o povo nestas regiões, é necessário que venham para se casar aqui muitas órfãs e quaisquer mulheres, ainda que sejam erradas, pois também aqui há várias sortes de homens, porque os bons e ricos darão o dote às órfãs. E desta arte assaz se previne a ocasião do pecado e a multidão se aumentará em serviço de Deus. (NÓBREGA, 2021, p.155)

O trecho da carta deixa explícito que já existia uma preocupação com a “interação racial” desde os primeiros passos da colonização brasileira e, na visão da igreja o casamento seria uma arma para impedir que os homens brancos europeus se corrompessem ao contato sexual com as negras e indígenas da colônia.

Os elementos de discussão levantados nos ajudam a entender como o racismo brasileiro foi construído a partir da mentalidade europeia portuguesa, o discurso racista brasileiro do século XIX possui ligações históricas com o modo como Portugal entendia as questões raciais culturalmente.

A formação do discurso racista brasileiro passa por todos esses traços de construção de narrativas históricas como meio de legitimação de uma ideologia de superioridade, os historiadores do século XIX ajudaram a dar esse sentido no meio erudito e na afirmação de uma história oficial brasileira repleta de referências ao pensamento racista, esse direcionamento é um reflexo do propósito social da época que buscava a definição de uma imagem cultural para o país após a independência.

A real quebra do discurso de negatividade da miscigenação veio na década de 30 do século XX com a geração de 30 e o mito da democracia racial atribuído a Gilberto Freyre, porém ainda no século XIX existiam vozes contrárias ao discurso de depreciação da miscigenação brasileira, Manuel Bonfim é um exemplo desse fato, no início do século XIX

com a popularização do darwinismo social entre a intelectualidade brasileira o historiador sergipano teceu uma intensa crítica a essa visão de superioridade racial de exploração, esse posicionamento é observado em sua obra *A América Latina: males de origem* publicada pela primeira vez em 1905.

Levada à prática, a teoria deu o seguinte resultado: vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições - deles superiores; instituem-se em classes dirigentes, e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores [...]. Tal é, em síntese, a teoria das *raças inferiores*. (BONFIM apud VENTURA, 2002, p. 249)

Bonfim fez duras críticas ao estado brasileiro enxergando nesse o grande culpado pelos mazelas sociais, na visão dele o sistema de exploração colonial das Américas criou uma sociedade parasitária com um estado tirânico, nefasto e espoliador, que explorava cruelmente a sua população, em especial os que faziam parte das ditas “raças inferiores”, criando com isso uma falsa democracia que servia para sustentar e agir de acordo com os desejos e caprichos dos membros da elite brasileira.

Esse tipo de crítica controvertia a onda eugenista do período, também por isso Bonfim não teve grande notoriedade em vida, porém esse posicionamento é um vislumbre do movimento que posteriormente foi encabeçado por Freire na afirmação de uma visão positiva da miscigenação do povo brasileiro.

A gênese do pensamento racista brasileiro está nas idas e vindas históricas dos discursos raciais, discursos esses que foram absorvidos pela mentalidade social e disseminados de diversas formas, o campo das mentalidades é alvo de intensas e extensas disputas pois representa o domínio ideológico da sociedade, com isso observasse que quase sempre o discurso dominante e tido como legítimo é aquele que retrata as ideias da elite econômica.

## 2.2 DAS QUESTÕES PSICOLÓGICAS DO RACISMO

Inevitavelmente o estado psicológico de um sujeito é afetado pelos apresentados e repetidos desde a sua infância, também por isso a linguagem é uma fonte de análise imprescindível para o investigar a assimilação dos símbolos e signos que denotam o racismo pelos indivíduos brancos e não brancos, o modo como os discursos estão estabelecidos na sociedade tem grande importância na formação cidadã.

A linguagem é um aspecto cultural importante na formação do sujeito, por ela observamos como se formam as interações e como o indivíduo se coloca no meio social, a

linguagem não se resume aos signos e caracteres linguísticos, mas também as múltiplas expressões verbais e não verbais que estão presentes na reprodução dos discursos dentro da sociedade.

No Brasil o racismo é percebido em diversos campos do discurso, a atribuição de adjetivos de desqualificação como “ruim” para se referir ao cabelo crespo é um exemplo dessa natureza, esse tipo de colocação é naturalizada no senso comum e amplamente reproduzida, logo se torna uma “verdade” no entendimento daqueles que se utilizam dessa expressão, a desvalorização de uma característica física do negro para a afirmação de um padrão estético branco é o real sentido dessa proposição discursiva e depreciativa e, por vezes é assimilado pela pessoa preta que passa a não mais aceitar suas características naturais e passa a buscar uma transformação da sua imagem renegada pela sociedade.

A expressão “cabelo ruim” funciona como variadas formas de discurso, desde o insulto racial que é usado como uma ofensa para reafirmar uma “inferioridade” estética do indivíduo que o liga a um grupo marcado pela opressão, funcionando inclusive como uma espécie de lembrança da distância social existente entre os brancos e negros, porém, essa frase é também costumeiramente usada de maneira natural como um “jargão” aceito pela sociedade: “Ela tem é sorte, meu cabelo era ‘mais ruim’ que o dela e eu sofria na escola por causa disso” ou como parte de *bullying* associando o cabelo crespo a algo distinto como na expressão “cabelo de Bombril” que é um apelido muito conhecido, ou seja, existem múltiplas variações e formas que o discurso racista pode assumir para a discriminação de características físicas ligadas a população preta, vamos listar e analisar alguns dos mais “famosos”.

Um dito popular, notadamente racista, que é reproduzido com o tom de piada é o “negro quando não caga na entrada, caga na saída”, o objetivo dessa afirmação é associar a imagem do negro a “falta de jeito”, “ao sujeito comparado a dejetos”, “ao que fede, que é nojento”, sempre esperando desses indivíduos uma ação que venha por ventura estragar uma situação ou evento, representando a ideia do fracasso como uma questão genética do negro que seria a explicação para a “falta de perspectiva social” desse grupo dentro da estrutura social.

Outro provérbio comum é “À noite todos os gatos são pardos” que não aparenta em primeiro momento ter uma ligação direta com o negro, porém quando analisada com minúcia essa associação é evidente, o sentido comum atribuído é de que na escuridão todas as coisas se assemelham, porém a escolha da palavra “pardo” como adjetivo da frase não é por acaso, na nossa sociedade existe uma ligação profunda entre o pardo e o negro, tanto no âmbito da miscigenação quanto da associação já que “pardo” também funciona como um sinônimo de negro, dessa forma o intuito racista fica explícito quando observamos desse ponto de vista. Essa

expressão é muitas vezes usada como sinal de aviso, alertando que durante a noite o perigo é iminente e não se pode confiar em ninguém, nessa lógica o “pardo” assume sentido do perigo na frase já que pessoas de pele escura são colocadas como símbolos da criminalidade, assim o real sentido passa a ser “À noite todos são pretos, não se pode confiar em ninguém”.

Esse ditado também é usado como um alerta para a ação da polícia, é fato notório na sociedade a existência da diferença de tratamento da força policial para com o negro, estabelecendo esse indivíduo como o alvo predileto da desconfiança e da violência policial, são inúmeros os casos que sustentam essa afirmação, nesse sentido o provérbio passa a ter outro significado “À noite todos são negros, você pode ser confundido com um”, expressando com isso uma recomendação ao comportamento para não ser confundido com um criminoso pela polícia, nessa forma mais uma vez o negro é associado a figura da criminalidade, uma espécie de ligação direta entre as figuras do negro, do favelado e do criminoso, como se as três palavras fossem sinônimas e possuíssem o mesmo sentido, no senso comum essa ligação de sentido acaba é uma “verdade” amplamente disseminada e aceita.

“Eles que são brancos que se entendam” é outro provérbio comum da língua brasileira, mas qual é o seu significado? Por ser um país marcado pela escravidão e pelo domínio da população branca sobre a preta esse dito popular parece ser uma alusão a hierarquia social presente, uma espécie de reconhecimento da população branca como o grupo dominante na condução da sociedade, dessa forma alguns assuntos só dizem respeito a esse grupo, não sendo inteligente interferir ou opinar se não for um deles.

Todos esses ditos, provérbios e anedotas fazem parte da narrativa racial construída historicamente na sociedade, discursos que são reproduzidos constantemente e das mais variadas formas. A música é uma das formas de divulgação desses estereótipos, a marcha de carnaval “Fricote” de Luiz Caldas exemplifica essa questão, um dos trechos da letra traz a seguinte frase: “Nêga do cabelo duro, que não gosta de pentear” onde é perceptível a discriminação a uma característica física do negro, essa passagem foi alvo de diversas críticas do movimento negro, o próprio cantor retirou a música do seu repertório de shows<sup>26</sup> reconhecendo o teor racista da composição.

As propagandas são outro meio de divulgação onde o estereótipo de beleza é marcadamente branco, repercutindo essa visão em meios de divulgação em massa. As simples conversas do dia-a-dia também se caracterizam como fontes de propagação do discurso racista,

---

<sup>26</sup> Luiz Caldas diz que não canta mais 'Fricote' por letra racista... Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2021/10/25/luiz-caldas-diz-que-nao-canta-mais-fricote-por-letra-considerada-racista.htm> Acesso em: 04 de mar de 2023

por vezes essas interações trazem elementos de depreciação do negro e das suas características, expressando a inconfundível onipresença do racismo na sociedade.

Possivelmente uma das formas mais eficientes de propagação de ditos racistas são as “piadas”, se estabelecem como discursos estabelecidos no meio social e são disseminados com premissas de “humor”, diversas frases racistas são conhecidas da maioria da população pois as ouviram alguma vez na forma “sentenças de humor”, um dos exemplos mais conhecidos disso é “*Qual a diferença entre uma nêga grávida e um carro com o pneu furado?*” sendo a resposta usada: “– Nenhuma. Ambos estão esperando um macaco”, todo o sentido da construção de “humor” dessa piada se concentra na comparação do indivíduo negro com um “macaco”, esse é um insulto conhecido mundialmente que simboliza o “atraso genético, cultural e social” que os racistas atribuem a população negra.

O humor funciona como uma proteção para quem se utiliza desse método de discurso para propagar o racismo, o locutor usa a forma cômica para se desresponsabilizar do ato de racismo justificando não ter sua autoria no discurso, se colocando como alguém que usufruiu de um discurso pronto com fins unicamente cômicos, nesse sentido o intuito do humor é o que encobre o teor racista contido na sentença, assim o discriminador se “isenta” da culpa e faz do interlocutor que aceita esse cenário um cúmplice do ato.

Esse é mundo social no qual o indivíduo negro está inserido desde o nascimento, um universo repleto de discursos racistas que buscam ridicularizar as suas características, obviamente a convivência nesse meio tóxico acarreta em danos psicológicos severos que podem resultar na não aceitação dos próprios traços físicos e culturais, aproximando-os de uma identificação com o modelo ideológico do branco.

As influências que as representações negativas exercem sobre a psique da criança negra podem ser consideradas nocivas, pois imprimem nela um olhar negativo sobre si mesma. A psique existe dentro de um corpo que é atacado por todo tempo, por olhares, chacotas, brincadeiras, apelidos pejorativos, xingamentos e até agressões físicas. (SILVA, 2017, p. 84)

Não é possível medir o impacto causado em um sujeito de uma vida cercada de agressões constantes a sua imagem, porém percebemos a gravidade dessa situação quando nos deparamos com pessoas que abnegam suas identidades para se refugiarem da violência sofrida, quando a psique do indivíduo é vencida pelo racismo tomamos conhecimento da real dimensão desse problema.

Na maior parte das vezes quem observa de fora não enxerga o fardo carregado por quem é alvo constante do racismo, principalmente pelo fato de que a vítima que carrega os traumas

vividos não se sente confortável em expô-los deliberadamente, os efeitos podem vir a se tornar aparentes após anos de violência sofrida, não há escapatória desse cenário já que é a sociedade quem impõe a tortura psicológica ao negro, apesar de muitos adotarem os padrões da cultura dominante na tentativa de amenizar os efeitos dessa opressão o efeito é falso e desenvolve no indivíduo a ilusão do acolhimento, o mundo real como afirma Freud (2012,p.79) “é governado pela sociedade dos homens e pelas instituições que eles criaram conjuntamente” não sendo possível escapar dessa realidade, ignorar esse fato é “ao mesmo tempo, retirar-se da comunidade humana”<sup>27</sup>.

O racismo está presente no discurso social atuando na desvalorização das características do negro, da cor da pele as manifestações culturais, tudo o que faz parte do mundo do negro é depreciado e ridicularizado pelo discurso racista, prejudicando de modo geral a associação positiva do indivíduo negro com as representações do seu grupo social, afetando inclusive a sua afirmação identitária.

### 2.3 RELAÇÃO DE COR E RAÇA: O TOM DA PELE E O RACISMO NO BRASIL

O debate sobre a cor da pele no Brasil sempre apresentou caminhos preponderantes para a análise do racismo por existir uma relação profunda entre a cor da pele e o aspecto racial na sociedade brasileira e até o final do século XX os censos demográficos incluíam a categoria de “cor” como o meio para identificar o panorama étnico brasileiro.

Isso demonstra um dos aspectos da mentalidade brasileira sobre a questão racial quando comparado aos Estados Unidos que utilizam o termo “race” (raça) nos censos como meio de captar a identificação étnica em seu território, no Brasil o termo “cor” é preferível ao termo “raça” pois isso captura os contínuos aspectos da concepções raciais brasileiras onde os grupos se confundem (GUIMARÃES, 1999, apud TELLES, 2002), a palavra “raça” tem uma conotação diferente no entendimento brasileiro, por vezes é encarado como “rude” ou mesmo “inapropriado” para os padrões sociais, no entanto, assim como na “raça”, a cor de um indivíduo é comumente classificada no padrão ideológico racial brasileiro (TELLES, 2002), os termos “cor” e “raça” no campo da mentalidade social estão ligados aos ideais de ancestralidade, estereótipos, fenótipos, *status* social e até posições de classe.

Por aqui, cor serve como uma forma de negociar com a “raça” ou a origem ou evitar o conflito explícito (SCHWARCZ, 2017), transformando o aspecto da cor num campo ideológico

---

<sup>27</sup> IBID., Pg:79.

ligado ao parâmetro racial, mas com uma roupagem distinta que busca o disfarce que é característico do racismo brasileiro.

Os censos demográficos brasileiros utilizam a categoria “cor” para abranger a composição étnica em seu levantamento e nesse quesito a subjetividade é predominante já que tem como princípio a auto identificação do indivíduo e geralmente a resposta fica disposta em opções preestabelecidas pelo órgão competente, atualmente o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em suas pesquisas dispõe das seguintes opções: Branca, Preta, Parda, Amarela e Indígena, o formato atual é resultado das diversas alterações que o questionamento sobre a “cor” nos censos sofreu ao longo dos anos.

Entre os anos de 1940 e 1980 os indivíduos foram classificados em apenas 4 categorias de cores: branca, preta, parda e outra (CARVALHO et al, 2003), foi observado que apenas essas categorias seriam insuficientes para abranger a diversidade brasileira e com isso “indígenas” e “amarelo” foram incorporadas como categorias do censo demográfico em 1991.

O fato de não existir a categoria indígena nos censos até a década de 90 do século passado revela um pedaço da lógica social do período, o nativo assim como o negro são indivíduos marginalizados pelo estado e envoltos em estereótipos de inferioridade criados e difundidos socialmente.

Mesmo após a inclusão do indígena como categoria de cor nos censos demográficos é constatado que o problema de identificação persiste, isso significa dizer que é improvável encontrar um esquema fechado de “categorias de cor” que de fato abranja toda a subjetividade da mentalidade brasileira, a diversidade étnica somada aos discursos estereotipados sobre “raça” criou um cenário de crise de identificação.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio de 1976 organizada pelo IBGE trouxe uma amostra dessa “crise” a relacionada a cor e identidade, nesse episódio foram obtidas 136 respostas diferentes para o questionamento sobre a cor, diferente do censo onde geralmente o pesquisador determina a cor do entrevistado, nesse PNAD a resposta ficou a critério dos brasileiros que participaram do estudo, o resultado foi uma quantidade intrigante de respostas distintas.

- |                |                      |                        |
|----------------|----------------------|------------------------|
| 1. Acastanhada | 8. Alvinha           | 16. Azul-marinho       |
| 2. Agalegada   | 9. Amarela           | 17. Baiano             |
| 3. Alva        | 11. Amarela-queimada | 18. Bem-branca         |
| 4. Alva-escura | 12. Amarelosa        | 19. Bem-clara          |
| 5. Alvarenta   | 13. Amorenada        | 20. Bem morena         |
| 6. Alvarinta   | 14. Avermelhada      | 21. Branca             |
| 7. Alva-rosada | 15. Azul             | 22. Branca-avermelhada |

23. Branca-melada	61. Escura	99. Moreninha
24. Branca-morena	62. Escurinha	100. Mulata
25. Branca-pálida	63. Fogoió	101. Mulatinha
26. Branca-queimada	64. Galega	102. Negra
27. Branca-sardenta	65. Galegada	103. Negrota
28. Branca-suja	66. Jambo	104. Pálida
29. Branquiça	67. Laranja	105. Paraíba
30. Branquinha	68. Lilás	106. Parda
31. Bronze	69. Loira	107. Parda-clara
32. Bronzeada	70. Loira-clara	108. Parda-morena
33. Bugrezinha-escura	71. Loura	109. Parda-preta
34. Burro-quando-foge	72. Lourinha	110. Polaca
35. Cabocla	73. Malaia	111. Pouco clara
36. Cabo-verde	74. Marinhe	112. Pouco morena
37. Café	75. Marrom	113. Pouco clara
38. Café-com-leite	76. Meio-amarela	114. Pretinha
39. Canela	77. Meio-branca	115. Puxa para branca
40. Canelada	78. Meio-morena	116. Quase-negra
41. Cardão	79. Meio-preta	117. Queimada
42. Castanha	80. Melada	118. Queimada de praia
43. Castanha-clara	81. Mestiça	119. Queimada de sol
44. Castanha-escura	82. Miscigenação	120. Regular
45. Chocolate	83. Mista	121. Retinta
46. Clara	84. Morena	122. Rosa
47. Clarinha	85. Morena bem chegada	123. Rosada
48. Cobre	86. Morena-bronzeada	124. Rosa-queimada
49. Corada	87. Morena-canelada	125. Roxa
50. Cor de café	88. Morena-castanha	126. Ruiva
51. Cor de canela	89. Morena-clara	127. Russo
52. Cor de cuia	90. Morena cor de canela	128. Sapecada
53. Cor de leite	91. Morena-jambo	129. Sarará
54. Cor de ouro	92. Morena-escura	130. Saraúba
55. Cor-de-rosa	93. Morena fechada	131. Tostada
56. Cor-firma	94. Morenã	132. Trigo
57. Crioula	95. Morena-parda	133. Trigueira
58. Encerada	96. Morena-roxa	134. Turva
59. Enxofrada	97. Morena-ruiva	135. Verde
60. Esbranquecimento	98. Morena trigueira	136. Vermelha <sup>28</sup>

A grande distinção entre as respostas poderia simbolizar uma tentativa de sintetizar de maneira precisa a cor específica, utilizando com isso adjetivos compostos como “branca avermelhada” ou “morena-bronzeada”, porém essas definições refletem mais precisamente a

---

<sup>28</sup> IBGE. PNAD .1976, p. 63.

falta de identificação na questão identitária, no Brasil a questão da cor é um parâmetro observado no espectro do racismo, a discriminação brasileira tem no aspecto físico a sua principal característica, dessa forma os adjetivos usados também representam uma tentativa de suavização ou fuga da realidade.

As explicações para alguns termos utilizados nesse levantamento são variados, podemos entender que nem todas as respostas representam de fato cores mas uma associação de localidade como “baiano”, outras contendo um teor cômico com a autoimagem como: “burro quando foge”, alguns termos apresentados no diminutivo como “moreninha, mulatinha, bugrezinha-escura, branquinha” aparentam representar uma associação com o feminino em uma oposição ao masculino representado no aumentativo “morenã”, outros revelando traços específicos como a cor do cabelo: “fogió, ruiva, loira”, diversos caminhos foram tomados nessas colocações que não necessariamente se associaram com a cor da pele.

Em alguns termos captados também podemos observar uma tentativa apresentar um estado passageiro para a cor da pele como “queimada do sol, queimada da praia”, condicionando a cor da pele a um estágio natural momentâneo que eventualmente pode ser revertido e “embranquecido”, assim se desvinculando da linhagem biológica e apresentando um cenário unicamente situacional. É interessante observar que essa questão da possibilidade do embranquecimento já figurava como elemento de discurso social desde o século XIX, o projeto de branqueamento da raça brasileira é um exemplo desse fato, porém a construção da narrativa do embranquecimento extrapolou as táticas de cruzamento com europeus brancos e foi colocada no âmbito da mentalidade coletiva.

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz em seu livro “**Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**” fala do livro de literatura infantil “*Contos para crianças*” publicado em 1912 que é composto por algumas histórias de temática racial, tendo como o centro da narrativa a transformação da cor da pele negra em branca, ilustrando essa mudança como um sonho ou um desejo da população negra, ou seja, um aparato lúdico de ensinamento do racismo, expondo a cor preta como algo indesejável e a cor branca como uma benção ou um símbolo de superioridade, essa estimativa ainda é observada no imaginário atual mesmo que através de elementos diferentes e por vezes menos explícitos ou com a real intencionalidade “ocultada”.

Relacionar a cor da pele mais escura como um estágio passageiro é uma expressão dessa visão de inferioridade atribuída essa característica, condição que por vezes é aceita por esses indivíduos que de certa forma rejeitam a associação com esse estigma, com isso adotam os fatores das condições climáticas e da exposição demasiada ao sol como explicação para o tom escuro da sua pele.

A autoimagem do indivíduo brasileiro no que se relaciona a cor da pele encontra na subjetividade sua maior crise, o espanto causado pelo número elevado de respostas diferentes para a pergunta sobre a cor autodeclarada do PNAD de 1976 é relevante, porém o sentido dos termos usados é mais significativo para se entender o posicionamento desses indivíduos entrevistados e observar como esse episódio se relaciona com o panorama do racismo brasileiro, cor e raça no Brasil são quase sinônimos quando temos em vista o senso comum da sociedade, nessa lógica de hierarquia de cores a cor preta é estabelecida como o ultimo patamar da escala e a posição a ser evitada, com isso se fortalece o culto a superioridade branca e cultiva o desejo nas pessoas de pertencer a esse grupo, mesmo que apenas no discurso ideológico e não na realidade social.

Os negros que não querem se definir como “negros” e têm uma condição um pouco melhor tendem a se autodefinir como “escuros” ou, mais ainda, como “pardos” ou “morenos”. Algo parecido acontece com os mestiços: aqueles com uma condição melhor na rua tendem mais a se autodefinir como brancos. Nesse sentido, o termo pardo forma uma categoria-resto que contém os mais escuros “sem jeito” – aqueles negros com renda, escolaridade e *status* baixos demais para se aventurarem no jogo dos códigos de cor e do *status*. (SANSONE, apud SCHWARCZ, 2017, p. 110 - 111).

O pardo é uma categoria de cor e raça nomeada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Nos censos organizados pelo órgão público o “pardo” aparece como uma cor intermediária entre a Branca e a Preta, uma cor sem identidade evidente, mas que carrega traços das duas categorias, não necessariamente preta, tampouco branca, mas uma mescla que tende a se aproximar mais do preto sendo em muitos dados estatísticos sociais usado no somatório que compõe a população negra.

Talvez o termo “pardo” se preste apenas a agregar os que, por terem sua identidade étnica e racial destrocada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são. (CARNEIRO, 2011, p. 62)

O pardo aparece como a representação do miscigenado que não se identifica ou foge da associação com o negro e não possui elementos de status para se afirmar como branco, a cor e a raça nesse sentido resultam de uma equação do status social para a definição dessa característica no indivíduo, é um cálculo que está além do fenótipo e se atrela a posição social ocupada.

A situação do *status* social é influente nessa classificação posto que é um fato observado historicamente, nos censos demográficos a questão da raça nem sempre foi respondida pelo entrevistado, em boa parte das vezes o entrevistador tomou para si essa tarefa, não se sabe ao certo o motivo exato dessa ação já que a orientação indicava que a resposta deveria partir do

entrevistado, alguns motivos podem explicar como (1) os entrevistadores se sentirem certos sobre a questão da raça do entrevistado, (2) a rotina automática do entrevistador ou (3) o entrevistador se sentir desconfortável com esse questionamento (PINTO, 1996). No entanto podemos compreender que a questão da raça nesses censos passa por uma combinação de fatores que se desdobram em torno da visão do entrevistador e do entrevistado, uma soma das questões sociais e dos preconceitos internalizados por esses indivíduos que resultam nas respostas obtidas.

Com base em um estudo de dados da Data Folha Instituto de Pesquisas, unidade de pesquisa do jornal Folha de São Paulo intitulado “300 Anos de Zumbi: Os Brasileiros e o Preconceito de Cor” os pesquisadores Telles and Lim (1998) apontaram que os entrevistadores tendem a classificar os que possuem menor educação e renda nas categorias de cor mais escuras, também classificaram como brancos pessoas que se autodeterminaram pardos mas que possuíam uma situação de renda e educação mais comum entre brancos, assim como classificaram como pardos indivíduos brancos com condição financeira inferior, por fim, classificaram como pardos as pessoas pretas com maior nível educacional e de renda enquanto deixaram como pretos indivíduos pardos com uma situação financeira mais precária.

A partir da análise do estudo de Telles and Lim (1998) podemos concluir que de fato o status social e classificação racial estão vinculados na mentalidade social. Dessa forma o embranquecimento também pode acontecer, não biologicamente mas ideologicamente de acordo com a condição social do indivíduo, o modo como a sociedade entende as questão racial faz com que a hierarquia de classe seja uma determinante na identidade e na cor da pele.

É fato que existe uma predileção dos brasileiros pela categoria de cor “parda”, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019 a cor predominante na população brasileira é a parda com um índice de 46,8%, seguido de Brancos com 42,7%, Pretos com 9,4% e amarelo ou indígena representando 1,1%. O quadro de 2021 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua apresenta um quadro semelhante.

Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça			
Variável - Distribuição percentual da população por sexo segundo cor ou raça (%)			
Brasil			
Ano - 2021			
Cor ou raça	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0
Branca	43,0	42,2	43,8
Preta	9,1	9,3	8,9
Parda	47,0	47,6	46,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas).

A imagem da população “pardalizada” não é por acaso, esse cenário presente tem suas raízes na construção ideológica discursiva de inferioridade do negro, onde a cor parda figura como uma rota de fuga da associação com o negro como postulado anteriormente, esse fenômeno tem no imaginário social o seu local de moradia e no discurso a sua forma de disseminação, a desfiguração da identidade de cor enfraquece a resistência contra o racismo e cria um sistema que se retroalimenta ao atingir a população mais jovem, garantindo assim que essa ideia não se limite a um estágio geracional e se propague ao longo do tempo.

### **2.3.1 A questão da cor da pele entre as alunas e os alunos das escolas arnaldo alves e monsenhor**

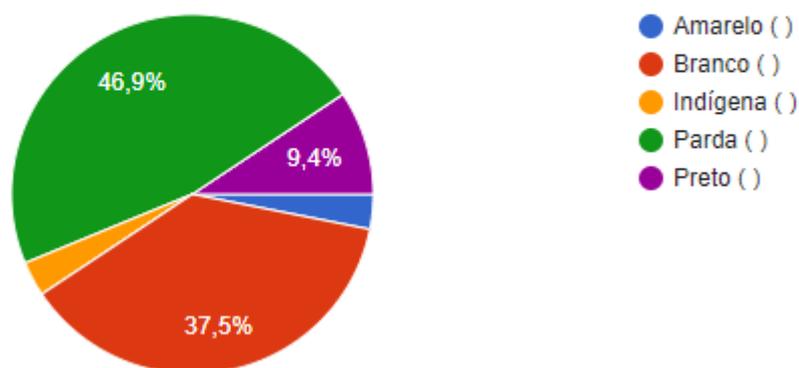
A realidade da indefinição e descaracterização da identidade de cor é predominante em toda a sociedade brasileira, as escolas que foram lócus desta pesquisa apresentaram um cenário condizente com essa realidade, a falta de informação e as dúvidas sobre a própria cor são comuns e poucos possuem convicção de como se reconhecem.

Na Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Alves Cavalcanti foi observado o predomínio da escolha pela categoria de cor parda, duas turmas de terceiro ano do ensino médio responderam o questionário e os dados levantados sobre a questão da confirmaram esse cenário.

**Gráfico 1** - Turma 1 – 3º médio “A” da EREFEM – Arnaldo Alves

Qual é a sua cor/etnia/raça autodeclarada?

32 respostas



Na **Turma 1** (3º médio “A”) o questionário foi aplicado no dia 07 de março de 2022 e o índice de alunas/os que se identificaram como pardos chegou a 46,9% (índice muito próximo do captado pelo PNAD de 2019 que foi de 46,8%), seguidos de brancos com 37,5% (12 estudantes), pretos com 9,4% (3 estudantes) e amarelos e indígenas ambos representando 3,1% (1 estudante) dos que participaram da pesquisa. Nessa turma foram obtidas 32 respostas, onde a maioria foi caracterizada pelo público feminino com 68,8% tendo o público masculino 31,3% das respostas. O questionário aplicado na **Turma 1** despertou questionamentos nas/os alunas/os sobre as cotas raciais onde apenas 5 alunos dos 32 afirmaram saber do que se trata, a temática da identificação da cor pele não surgiu nas conversas paralelas durante a realização do mesmo.

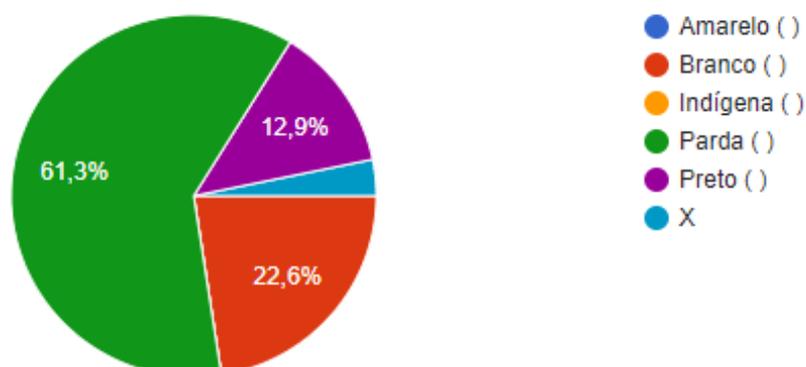
A **Turma 2** (3º médio “D”) respondeu o questionário no dia 14 de março de 2022 e também apresentou a predileção pela categoria de cor “parda” que contou com 61,3% (19 estudantes) das respostas, seguidos dos 22,6% (7 estudantes) que se identificaram como “brancos”, 12,9% (3 estudantes) como pretos e 3,2% que preferiram não escolher e usaram o símbolo “X” como resposta, não houveram respostas indicando “indígena” ou “amarelo”.

Foram obtidas 31 respostas, sendo que o público feminino mais uma vez foi maioria (67,7%) e o público masculino representando a outra parcela do alunado da turma (32,2%). Na **Turma 2** o questionário apresentado provocou dúvidas sobre a cor autodeclarada nos alunos, as conversas paralelas entre eles tiveram como teor principal a cor a ser escolhida, diversos alunos não tiveram segurança sobre qual seria a própria cor e acataram a sugestão dos colegas próximos que em sua maioria sugeriram a cor “parda”. A turma 2 também apresentou dúvidas sobre as cotas raciais onde apenas 2 alunos afirmaram saber do que se tratava o tema.

**Gráfico 2** - Turma 2 – 3º médio “D” da EREFEM – Arnaldo Alves

Qual é a sua cor/etnia/raça autodeclarada?

31 respostas

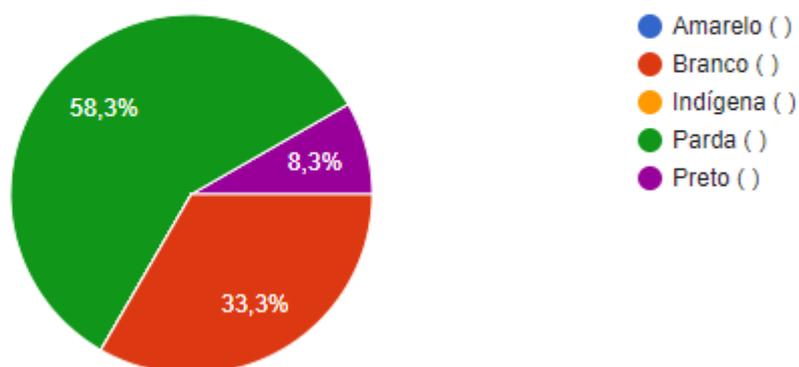


Os dados obtidos na Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Antônio de Pádua Santos mostraram uma distinção, as turmas que participaram da pesquisa divergiram no predomínio da cor autodeclarada, levando em conta levantamento geral das respostas.

**Gráfico 3** - Turma 3 – 3º médio “C” da EREM – Monsenhor Antônio de Pádua Santos

Qual é a sua cor/etnia/raça autodeclarada?

24 respostas



A **Turma 3** (3º médio “C”) foi interpelada por meio do questionário no dia 19 de maio de 2022 e teve o mesmo cenário de predomínio da cor “parda” contando com 58,3% (14 estudantes) das respostas do alunado, seguida pelas categorias “branco” com 33,3% (8 estudantes) e “preto” (2 estudantes) com 8,3%, sendo que “indígena” e “amarelo” não foram

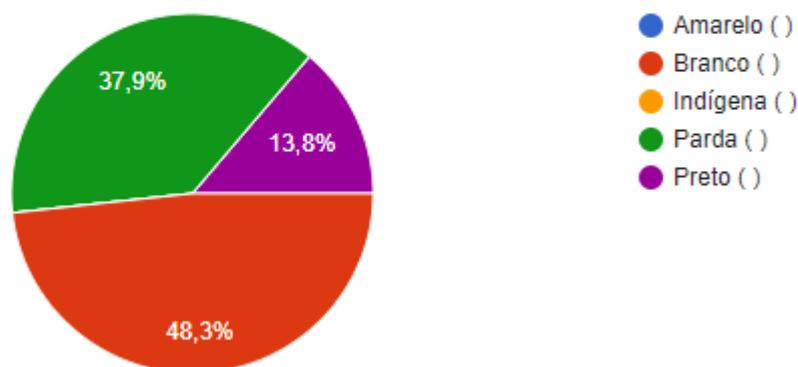
escolhidas por nenhum aluno. 24 alunos responderam o questionário do quais 58,3% se identificaram com o gênero feminino, 37,5% com o masculino e 4,2% como transexual.

Na **Turma 3** a dúvida sobre a categoria de cor da pele a ser escolhida foi presente e gerou discussão, alguns alunos mostraram não saber qual a própria cor e assim acataram as opiniões dos colegas que estavam mais próximos.

**Gráfico 4** - Turma 4 – 3º médio “A” da EREM – Monsenhor Antônio de Pádua Santos

#### Qual é a sua cor/etnia/raça autodeclarada?

29 respostas



Na **Turma 4** (3º médio “A”) os dados coletados apresentaram um cenário diferente do observado nas turmas anteriores, os alunos dessa turma responderam o questionário no dia 19 de maio de 2022, dessa vez a categoria de cor predominante nas respostas foi a “branca” representando 48,3% (14 estudantes) das respostas, seguida por “parda” com 37,9% (11 estudantes) e “preto” com 13,8% (4 estudantes). Obtivemos 29 respostas nessa ocasião, sendo que 62,1% desses se identificaram com o gênero feminino, 27,6% com o masculino e 10,3% como gênero-fluido. A **Turma 4** foi a única em que surgiram comentários sobre o racismo em si, onde um dos estudantes desconsiderou a existência desse fenômeno no país.

Das quatro turmas questionadas apenas a **Turma 4** apresentou um número maior de estudantes que se auto identificaram com a cor “branca” quebrando a hegemonia característica da cor “parda” que muitas vezes no Brasil é escolhida pela falta de certeza ou devido ao preconceito do indivíduo, o cenário encontrado nessas salas é idêntico ao que pode ser observado comumente na sociedade.

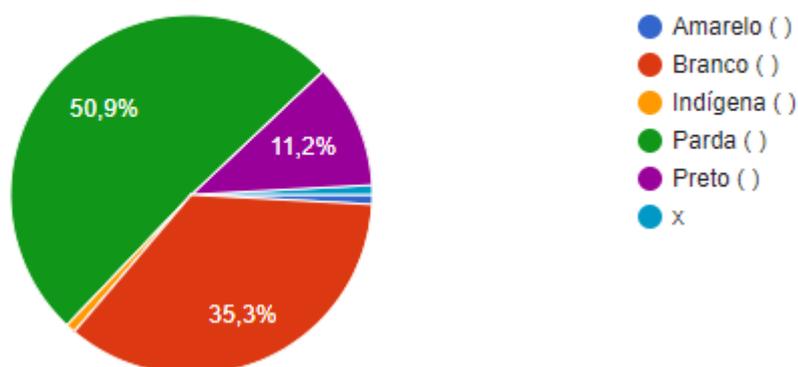
De maneira geral o quesito “cor” do questionário nos possibilitou observar mais de perto a semelhança entre mentalidade estudantil de Afogados da Ingazeira – PE e Tabira – PE e o

cenário social brasileiro, principalmente a indefinição com relação cor autodeclarada e a predominância da cor parda como um símbolo dessa identidade fragilizada pelo preconceito racial.

**Gráfico 5** - Resultado geral dos dados levantados com o questionário

Qual é a sua cor/etnia/raça autodeclarada?

116 respostas



No total a pesquisa contou com 116 respostas de estudantes, na categoria “cor/etnia/raça” houve uma predominância de pardos que atingiu 50,9% (59 respostas) das respostas, sendo a cor “branca” a segunda mais escolhida entre os alunos com 35,3% (41 respostas), a cor “preta” foi autodeclarada em 11,2% (13 respostas) das respostas e “Indígena e Amarelo” representando 0,9% (1 resposta) por cento das escolhas, 0,9% (1 resposta) preferiram não escolher uma categoria determinada e se representaram como “X”.

Quando analisado o cenário geral dos dados obtidos com o questionário observou-se que no quesito “cor da pele” foi captado um retrato próximo do que os censos e pesquisas demográficas costumam apresentar, a imagem captada reafirma a supremacia do pardo enquanto categoria de cor brasileira, seria de fato o brasileiro predominantemente pardo ou essa é a marca da incógnita que se tornou a nossa identidade?

O fato é que parte da indefinição que muitos indivíduos possuem com relação a cor é fruto do racismo, a definição cor da pele funciona nos moldes de uma classificação social e o “pardo” se estabelece na linha da neutralidade que é “confortável” para a maioria, renegar o traços do “negro” e apagar a sua “existência” do olhar discriminatório da sociedade é a saída “ideal” para os que não querem carregar o peso do racismo para si, essa sensação de escapatória

é ilusória já que o olhar social discriminador permanece sobre o indivíduo porém a sua autoimagem estará a salvo, ou seja, ao menos para o sentimento de autojulgamento racista essa “fuga” representa algum alívio.

Em suma a visão das/os alunas/os em idade estudantil sobre a questão da “cor da pele” parece emular o que se é observado de maneira geral no país, isso marca a reprodução de um cenário ideológico que vem se mantendo constante desde a primeira metade do século XX com o discurso de “aceitação” da miscigenação e popularização do “mestiço” como a figura representante da “raça” brasileira, esse padrão se reafirma na predominância do pardo atualmente.

### 3 QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA EDUCAÇÃO E A SUA LIGAÇÃO COM A PROPAGAÇÃO DO RACISMO

Neste capítulo discuti-se as brechas que a educação abre para o racismo, utilizando-se das entrevistas com professores das escolas em que desenvolveu-se esta pesquisa como base de análise, dessa forma julga-se necessário traçar um perfil das/os entrevistadas/os para uma melhor compreensão dos posicionamentos adotados, bem como alcançar uma melhor percepção de como esses sujeitos encaram o racismo e a educação.

Foram entrevistados 4 professores (2 de cada escola) onde cada um desses representou uma *Competência Específica da Educação Básica* definida pela *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)* para o ensino médio, todos os professores atuaram nas turmas do 3º ano do ensino médio no ano em que os questionários da pesquisa de campo foram aplicados, sendo importante ressaltar que todos os entrevistados tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios com fins de preservação da identidade desses profissionais que contribuíram para o trabalho de pesquisa. Ressalta-se que unicamente os nomes sofreram alterações sendo todas as outras informações verídicas, não houve qualquer alteração nos dados ou no conteúdo da entrevista.

<b>NOME</b>	<b>COR AUTODECLARADA</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>COMPETÊNCIA ESPECÍFICA CONTEMPLADA DE ATUAÇÃO</b>
Dolores	Parda	Arnaldo Alves	Biologia	Ciências da Natureza e suas Tecnologias
Bartolomeu	Branca	Arnaldo Alves	História	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Carlota	Branca	Monsenhor	Matemática	Matemática e suas Tecnologias
Anabel	Parda	Monsenhor	Português	Linguagens e suas Tecnologias

### 3.1 PERFIL DAS/OS PROFESSORAS/ES ENTREVISTADAS/OS

A entrevista realizada com esses professores subsidiou a construção de um ótimo material de pesquisa, com isso considerou-se importante traçar um breve perfil dos profissionais que participaram da pesquisa.

Sobre o questionamento: *“O que te levou ao caminho do magistério?”* as quatro respostas tiveram direcionamentos semelhantes, às professoras Carlota e Anabel de Afogados da Ingazeira – PE justificaram essa escolha em torno da identificação que possuíam com o ato de ensinar desde a infância: *“Desde pequena criança eu tinha o hábito de brincar com meus irmãos mais novos, de escolinha, né? E sonhava em ser professora...”* (Carlota) / *“Era uma brincadeira de infância que, com o passar dos anos, foi se tornando um projeto de vida, na verdade”* (Anabel).

Enquanto Dolores e Bartolomeu da cidade de Tabira – PE argumentaram a sua escolha pela oportunidade (ou pela falta dessa) que tiveram: *“Olha, a minha origem é bastante humilde. Vi na educação a oportunidade de eu ter mais qualidade de vida e também melhorar a situação da minha família”* (Dolores) / *“Foi a facilidade de ter o contato com as pessoas, de lidar com o público. E também, talvez a impossibilidade de ter conseguido ao longo da minha trajetória, até que tentei outras profissões antes de ser professor, mas assim, não fui bem-sucedido”* (Bartolomeu). Caminhos distintos que representam a formação de professores, nem sempre sendo a primeira escolha já que ainda é uma posição desvalorizada no Brasil.

Um ponto que chamou atenção no início da entrevista com estes professores surgiu no tópico da cor autodeclarada, pois dois deles se autodeclararam brancos ao passo que os outros 2 se disseram pardos, porém enquanto as respostas dos que escolheram a cor branca foi convicta e direta, as respostas dos que se declaram pardos vieram acompanhadas de justificativas e argumentos para a escolha.

Sobre a cor autodeclarada a professora Dolores deu a seguinte declaração:

*Trazendo para a minha realidade, para a minha origem, eu sou descendente de índio com negro. Dessa forma eu me considero parda, mas tenho na minha genética a cultura de povos de origem e também cultura afrodescendente, por meu pai ser negro. Meu pai é mulato e eu tenho descendente de índio com negro e também com europeus, porque minha mãe por parte de avô, meu avô por parte materna é europeu, pele branca de olhos azuis. Então tem aí uma mistura, uma miscigenação. E o nosso Brasil é miscigenado, geneticamente falando.* (Dolores)

Para a mesma pergunta a professora Anabel deu a resposta seguinte:

*Eu sempre me declaro parda, já que eu brinco bastante quando vou trabalhar romantismo, que vem aquele período da literatura para representar a formação da nação brasileira, e aquela famosa crítica que lá na frente, nas questões, a gente vai*

*poder abordar, que José de Alencar só considerava o índio branco. Mas, enfim, na minha formação, eu tenho minha avó paterna, descendente de quilombolas, de negros que sofreram em si, verdadeiramente a escravidão, de uma geração muito próxima, a minha avó era, ouviu muitas histórias de escravos, de avó dela, de mãe e tudo mais, e ela contava isso para o meu pai. A minha avó materna é indígena, e meu avô materno é descendente português. Então, eu tenho... Eu me considero parda por isso, eu tenho aí essa mistura, então, não tenho como me declarar branca, não. (Anabel)*

É possível determinar uma explicação assertiva para o que motivou as duas professoras a justificarem a cor autodeclarada parda, entretanto é no mínimo curioso observar que unicamente os entrevistados que se declararam pardos sentiram necessidade de justificar essa opção, os entrevistados que se disseram brancos responderam diretamente sem qualquer tentativa de argumentação: “Minha cor? Branca” (Carlota) / “Ela é branca” (Bartolomeu).

Uma teoria plausível para esse ocorrido pode estar no significado social agregado a cor parda, a cor da pele no Brasil tem uma ligação direta com o racismo brasileiro como discutido anteriormente, o pardo é encarado como o produto intermediário entre o branco e negro, uma condição sem identidade definida que é usada como tentativa de fuga da “inferiorização” derivada da identificação com o negro, dessa forma se colocar como pardo no meio social sempre gera questionamentos sobre a real motivação do indivíduo já que é um espaço que engloba uma grande parcela da população, muitos indivíduos entendem o pardo como a categoria de cor que representa a face do “brasileiro miscigenado”.

As perguntas que abriram o questionário nos ajudaram a conhecer um pouco melhor as opiniões dos entrevistados, inegavelmente o professor tem um enorme papel dentro do processo de ensino, ouvir os profissionais que estão na linha de frente é uma tarefa indispensável para compreender o funcionamento da escola, com essa ação podemos entender o sentido que esses profissionais compreendem a escola e tem um vislumbre de como o ensino enquanto produto final chega aos alunos por meio da didática destes professores, mais do que isso, através desse movimento conseguiu-se observar a importância dada a temática do racismo dentro dos espaços de educação em que se desenvolveu este estudo.

### 3.2 O PAPEL DA ESCOLA: A EDUCAÇÃO E SEU POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Para essa discussão nos utilizamos da contribuição de alguns teóricos que nos ajudaram a pensar sobre o papel da escola e sua função na sociedade, as teorias de Althusser (1980), Bourdieu; Passeron (2009), Foucault (2008) e Freire (2002) foram pilares para a concepção de escola e educação que foi levantada e defendida neste subtópico, por meio destes pensadores conseguiu-se analisar os interesses que permeiam o sistema de ensino, observando

também os conflitos resultantes do projeto de educação em um meio social, buscou-se com isso também compreender o impacto dessa premissa no modelo de sociedade em que vivemos.

Ora, o que se aprende na Escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de «cultura científica» ou «literária» directamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (ALTHUSSER, 1980, p. 20)

A escola é um lugar de saberes onde os indivíduos estão sujeitos ao método de aprendizagem empregado, esse processo confere técnicas entendidas como essenciais para o convívio em sociedade, os instrumentos repassados aos indivíduos permitem que estes conheçam e estejam inseridos dentro do modelo social estruturado, no entanto, o ensino não está restrito a esse propósito, suas ações e interesses extrapolam o plano de preparação sociocultural dos indivíduos.

Para Althusser (1980) a escola é um aparelho ideológico do estado, além dos conteúdos e da socialização, a escola promove as regras e os anseios da sociedade nesses indivíduos, nessa visão a reprodução das relações de trabalho não confere ao sistema de ensino unicamente a função de qualificar a mão de obra, é necessário que se reproduza também a submissão da força de trabalho, ou seja, o método de ensino perpassa pelo ato de tornar os indivíduos dispostos a exploração laboral.

Para entender como a escola funciona sendo um aparelho ideológico do estado, precisamos compreender o que Althusser entende como ideologia:

A ideologia, para Althusser, é um sistema de representações, mas essas representações na maior parte das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem aos homens sem passar para a sua "consciência". A ideologia refere-se, então, à relação "vívida" dos homens no seu mundo. Essa relação não parece consciente" a não ser na condição de ser inconsciente, parece, da mesma maneira, não ser simples a não ser na condição de ser complexa, de não ser uma relação simples, mas uma relação de relações, uma relação de segundo grau. (MOTA; SERRA, 2014, p. 129)

Nessa perspectiva a ideologia se dá como um produto das relações de classe distribuídas dentro da sociedade, uma estrutura que carrega a complexidade dessas interações marcadas pelo conflito dialético, agindo no campo das mentalidades e interferindo no modo como indivíduo se relaciona com o mundo à sua volta, assim se estabelece um confronto ideológico entre as classes sociais, a classe dominante vive sua ideologia e por meio dela busca influenciar a manutenção dessa estrutura de privilégio.

A ideologia não está presente no campo das ideias conforme entendido na teoria de Althusser. Ela se dissemina pelos meios dos aparelhos ideológicos do estado, por meio destes

aparelhos produzidos nas lutas de classes inacabadas os sujeitos entram em contato com o mundo social. Portanto, assim é posto o sistema de dominação que tem a ideologia como um instrumento fundamental de perpetuação, a escola está estabelecida como um desses aparelhos ideológicos que assim como a igreja e a família funcionam como base nesse esquema social. O racismo como um meio de opressão é reproduzido nesses aparelhos ideológicos do estado, estes disseminam o ideal de mundo das classes hegemônicas na esperança de manter o controle e impedir o crescimento dos conflitos sociais.

A escola enquanto projeto tem seu direcionamento voltado para a sociedade na qual está inserida, no entanto o campo social é reconhecido como um espaço de intensos conflitos de interesses entre os indivíduos que o habitam, dessa forma a escola também é interpretada como espaço das disputas que representam essa distinção ideológica, ou seja, o sistema de ensino se estabelece nos desdobramentos dos conflitos de classes que conseqüentemente determinam as estruturas sociais.

No meio desse embate entre classes sociais a escola representa um espaço crucial para o controle social, enquanto para os oprimidos essa, por simbolizar um meio para uma revolução sociocultural, para quem ocupa os espaços de privilégio a escola representa um dos caminhos para a manutenção da dominação, um meio de reprodução das táticas de opressão que permitem a submissão das classes subalternas.

A ação pedagógica constitui-se sempre como uma violência simbólica porque visa impor e inculcar certas significações, selecionadas umas e excluídas outras. Esta seleção arbitrária é sempre feita por um grupo ou classe. A seleção de significados é arbitrária porque não reside numa “natureza humana” ou numa “natureza das coisas”. Contudo, a seleção de significações que deriva objetivamente de um grupo ou classe é socialmente necessária. (BOURDIEU; PASSERON, 2009, pg: 5-6)

Na teoria de Bourdieu, a reprodução do cenário de dominação social é o papel dado à escola pelas classes hegemônicas, dentro do espectro do processo educativo. O controle dos corpos é um procedimento fundamental para a perpetuação do projeto social, nesse aspecto os efeitos das táticas pedagógicas encontram a resistência habitual desenvolvida pelas “individualidades em formação”, todo o processo de ressignificação da ação pedagógica nesses indivíduos será entendida como uma violência simbólica, serão impostos e inculcados símbolos e aspectos tidos como preponderantes para o desenvolvimento do ser, o ponto crucial desse pensamento remete ao interesse principal, interesse este que na visão de Bourdieu atende aos anseios do grupo ou classe social dominante.

A educação é fundamental na busca pela coesão social, redefinindo os interesses dos

indivíduos e direcionando os mesmos para os fundamentos da cultura dominante, fazendo dessa cultura o modelo a ser seguido, tomando o *status* de correta no espectro sociocultural, com esse propósito todos os mecanismos de controle são utilizados em um plano de “adestramento” dos corpos para torná-los dóceis e maleáveis, suscetíveis às implicações dos efeitos do esquema de opressão exercido na sociedade. Esses elementos de dominação são observados através do que Bourdieu chama de *habitus*<sup>29</sup>, onde o próprio indivíduo reproduz todos os sistemas inculcados pelo projeto pedagógico de maneira automática, a naturalidade dessas ações representa o êxito do processo.

A teoria da reprodução bourdieusiana foi uma análise do cenário de ensino francês no século XX, porém esse estudo ainda oferece ferramentas que nos ajudam a analisar as falhas do sistema de ensino na atualidade, mais do que isso, é um caminho teórico que elucidava boa parte dos processos de exclusão propostos por medidas curriculares, tanto no que se refere a seleção de conteúdos quanto na dinâmica de ensino proposta.

Pensar a educação unicamente pelo seu viés reprodutivista seria condenar esse sistema a nunca sofrer transformação, seria fazer da escola um anexo da sociedade condicionado a se mover de acordo com a estrutura social, ou seja, não seria possível apontar qualquer potencial de revolução social exercido pela escola na sociedade já que o sistema de ensino estaria rendido aos interesses de dominação das classes hegemônicas, nesse sentido preferimos pensar a educação como de fato um campo de disputas que conseqüentemente induz a escola a possuir o caráter reprodutivista apontado por Bourdieu, principalmente no que se refere às diretrizes impostas pelo estado que lhe confere o caráter da violência simbólica pelo inculcamento do *Habitus*, entretanto esse fator não anula as condições e os elementos transformadores que a escola possui.

Uma das linhagens de tradição crítica destacará um possível caráter dual da ação educacional. Por um lado, é reconhecida a força do currículo como um lugar de reprodução das relações sociais, sobretudo na conservação das condições de desigualdade social presentes no modelo econômico capitalista. Por outro, é reconhecida a força de resistência constitutiva da educação, no sentido de superação desse reprodutivismo social. Aqui, a capacidade de resistência se afirmaria na medida em que se atribuiria à esfera pedagógica, via ação curricular, o trabalho privilegiado de formação do pensamento crítico, tendo em vista processos de emancipação de sujeitos e produção de outras condições de existência social. Conservação e resistência seriam, pois, expressões de (re) produção das relações sociais. Para tal vertente, os movimentos das relações sociais e os modos de lidar com o pensamento nas práticas pedagógicas implicar-se-iam dialeticamente. (RIBEIRO, 2011, p. 617)

---

<sup>29</sup> *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. (SETTON, 2002, p. 63)

Nas palavras de Ribeiro (2011) é constatada a perspectiva foucaultiana sobre a educação, um campo que pode ser pensado além da reprodução e da resistência já que ambas favorecem a manutenção da estrutura social de dominação, a escola nesses termos pode ser entendida na ideia de revolução que pode promover severas mudanças no cenário social, proporcionando assim uma melhor condição de existência para os que são oprimidos na estrutura vigente.

Neste sentido, a educação pode ser apontada como a chave para superação de diversos problemas presentes na sociedade, essa premissa é fundamentada no fato de que a escola enquanto processo comporta o futuro da sociedade nas figuras das crianças e adolescentes que estão inseridos nesse projeto de ensino. O potencial que a escola possui de transformação não pode ser ignorado, uma questão pontual a ser observada é que o potencial quando não explorado devidamente em sua plenitude pode estagnar o propósito revolucionário, mais do que isso, esse potencial pode ser usado para manter as estruturas de dominação simbólica, a forma como a educação é concebida e gerida pode ser um obstáculo perigoso para o propósito de superação dos estigmas sociais.

Com isso é comum nos depararmos com a alegoria da escola como um espelho da sociedade, uma espécie de cenário onde são emuladas questões semelhantes às que encontramos no espaço social fora dos seus muros, uma preparação do indivíduos para a vida que reproduz (mesmo que de maneira inconsciente) os dilemas da sociedade, um condição de vivências marcada pelos traços de imposição e submissão, nesse meio estão distribuídas interações que se baseiam nas relações de poder o que implica a noção de coercitividade e a existência da violência simbólica.

Seria possível a desarticulação dessa estrutura de reprodução na escola? Gosta-se de pensar que sim, é possível. A transformação cultural é uma das principais contribuições que a educação escolar pode oferecer à sociedade, nessa afirmação enxergamos a “transformação cultural” como a superação de características de opressão impregnadas na cultura, o racismo é um exemplo desse fator de violência enraizada na cultura, por isso compreendemos que se direcionada para esse propósito a escola se apresenta como um elemento primordial na luta contra as mazelas sociais. A questão que envolve o debate educacional e seu propósito pedagógico contra problemas sociais está na superação da opressão, é preciso se fazer entender que a “educação é um ato político”<sup>30</sup> e é necessário almejar uma *educação transformadora*

---

<sup>30</sup> Freire, Paulo. "A EDUCAÇÃO é um ato político". Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24, p.21-22, jul./ago./set. 1991.

como apontou Freire (2002) para que assim se configure um projeto libertador e revolucionário.

As velhas estruturas do modelo de ensino são enormes empecilhos para a ação transformadora, enquanto se imprime a vontade de encontrar meios da superação dos preconceitos existem os antigos métodos e conceitos dentro da escola que desarticulam essa luta e favorecem o sistema de opressão.

Evocar Paulo Freire para refletir sobre caminhos para superação dos problemas da educação é um caminho previsível, essa ação também denota a situação crítica em que se encontra o sistema de ensino, pois boa parte dos problemas apontados por Freire em suas obras da segunda metade do século XX permanecem presentes na atualidade, também por isso a obra freiriana continua atual e imprescindível para a discussão de mudanças positivas nos projetos e nos métodos de ensino.

Vivemos em uma sociedade na qual o processo formativo da/o cidadã/o está voltado principalmente para o preenchimento das lacunas do mercado, ou seja, é priorizado o desenvolvimento das capacidades produtivas do indivíduo em detrimento dos valores psicossociais, dessa forma os estigmas sociais se reforçam enquanto os esforços educativos permanecem focados em alimentar os interesses empresariais.

Essa situação não pode ser ignorada, o ideal neoliberal colocado no meio da educação reaviva questões que reforçam a lógica das diferenças sociais o que dificulta o trabalho de inclusão, mais do que isso, esse direcionamento desestrutura o potencial transformador da educação e a acorrenta em um ideal fundamentalmente de marginalização dos indivíduos mediante sua condição social.

A principal proposta da nova direita para elevar a qualidade da escola (inserção da escola no livre mercado pelos vouchers) adotada pela reforma empresarial da educação vem imersa, portanto, nas sangrentas lutas raciais estadunidenses dos anos 1950 (mas que duram até hoje), usada como proteção para uma elite branca, mostrando sua vocação darwinista, que combina a ideia de sobrevivência do mais forte com um “livre mercado” concorrencial. (FREITAS, 2018, p.18)

A educação como ato político representa nesse cenário um confronto de ideais de classes sociais, esse propósito empresarial na educação marginaliza os alunos de origem humildes e delegam o papel de subordinado que devem assumir, propondo uma educação fragmentada e de má qualidade que não prepara para o mercado de trabalho e tampouco forma a lógica da cidadania, é uma educação que atinge seu objetivo com a entrega de mão de obra flexível para o mercado.

Os autores levantados dialogam sobre um modelo de escola complexo e repleto de instrumentos de reprodução da dominação simbólica, um sistema baseado na disposição de

interesses de classes dominantes, um ambiente onde as relações de trabalho estão presentes no conceito e no propósito de formação dos indivíduos, ou seja, um ensino projetado para suprir a demanda trabalhista social e adaptar esses alunos ao sistema de exploração das relações de trabalho. Todas essas características representam a perspectiva crítica da educação, um cenário repleto de falhas sistêmicas que dão abertura para a reprodução de problemas socioculturais baseados na opressão como o racismo, machismo, entre outros.

Essas teorias nos ajudam a analisar os problemas do sistema de ensino e seu impacto na disseminação do racismo, entendendo o espaço escolar como um modelo social ultrapassado que repete as mesmas táticas de educação fragmentada, alienando o público estudantil em uma lógica de dominação simbólica que reduz a percepção desses indivíduos para as formas de violência nas quais estão inseridos.

Para se entender como a educação pode ser uma arma poderosa contra o racismo é preciso compreender das falhas que fazem da escola um espaço de reprodução dessa violência, por meio desse processo de análise poderemos enfim apontar caminhos que possam levar a construção de um espaço mais inclusivo e antirracista (tema desenvolvido no último capítulo), buscando meios que nos permitam pensar em um ensino emancipador e transformador que tenha na didática uma via para formação crítica, um método que conduza a sociedade para um viés menos segregacionista.

### 3.3 O RACISMO NO MEIO ESCOLAR

A formação é o objetivo do ensino no meio escolar, porém que tipo de formação é priorizada? Essa reflexão deu abertura ao capítulo e segue como o fio que leva a discussão nesse tópico, é importante partir desse pensamento pois o que observamos do racismo no cenário escolar é um reflexo das “prioridades” estipuladas pelo sistema de ensino.

Segundo os dados do *Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 41* de 2019 organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) a taxa de analfabetismo afeta principalmente a população preta, 9,1% da população preta ou parda de 15 anos ou mais são analfabetos, na população branca o índice é significativamente menor e atinge apenas 3,9% dos indivíduos com 15 anos ou mais, um questionamento que surge com a observação desses dados apresentados é: O racismo dentro da escola tem alguma influência nesse resultado?

No ambiente escolar o aluno negro sofre com os estigmas sociais que lhe perseguem desde o nascimento, a violência é constante e gradual afetando inclusive a sua vontade de

permanecer frequentando um local onde a sua presença desencadeia uma série de situações traumáticas, se somarmos isto a falta de preparo dos profissionais da educação para lidar com essas situações enxergamos o tamanho do problema, esse processo de violência contribui para a péssima educação ofertada as pessoas pretas, estas além de vítimas constantes do racismo ainda sofrem com a segregação escolar, vivem em panorama insustentável onde o ensino de baixa qualidade se torna uma questão secundária, conseqüentemente esse fator influencia os índices de analfabetismo.

A inclusão é mal aplicada nos espaços educacionais brasileiros e isso marca a ineficiência do sistema em comportar a diversidade, por mais que exista um discurso de acolhimento não existe um plano de inclusão efetivo para as pessoas fora do padrão cultural dominante, isso pode ser observado de diversas maneiras, porém as relações estabelecidas nesse meio exprimem dão a tônica desse problema.

As relações professor x aluno e aluno x aluno são cruciais para o processo de educação, para que exista interesse e aprendizado o aluno precisa se sentir acolhido, mais do que isso, o aluno precisa se sentir parte desse processo encontrando representações e símbolos que conversem com esse e componham a sua identidade, quando isso é negligenciado a base que deveria ser de confiança e disposição acaba sendo edificada no indivíduo através da exclusão e do preconceito.

Os problemas existentes que abrem brechas para o racismo estão presentes em todos do sistema educacional, desde a educação infantil até o ensino superior as barreiras impostas pelo racismo podem ser constatadas, ou seja, a educação é um cenário corrompido pela violência racial que acompanha o indivíduo negro em todo o seu percurso escolar, fazendo desse uma vítima característica que absorve toda essa opressão das mais diversas formas e quase sempre acompanhada de algum trauma que retrai e marca aquela existência, comprometendo a própria inserção do sujeito na sociedade que nada mais oferece do que uma versão “aprimorada” do esquema de violência vivido na escola.

A educação infantil oferece os primeiros estágios de socialização da criança com um núcleo social fora do círculo familiar, esses contatos são de extrema importância para a construção da personalidade e da formação dessa como indivíduo a ser inserido no meio social, entre 0 e 6 anos a criança é constantemente apresentada a novas descobertas que marcam a edificação do seu entendimento do mundo, nessa fase ela tende a repetir e copiar atitudes que veem nos adultos do seu convívio, durante essa etapa a criança será apresentada ao racismo de diversas maneiras, tanto no ambiente familiar com comentários e ações presenciadas de maneira direta e indireta, quanto na socialização com amigos onde conheceram outras visões de mundo

ainda em formação, essas também marcadas da mesma forma pelo convívio familiar e pelos preconceitos aos quais foram apresentados.

Se a escola amplia o processo de socialização da criança iniciado na família, é também por meio desta que o indivíduo será apresentado a extensão do racismo e as múltiplas faces que ele pode assumir, essa situação ocorrerá independentemente da posição do indivíduo pois mesmo que não seja o alvo da violência, poderá assumir o papel de quem pratica o ato racista, ainda que não esteja em nenhum dos lados invariavelmente testemunhará essas situações, é impossível passar despercebido mesmo que ainda não tenha consciência do significado do que ocorre ao seu redor.

Convivendo com o racismo de múltiplas formas, a criança inevitavelmente sofrerá o impacto desse processo na sua constituição identitária, para o negro essa construção é dolorosa pois os aspectos simbólicos que poderiam gerar uma identificação positiva são escassos, esse é inundado com representações que geram um entendimento negativo da posição social assumida pelo negro meio nacional, signos que deformam, ridicularizam, minimizam a importância sociocultural e reservam ao negro unicamente a imagem do subjugado, do submisso que sempre esteve como deslocado no mundo branco.

A constituição da identidade do ser humano como expressão de grupos e categorias sociais está indissolivelmente ligada ao processo de socialização *tout-court*. Daí pode-se afirmar que uma das funções da socialização é a da construção da pessoa humana dentro dos parâmetros de seu *locus* espacial, temporal e sociocultural, ou, numa linguagem mais filosófica, dentro de ideais ou modelo de pessoa definido pela sociedade. (PEREIRA, 1987, p.41 apud CAVALLEIRO, 2012, p.19)

A construção da identidade perpassa pela assimilação e o reconhecimento do indivíduo, uma ligação de semelhança com algo que simbolize algo que o represente, nas palavras Erickson (1972) esse processo implica na definição de quem é aquela pessoa, que valores e direcionamentos podem ser tomados.

Para o negro no meio escolar a representação encontrada na maior parte das vezes vem como um “lembrete” da posição de subordinação imposta pela sociedade, isso é reflexo do que reproduzido e tido como verdade dentro do espectro da cultura dominante, ou seja, é vigente e comum a glorificação do branco como modelo correto, em contrapartida os estereótipos negativos cristalizados na cultura são referentes ao negro e suas representações simbólicas.

O conteúdo didático quase sempre traz a associação do negro com a escravidão, o que reduz o seu papel histórico a um aspecto de animalização desse indivíduo somado a violência sobre o seu corpo escravizado, ou seja, ocorre um processo de objetificação onde pouco ou nenhum caráter positivo é apresentado como referência do universo cultural da população

negra.

Os livros didáticos são um exemplo da representação subordinada do negro, segundo Roza (2017) por meio de investigações historiadores constataram que o protagonismo negro e suas formas de resistência não eram tidos como questões históricas relevantes na educação até o início da década de 1990, esse fato é um exemplo do descaso com que a história da população negra é tratada na escola, mas é apenas uma fração da real dimensão do racismo no sistema de ensino.

Todo esse descaso fornece elementos substanciais para a validação do preconceito racial, por meio das representações deturpadas da população negra a lógica do preconceito como uma forma de racismo se consolida na mentalidade social das gerações estudantis, estas aprendem o racismo pelo convívio familiar/social/escolar e por vezes transformam o preconceito em outras ações de natureza racista, a escola é um local onde esses atos encontram regularidade.

### **3.3.1 A prática do racismo na escola**

O material didático é uma das evidências da forma como o racismo se infiltra no meio escolar, entretanto pode-se encontrar múltiplas contradições do sistema de ensino que denotam a mesma característica, as relações interpessoais que se estabelecem nesses espaços também são problemáticas, na sua pesquisa de campo em uma pré-escola Cavalleiro (2012) constatou que:

No dia a dia, em nenhum momento as professoras referiam-se à questão da convivência multiétnica dentro do espaço escolar, e menos ainda na sociedade. No entanto, assim como na vida social, constantemente, elas se baseavam na cor da pele de seus alunos para diferenciar uma criança da outra: “a moreninha”, “a branquinha”, “aquela de cor”, “o japonêsinho”.

Infelizmente esse é o pano de fundo que encontramos dentro das escolas, desde o ensino infantil a criança se acostuma com essas formas de tratamento que separam e expressam a cor da pele como a principal característica distintiva, mais do que isso, esses alunos aprendem e reproduzem o mesmo método de qualificação em sua socialização, como a própria Cavalleiro (2012) afirma essa questão não seria problemática se não vivêssemos em uma sociedade que marcada pela hierarquia étnica.

Esse tipo de tratamento onde o aluno é primordialmente identificado pela sua característica de cor é comum em todos os estágios da educação, a normalização desse fator expõe o despreparo dos profissionais que reproduzem essas ações, com isso vemos

repetidamente ocasiões dessa natureza no cotidiano escolar sem qualquer pudor, em muitos casos o significado dessas ações não é compreendido, com isso se torna um ato comum onde muitos executam e consideram irrelevante, isso caracteriza a normalização de um ato que deveria coibido em qualquer espaço educacional mas na verdade é estimulado como um procedimento natural.

O racismo está muito presente nas interações dentro da escola, na sala de aula o professor enquanto mediador presencia inúmeras destas situações, não há como passar despercebido já que acontece constantemente. Quando perguntada se já havia presenciado algum ato de racismo durante as aulas a professora Anabel respondeu que:

*Nas minhas aulas já aconteceram. E geralmente acontecem num momento de discussão. E aí, o motivo da discussão não foi a cor, nem a raça, mas a forma de ofender a pessoa envolvida é, né: - “Ah, seu macaco, tem que ser ‘nego’ mesmo. Também um ‘nego’ desse que é que... é... não podia ser diferente, só podia ser isso mesmo” ... E aí, a gente vem com toda essa questão que a gente percebe que chamar de negro, aí tem gente que diz: “Ah, se sentir ofendido porque chamou de negro?” não é dizer: “seu negro”, mas é... Tratar a expressão negro como um xingamento. Então, foram essas as situações que eu já tive o desprazer de presenciar. (ANABEL)*

Na situação descrita a professora demonstra perceber os atos de racismo no meio escolar como uma forma de ofensa, no entanto é perceptível que nos moldes descritos essas expressões aparecem como uma tentativa de silenciamento, uma espécie de caminho tomado para encerrar a discussão que figura por expor menosprezo pelo outro devido a cor da pele.

Por meio das expressões escolhidas o agressor estabelece uma posição de inferioridade ao negro, uma condição tão aparente que a palavra “negro” pura e simples comporta esse significado, dessa forma a ofensa racial não precisa ser composta por ditos diretos como “macaco”, basta apenas trazer a essência da submissão que está contida no termo “negro” enquanto forma de ofensa.

Nas interações Aluno x Aluno os atos de racismo são evidentes, para a mesma pergunta a professora Carlota explicou que:

*Assim, algumas brincadeiras, né? Que a gente vê que não é de fato uma... Eles querem... Levam no tom da brincadeira. De chamar de macaco, né? E assim, quando acontece, raramente, né? Porque geralmente acontece quando você está com uma turma inicial. Por exemplo, o primeiro ano. Como eu venho agora, nesse ano, terceiro ano, não aconteceu. Por quê? A gente já vai no primeiro, já vai cortando, já vai reclamando. E eles vão ter uma maior maturidade. Mas, é uma prática assim, os jovens em si, eles têm mania de apelidar, né? A gente tem que ficar intervindo, pedindo pra... Intervindo no momento, né? Para não acontecer de fato uma... Como é que eu posso dizer? Uma parte mesmo, assim, do racismo. E essa brincadeira entre eles pode gerar de fato um problema sério. É que às vezes é só uma brincadeira, mas tem um fundo de verdade. Ali, quando eles querem falar um com o outro, acaba magoando. E quem fala não percebe. (Carlota)*

A percepção da professora Carlota nessa situação exibe um cenário bastante comum que é o da minimização da violência racial, nas suas memórias de sala os atos de racismo presenciados se apresentaram geralmente na forma de “brincadeira”, ações que segundo a mesma são “cortadas” por meio de reclamações que vão moldando o comportamento e o caráter desses alunos, um processo de aprimoramento que em determinado ponto torna essas ações “raras” ou inexistentes nos anos finais do ensino médio.

Essa qualificação do racismo como “brincadeira” concretiza uma estratégia de suavização da gravidade do caso, quando ações essas são encaradas por essa ótica raramente são seguidas de punições ou mesmo diálogos busquem sobre o significado desses episódios de racismo, funciona como uma espécie de encobrimento do ato onde se naturaliza o problema, isso escancara a falta de preparo da escola para lidar com esta problemática.

Conforme analisamos, ao tratar sobre os insultos raciais na escola, nas manifestações de racismo encaradas como “brincadeiras” são perceptíveis jogos de palavras com denominações negativas relativas à população negra, quase sempre se referindo aos cabelos crespos e a traços como lábios e nariz. As expressões vistas com maior frequência assemelham os negros sempre aos macacos ou à feiura. Tais ocorrências são vistas como algo normal e sem levar em conta que tais práticas podem afetar a vida dos alunos negros em todas as suas dimensões. (BERNARDO E MACIEL, 2015, p.199)

Mais do que “brincadeiras” essas atitudes são uma expressão da violência racial travestida de “bom humor”, uma forma de agressão que humilha e constrange vítimas diariamente dentro das escolas, um sintoma do real efeito que o racismo na existência de suas vítimas ao longo da vida em sociedade.

Enquanto professores vivenciamos situações dessa forma constantemente, tanto em contato com os alunos quanto nas interações com outros professores. A escola é um local onde as relações de poder estão distribuídas de maneira facilmente perceptíveis, na relação professor x aluno, professor x professor e professor x gestor. É um espaço caracterizado por concentrar sucessivas relações de comunicação onde o racismo está presente, no episódio aluno negro alvo de insultos no teor de “brincadeira”: “Ele é ruim de bola, do Pelé ele herdou só a cor”, no caso do professor negro apelidado de “negão” por professores brancos também na forma de “bom humor”, tudo encarado com grande naturalidade apesar do constrangimento criado e concretizado na ausência de resposta por quem sofreu com a “zombaria”.

Esse despreparo não é um problema estrito do professor, mas de todo o sistema de ensino, não existe uma política de ação centrada em coibir o racismo na escola e isso condiciona os profissionais a encararem esse problema como algo natural, um efeito tão profundo e danoso que faz com que muitos não enxerguem quando acontece.

*Não presenciei, eu já constatei, já conversei com alunos, na hora que a gente está discutindo essa temática aí, alunos que dizem que sofreram racismo. E eles citam exemplos, sobretudo os alunos morenos, né? Negros, que a gente tem quase todos, né? Dizem, relatam a história de racismo, sobretudo com a polícia militar, na abordagem que a polícia tem entre brancos e negros, há uma tendência, da boa parte da polícia, a olhar o negro de forma preconceituosa. Haja visto todo o processo histórico, né? De exclusão social dessa etnia, e ao mesmo tempo também da própria formação do militar, que muitas vezes não teve acesso aos direitos humanos, a formação em direitos humanos, etc. E assim, o que eu presenciei mesmo são relatos, muitos relatos. Episódios eu não lembro no momento, embora provavelmente tenha visto alguns, porque infelizmente faz parte da nossa história, da nossa cultura também, infelizmente. (Bartolomeu)*

O fato de não notar manifestações de racismo que acontecem constantemente é um sintoma da normalização desse problema, o preconceito e a discriminação de cunho racial ignorados são incentivos para a manutenção desse cenário, a pesquisa organizada por BERNARDO E MACIEL (2015) constatou que nas 4 escolas investigadas respectivamente 53%, 62%, 71% e 80% dos professores afirmaram não existir ocorrências de comportamentos racistas nas escolas onde trabalham, esse é um dado preocupante tendo em vista a quantidade de relatos de racismo que podem ser encontrados nas instituições de ensino.

A estética, a cultura, o modo de ser do negro são focos de ataques variados na escola, as crianças e jovens que convivem nesse meio tendem a reproduzir a violência racial regularmente, essas situações ocorrem em um cenário que tem como pano de fundo a ineficiência do sistema de ensino em agir de maneira assertiva, ou seja, a educação escolar como um todo canaliza essa violência através das falhas que possui, dessa forma é fundamental apontar e discutir os erros que compõem essa sistema falho.

### **3.3.2 As falhas do ensino e sua ligação com o fenômeno do racismo**

A abertura que o sistema de ensino oferece ao racismo é proporcionado pelas inúmeras falhas que esse possui, essas complicações são facilmente observáveis no currículo proposto, na didática de trabalho dos professores ou mesmo nas relações escolares; todos esses fatores reforçam a estrutura defeituosa que viabiliza a perpetuação do racismo sistêmico.

Uma grande lacuna presente no ensino é a falta de importância dada a temática do racismo, isso pode ser constatado pela falta de continuidade nas discussões que muitas vezes ficam delimitadas as disciplinas de humanas, esse é um problema que se repete em muitos centros de educação brasileiros, as escolas alvo de nossa pesquisa apresentam um cenário semelhante.

Entre os tópicos abordado pelo questionário respondido pelos alunos esteve o seguinte

questionamento: “*Na sua escola a questão do racismo é discutida/estudada nas aulas?*”, 116 alunos das 4 turmas do terceiro ano do ensino médio interpeladas responderam a essa questão, o resultado obtido reforça o argumento que abre esse subtópico:



Dos 116 alunos que responderam apenas 3 selecionaram a opção: “*Sim, o tema do racismo é discutido em todas as disciplinas de maneira interdisciplinar*”, esse dado é uma amostra da falta de espaço que a discussão sobre racismo encontra dentro do currículo escolar, essa percepção dos alunos reforça a crítica ao descaso com essa temática na escola, um assunto de extrema relevância ainda pouco presente nas discussões em sala de aula.

Acerca do conteúdo das disciplinas, 32 alunos escolheram a opção: “*Sim, apenas como conteúdo das disciplinas da área de ciências humanas (História, geografia, filosofia e sociologia)*”, esse cenário denota a fraca interdisciplinaridade no projeto antirracista escolar, o racismo é muitas vezes encarado como uma temática exclusiva da área de humanidades, fazendo com que as disciplinas foram do nicho das ciências humanas pouco ou nunca abordem o tema como conteúdo de discussão.

A opção mais selecionada foi: “*Sim, em datas específicas como na abolição da escravidão ou no dia da consciência negra*”, 76 alunos optaram por essa resposta o que representa a maior parte da infeliz realidade do ensino brasileiro, uma vez que muitos projetos que mobilizam a escola em torno da temática do racismo acontecem em datas específicas como a da “consciência negra” no dia 20 de Novembro, a “interdisciplinaridade” tão debatida e

objetivada ocorre apenas nesses momentos do ano letivo quando o assunto é “racismo”, este é o período em que os professores de todas as disciplinas se engajam em um projeto escolar que engloba todas as áreas na discussão racial, ação que poderia ser mais constante, mas na maioria dos casos é reservada para eventos “comemorativos” do ano.

Dentro desse panorama uma das perguntas do nosso roteiro de entrevista com os professores foi: “*Você trata da questão do racismo em suas aulas?*”, para essa pergunta a professora Anabel respondeu que: “*Trato, Trato sempre*”, quando questionada sobre o momento em que isso ocorre a seguinte resposta foi obtida:

*Não espero novembro. Novembro demora demais para chegar (risos). Eu trabalho o racismo em todos os textos que eu vejo a oportunidade de trabalhar. Em todas as aulas, em todas as situações. E a literatura, assim, como eu gosto muito, sou uma amante da nossa literatura e eu gosto de ensinar, de trabalhar os textos literários, e a literatura é um prato cheio para você trabalhar essas questões. Mesmo quando um escritor se demonstra racista... A gente tem muitos, muitos, assim, que tratam dessa... Deixam marcas de racismo, até pelo contexto histórico. Você vai olhar o momento em que o texto foi escrito, as pessoas liam e não viam nada demais. E hoje, você lendo, a reação do leitor já é: “Ixe, que negócio tão... Né? Escrachado, é...” não, até os meninos dizem: “Eita, que homem racista, que homem machista. Ai, já estou com raiva desse escritor”. Porque pra a época, não houve nenhum problema, mas atualmente já existe uma reação diferente, graças a Deus, né?” (Anabel)*

A declaração abre com uma ironia humorada sobre “esperar até novembro” para discutir sobre o racismo nas aulas, uma constatação da naturalidade com que essa “estratégia didática” acontece no meio escolar, muitas vezes vem acompanhada de desculpas relacionadas a composição curricular para justificar a ausência desse debate em sala.

A escassez de debates sobre a temática da discriminação racial é um dos meios pelos quais a escola colabora para o fortalecimento desse problema, o resultado do questionário sobre esse ponto apenas confirma uma adversidade inegável, uma barreira visível a todos mas ignorada por muitos. Quando perguntada se “*a escola contribui de alguma forma para a propagação do racismo*” a professora Carlota deu a seguinte declaração:

*Se a escola contribui? Não, não acredito que a escola contribui, não. A gente tem uma carga horária assim, uma carga horária puxada. E todos os professores têm aquele dever a cumprir, né? Ai, era uma questão de interdisciplinaridade, de melhor engajamento da... Assim, pode se falar em escola a parte coordenador, né? Articular melhor projeto, né? Para direcionar e assim trabalhar esse tema em todas as aulas. Em todas as disciplinas, a gente poderia dizer, né? Em todas as áreas de currículo. Porque, assim, o professor de história trabalha mais essa parte. A parte de letras, a parte das linguagens. A própria escola acaba dividindo. Agora mesmo está tendo o projeto Letras Pretas. Ai ficou responsável quem é professor de português, de história, de geografia. E a gente de matemática ficou assim um pouquinho... É. Então é assim uma questão de direcionamento. E a gente, devido a carga horária também que é grande, também não vai... (Carlota)*

Esse pensamento da professora Carlota funciona como uma síntese das falhas curriculares expostas anteriormente, comprovadamente não existe um processo interdisciplinar coeso para a discussão das temáticas sociais como um todo, a fraca presença da temática racial na dinâmica de sala de aula é parte disso, dentro de um cronograma conteudista e engessado o debate sobre racismo encontra pouco ou nenhum espaço em disciplinas fora da área de humanidades, sobretudo as disciplinas que envolvem a área das ciências exatas que aparentam ter um engajamento quase inexistente na promoção nesses debates, cercados pelas obrigações curriculares que remontam ao trabalho com os descritores exigidos, a didática das disciplinas de exatas raramente se envereda na temática do racismo, geralmente ocorre quando não existe outra opção a não ser o desenvolvimento de projetos propostos para com essa tônica no período do ano julgam necessário (datas comemorativas).

Para a pergunta: “*De alguma forma a escola contribui para o fenômeno do racismo?*”, a professora Dolores deu a resposta subsequente:

*De certo modo, sim. Levando em consideração que os grupos sociais menos favorecidos historicamente tendem a ser excluídos pela maioria, algumas pessoas fecham os olhos em determinadas situações e não intervêm em relação àquilo. Acha normal que sempre aconteceu e sempre vai acontecer. Então, eu acredito que o ambiente escolar, sendo um ambiente de aprendizado, de desmistificação de situações que acontecem na sociedade, de formação do cidadão, em todos os sentidos, a escola não deveria ser um espaço de disseminação de crimes como o racismo, como a homofobia, dentre outros. Mas como vivemos em grupos e a escola é uma extensão da sociedade, né? Alguns conflitos podem sim acontecer dentro desse ambiente, pois muitos grupos estão convivendo diariamente nesse espaço. (Dolores)*

Dolores observa que a escola enquanto espaço frequentado por múltiplos grupos sociais está sujeita a esse tipo de violência, mas entende que existe a falta de intervenção em muitas situações onde o racismo acontece o que corrobora com o que foi levantado anteriormente, episódios em que como expõe Munanga (2005) é praticada a “política do avestruz” ou tratam as vítimas do racismo como “coitadinhos” quando deveriam ter uma atitude mais responsável, trabalhar o propósito de diversidade e mostrar que não existe superioridade ou inferioridade entre as etnias.

Respondendo a mesma pergunta sobre a contribuição da escola na disseminação do racismo a professora Anabel expôs que:

*Assim... Enquanto escola, projeto político-pedagógico, planejamento de cada professor, claro que a gente sempre planeja, prepara, pensa para combater racismo. Mas a gente está inserido numa sociedade, num contexto maior que traz todo um peso, digamos assim. É... a gente infelizmente tem esse racismo estrutural, esse racismo que está difícil de ter sua raiz arrancada da nossa sociedade. Então, eu não vou poder dizer que a escola está totalmente isenta do racismo, mas eu também não quero dizer que ela alimenta esse racismo. Eu não vejo assim. Eu vejo que a escola está*

*caminhando para combater, mas está enfrentando as suas próprias limitações e toda a complexidade que tem, considerando que a escola envolve aluno, professor, funcionário, família de aluno, é todo um conjunto, uma comunidade bem complexa, mas eu entendo que na origem, na estrutura em si da escola e no planejamento dela, é combater o racismo. (Anabel)*

Essa visão é uma visão interessante, Anabel entende as limitações da escola e a complexidade da comunidade como fatores que determinam a existência de racismo na escola, colocando “o planejamento” escolar com um direcionamento oposto que visa combater e não necessariamente difundir, mas que devido suas inúmeras impossibilidades de extrair algo mais satisfatório acaba sujeito a ocorrência desse problema, ou seja, um pensamento que em certa medida serve como uma forma de isenção da responsabilidade escolar, mascarando os inúmeros problemas e métodos de reprodução do racismo na escola em nome da “boa intenção” do planejamento que objetiva o combate e não a propagação.

Obtivemos ainda 3 respostas subjetivas que nos trouxeram afirmativas curiosas, das quais, a primeira: *“Sim, são debatidas em quase todas as disciplinas mas não diretamente, algumas só por cima”*, dando foco a forma rasa como a discussão é proposta, uma segunda dizendo: *“Sim, sempre que estudamos algo relacionado a racismo discutimos bastante sobre, mesmo não sendo o foco do assunto”*, e uma terceira lembrando o projeto “Letras Pretas” que é um projeto desenvolvido nas escolas da rede estadual com o propósito de trazer leitura de obras escritas por autores negros para os alunos, além da leitura há uma tentativa de falar da representatividade negra: *“Sim, temos um projeto “letras pretas” que em vez ou outra vamos discutir o assunto”*, mais projetos como esse direcionamento poderiam ser pontos de apoio significativos para a discussão do racismo nas escolas.

É inegável que o sistema de ensino tem uma enorme parcela de culpa nas manifestações de racismo que acontece dentro do âmbito escolar, é imprescindível que exista um reconhecimento dessas falhas para que se trilhe um caminho diferente, a situação tenderá se manter enquanto houver desculpas sendo usadas para justificar esses repetidos atos de violência e não necessariamente um plano de intervenção que vise coibir o racismo, um projeto de ação conjunta que exponha o racismo como um problema complexo que possui diversos aspectos e busque discutir e combater cada um desses.

### 3.4 O RACISMO NA PERSPECTIVA DAS ALUNAS E DOS ALUNOS

A ignorância é um dos principais fatores que alimentam o racismo, com isso não queremos dizer que a falta de conhecimento é o principal sustentáculo desse problema na sociedade, as raízes são mais profundas e perpassa por outros fatores que se somam ao propósito

de dominação das classes hegemônicas, porém o desconhecimento sobre o tema é um quadro perigoso e comum na sociedade como um todo, conseqüentemente a escola como parte desse núcleo também sofre com o preconceito derivado da falta de conhecimento sobre racismo, grande parte dos sujeitos que compõem o ambiente educacional (professores, alunos, gestores e demais funcionários) apresentam severas dificuldades no entendimento e no reconhecimento da natureza desse problema.

Não existe uma resposta pronta para o que de fato é o racismo, porém é fundamental que exista uma reflexão profunda para que não ocorra a minimização da gravidade do seu feito no meio social. É impossível reverter um quadro de violência quando não se conhece a sua essência, não vão existir avanços significativos enquanto não for construída uma sólida compreensão da natureza histórica e o impacto dessa questão nas relações sociais, uma consciência crítica é necessária para o desenvolvimento de medidas que visem a desconstrução do pensamento racista dentro da mentalidade social, este é um passo importante quando se tem em mente o combate ao racismo na cultura.

Um dado que exemplifica o ponto defendido neste subtópico foi extraído das respostas dos alunos no questionário aplicado, o único tópico subjetivo no nosso questionário trouxe a seguinte pergunta: “Dentro do seu conhecimento, o que é racismo?”, para responder esse questionamento 44 alunos usaram a palavra “preconceito” para definir o racismo, ou seja, aproximadamente 38% do alunos associaram primordialmente o fenômeno do racismo a uma ação preconceituosa exercida contra outros indivíduos:

- *“Racismo é a pessoa ter preconceito com a outra pessoa por ele ou ela ser negra”.* (Aluno(a) do 3º médio “A” da EREFEM Arnaldo Alves)
- *“Eu acho que o racismo é um tipo de preconceito com as pessoas negras”.* (Aluno(a) do 3º médio “D” da EREFEM Escola Arnaldo Alves)
- *“Racismo é todo o preconceito contra outro indivíduo apenas pela sua cor”.* (Aluno(a) do 3º médio “A” da EREM Monsenhor Antônio de Pádua)
- *“Preconceito sobre a questão racial, o racismo se veio do tempo da escravidão, onde negros eram colocados como inferiores aos brancos”.* (Aluno(a) do 3º médio “C” da EREM Monsenhor Antônio de Pádua)

Como visto nas respostas acima o racismo como uma forma de preconceito apareceu com frequência, esse é um exemplo configura a generalização dessa visão dentro da mentalidade social, muitas pessoas ao pensarem sobre racismo conectam o seu conceito ao aspecto do preconceito, passando a entender esse problema ato derivado da falta de

conhecimento ou da ignorância de quem comete racismo.

O problema é muito mais profundo do que aparenta, quando se associa o racismo a simples figura do preconceito o peso do ato é diluído a unicamente uma de suas camadas, o preconceito deriva do princípio de se estabelecer um julgamento precoce que não possui criticidade aparente, um prejulgamento raso que não necessariamente está de acordo com a realidade factual, isso não significa dizer que entender o racismo como uma forma de preconceito é uma visão totalmente equivocada.

Pelo contrário, o preconceito racial existe e denota grande parte das formas de racismo dentro da sociedade, isso acontece pois vivemos em meio que determina a lógica da branquitude como o símbolo da verdade, os aspectos da negritude são postos em aversão como o diferente demonizado, porém reduzir a magnitude das formas de racismo ao simples aspecto do preconceito é problemático, existem diversas ramificações que escapam dessa delimitação.

Quando questionada sobre: “*O que é o racismo na sua visão?*” a professora Carlota nos explicou que:

*Preconceito. Eu acho que eu colocaria como um preconceito. Você... Discriminar, né? Uma pessoa pela cor da pele. Todos somos iguais, né? Independente de cor, todo mundo é ser humano. Ai acabam as pessoas separando, né? Criando bullying sem necessidade. (Carlota)*

Essa resposta se assemelha ao panorama obtido com o questionário, a primeira associação feita ao racismo para grande parte das pessoas é ao preconceito, essa ação compõe a estrutura de um discurso pré-estabelecido que é frequentemente assumido para a qualificação do racismo, funcionando como uma estrutura de enunciados<sup>31</sup> que assumem sua forma no seu propósito discursivo, cristalizado como elemento significante direto porém insuficiente para a dimensão que abrange a real proporção do racismo.

Outra ação comum para a resposta sobre o significado do racismo é a de relaciona-lo a “discriminação”, isso aconteceu em 25 das respostas obtidas com o questionário nesse tópico, essa foi a segunda expressão mais usada pelos alunos para explicar o que seria o racismo, curiosamente essa expressão também foi a segunda associação feita pela professora Carlota na resposta analisada acima.

- “Discriminação contra outras pessoas de raças diferente que na maioria das vezes é contra pessoas negras”. (Aluno(a) do 3º médio “A” da EREFEM Arnaldo Alves)

---

<sup>31</sup> Parte da teoria foucaultiana de discurso esplanada na metodologia da dissertação.

- “É quando alguém discrimina ou julga outra pessoa devido a sua cor, religião, sexualidade, etc”. (Aluno(a) do 3º médio “D” da EREFEM Arnaldo Alves)
- “Racismo é quando uma raça sofre discriminação pela sua cor, fisionomia, características”. (Aluno(a) do 3º médio “A” da EREM Monsenhor Antônio de Pádua)
- “O ato de discriminar, marginalizar pessoas pelo seu tom de pele, de maneira preconceituosa”. (Aluno(a) do 3º médio “C” da EREM Monsenhor Antônio de Pádua)

A ideia da “discriminação” também é corriqueiramente usada para explicar o fenômeno do racismo, como pudemos constatar nas respostas dos alunos esse termo é muito presente no vocabulário de quem se arrisca a explicar o tema, isso pode ser explicado na medida em que a discriminação é um dos efeitos mais comuns do racismo na sociedade e conseqüentemente na escola. Sobre esse termo a pesquisadora e ex-ministra chefe da “Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial” Nilma Lino Gomes nos explica que:

A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (GOMES, 2005, P. 55)

A discriminação é uma das múltiplas formas do racismo, porém também é insuficiente para abranger todo o significado e a possibilidade de manifestação desse problema, no entanto o uso desse “adjetivo” é bastante difundido no senso comum na forma de discurso para se referir ao racismo, em muitos casos o indivíduo que se utiliza desse discurso sem ao menos ter a propriedade do significado da palavra “discriminação”.

Um fato intrigante que merece ser mencionado é o da pouca associação do racismo com a palavra “violência”, apenas 1 estudante fez uso da palavra “violência” entre 116 que responderam, o aluno em questão usou a expressão “violência verbal” para falar de uma forma de discriminação.

*Discriminação por causa da raça, seja por causa de violência verbal ou não, isso se inclui em contexto histórico, como por exemplo a escravidão, que foram anos de repressão aos negros e há conseqüências severas até hoje, como é o caso do racismo (por isso não será racismo contra brancos, já que nunca sofreram repressão). (Estudante do 3º médio “A” da Escola de Referência Monsenhor Antônio de Pádua Santos)*

Essa resposta escrita pelo estudante trouxe alguns elementos substanciais da discussão sobre racismo, é embasada em uma forma de manifestação mas sem deixar escapar a essência histórica do problema, concluindo com a negação do “racismo contra brancos” que é uma ideia

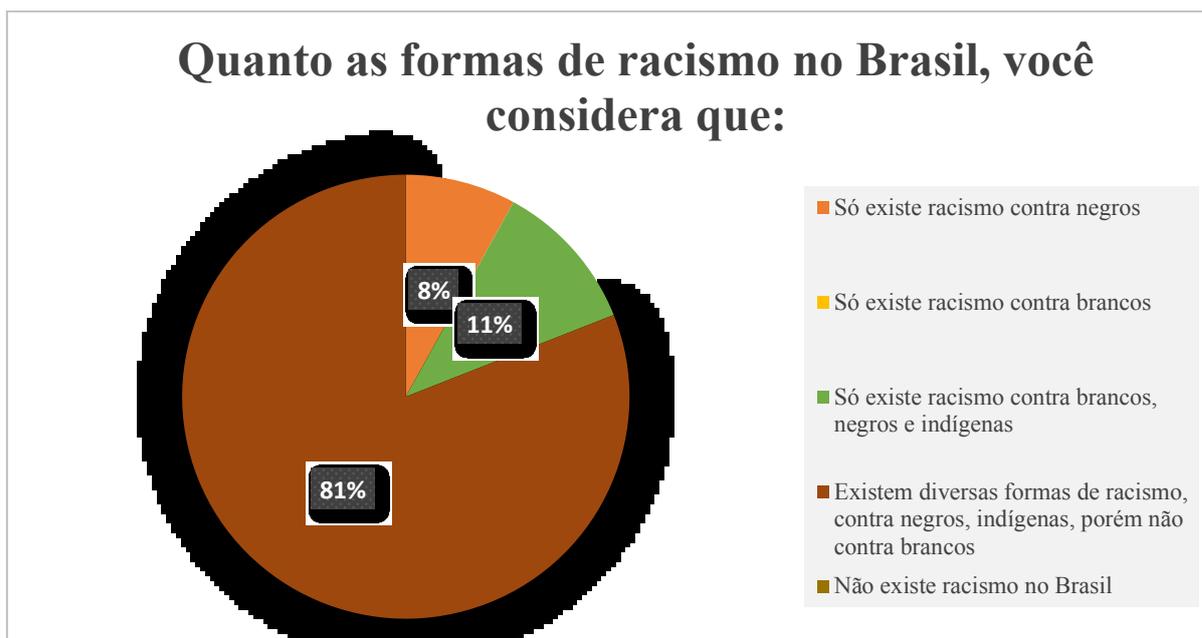
difundida com o intuito de colocar o branco na posição de vítima, um pensamento sem qualquer conexão com a realidade já que o povo branco jamais sofreu qualquer tipo de opressão derivada do racismo.

O fato da palavra “violência” quase não ter sido usada pelos alunos para tratar de racismo não significa dizer que esses não enxerguem esse problema como um ato de violência, porém, significa dizer que a associação não é direta como aconteceu nos outros termos citados anteriormente. Esse cenário também se repetiu na entrevista com os professores, nenhum dos entrevistados usou a palavra “violência” em nenhum momento das falas sobre racismo, porém outros adjetivos foram usados como: “pensamento errôneo, crime, manifestação e preconceito” cada um dando uma significância distinta.

Um dado que não passou despercebido foi a escassa ligação do racismo com a questão histórica, isso foi constatado já que apenas dois alunos fizeram alusão a historicidade desse problema social, uma dessas respostas foi a analisada nos parágrafos anteriores e a segunda resposta trouxe o tema da escravidão como suporte argumentativo: “*Preconceito sobre a questão racial, o racismo se veio do tempo da escravidão, onde negros eram colocados como inferiores aos brancos*” (Estudante do 3º médio “A” da EREFEM Monsenhor Antônio de Pádua Santos). O estudante fez uma referência histórica ao período da escravidão no Brasil estabelecendo esse recorte como uma margem para a origem do racismo, nessa colocação o aluno aparentemente colocou o racismo como um problema referente unicamente a população negra, esse também é um discurso comum tendo em vista que é o grupo mais oprimido por esse fator na sociedade.

No que tange as vítimas do racismo o questionário trouxe um ponto relacionado: “Quanto as formas de racismo no Brasil, você considera que:” seguido das opções: “Só existe racismo contra negros”, “Só existe racismo contra brancos”, “Só existe racismo contra brancos, negros e indígenas”, “Existem diversas formas de racismo, contra negros, indígenas, porém não contra brancos” e “Não existe racismo no Brasil”.

Os dados levantados com essa pergunta proporcionaram alguns questionamentos que são considerados relevantes, a opção mais escolhida pelos estudantes foi a “Existem diversas formas de racismo, contra negros, indígenas, porém não contra brancos”, foi marcada 81 vezes e representou 69,8% das respostas obtidas, também foram registradas respostas de alunos que entenderam as opções preestabelecidas insuficientes e escreveram sobre o seu ponto de vista. Entre as opções preestabelecidas o cenário foi o seguinte:



Por meio desse gráfico pode-se constatar um dado curioso, a esmagadora maioria dos estudantes consideraram que o racismo não é um problema que recai unicamente sobre a população negra, porém nas respostas para a questão subjetiva do questionário: “O que é racismo na sua visão?”, grande parte desses alunos especificaram o racismo algo referente a população negra, a palavra “negro” e suas derivações apareceram 28 vezes nas respostas para essa questão, enquanto “indígenas” foram mencionados apenas 7 vezes e asiáticos não tiveram qualquer menção.

Esse quadro ilustra a mentalidade social sobre o racismo e como isso atinge as gerações mais jovens, ver o racismo como uma questão que afeta primordialmente a população negra não é um equívoco, porém, observar esse fato como uma prerrogativa que recai unicamente sobre o negro é um indício da percepção rasa que existe sobre o tema, um produto dos costumes e dos discursos divulgados no meio familiar e também no sistema de ensino, essas instituições ajudam a cristalizar a imagem unidimensional e deturpada do que é o racismo e de como isso se desdobra no campo social.

Entre as respostas dissertadas também foram constadas visões interessantes que demonstram aspectos a falta de entendimento sobre o que é o racismo: “*Existem diversas formas de racismo, contra negros, brancos, indígenas, gordos, magros, etc*” (Aluno(a) do 3º médio “D” da EREFEM Arnaldo Alves). A resposta desse aluno aparenta frisar as características físicas como alvo do racismo, dessa forma o estudante expandiu o alcance do racismo para as pessoas fora do padrão de “normalidade estética” da sociedade, o que não se mostra totalmente impreciso já que de fato existe um padrão de beleza branco europeizado

cultuado na sociedade, no entanto o parâmetro físico por si só é um elemento superficial no entendimento do que é de fato o racismo.

Diversas das respostas coletadas nos ajudaram a montar e exibir o quadro de desconhecimento sobre o racismo discutido, muitos alunos explicaram o racismo por meio de discursos rasos e superficiais que são divulgados na sociedade, discursos imprecisos ou no mínimo insuficientes perante a dimensão que racismo possui na cultura brasileira, alguns reduziram atos racistas a “*ofender o colega pelo que ele é e pelo que ele não é, ofensas como ‘café com leite’, ‘carvão’, etc*”<sup>32</sup>.

Todo esse cenário é resultado da falta de importância dada ao tema do racismo no meio escolar, um problema que não se resume a como os estudantes enxergam o racismo, mas em como ele acontece dentro da escola e não é combatido propriamente, seja pela ignorância (de todos os sujeitos dentro da dinâmica escolar: alunos, professores, direção, limpeza, merenda, segurança, entre outros), pela falta de preparo ou mesmo pelo sistema de ensino segregacionista constatado, um modelo que favorece unicamente às classes econômicas hegemônicas na sociedade.

### 3.4.1 O racismo na perspectiva das professoras e dos professores entrevistados

Para construir-se uma análise mais precisa da noção escolar de racismo julga-se necessário contrapor as visões de professores e estudantes captadas na pesquisa, uma ação comparativa para se discutir as lacunas na compreensão e o efeito negativo que esse fator pode exercer no combate ao racismo dentro das instituições de ensino.

O tópico do roteiro de entrevista que trouxe a pergunta: “*O que seria o racismo na sua visão?*” nos permitiu coletar questões preponderantes sobre o pensamento desses professores sobre o racismo. Para responder essa pergunta a professora Anabel usou os seguintes argumentos:

*Na minha visão, racismo ele... É um pensamento errôneo de que existe uma raça superior, ou inferior. De você rotular as pessoas, julgar, inferiorizar, diminuir ou exaltar, baseado nas características raciais. E, infelizmente, uma herança histórica que a gente tem, de supremacia de uma raça em relação à outra, que, embora a gente já considere que já faz muito tempo que a gente fala que é absurdo, que a gente fala que não deve continuar, na prática, na vivência, a gente ainda vê uma distância muito grande das pessoas entenderem que não é um pensamento legal. Que o ser humano, independente da característica que ele tenha, ele tem o seu valor e ele merece ser respeitado. (Anabel)*

---

<sup>32</sup> Resposta coletada de um Aluno(a) do 3º médio “D” da EREFEM Arnaldo Alves.

Com essas colocações fica a impressão de que para Anabel o racismo consiste em uma maneira de pensar, um pensamento que é ensinado para as pessoas desde o nascimento. A entrevistada se utiliza da palavra “pensamento” em dois momentos nessa declaração o que embasa a nossa suposição. Seria então o racismo uma forma de pensar equivocada como sugere Anabel? Em parte, porém a real forma do racismo está além do campo das ideias e se fixa em um propósito de dominação que está cristalizado na cultura, é ideológico e materializado de forma prática em inúmeras situações sociais recorrentes.

Para falar sobre o racismo o professor Bartolomeu construiu sua linha de narrativa voltada para o processo histórico:

*O racismo é uma manifestação que faz parte da história do Brasil, né? Ele tem raízes na própria estrutura do país, uma estrutura econômica, política e social, na medida em que a gente passou um longo período sob o regime escravocrata, né? E se livrar disso, mesmo com o fim da escravidão e todas as lutas posteriores, os avanços da república velha, depois com a Revolução de 1930, pegando os processos de redemocratização até a Constituição de 1988, que a gente evoluiu muito. Mas mesmo pegando tudo isso, a gente ainda encontra o racismo, que está estruturado na... Digamos assim na sociedade, né? Faz parte da... infelizmente, da cultura, de uma cultura escravocrata que ainda persiste, sobretudo nos descendentes dos senhores de escravos, ou naqueles que não evoluíram, né? Incorporaram essa ideologia negativa, né? E que ainda disseminam por aí. Então, é toda uma luta para que a gente se livre disso, não é fácil. Mas a gente precisa acreditar que o racismo um dia chegará ao fim. (Bartolomeu).*

Um pensamento conciso que retoma a condição histórica para explicar os processos que permitem o racismo na atualidade, Bartolomeu trata do racismo como uma manifestação que tem raízes na cultura e formação nos eventos históricos, se utiliza do termo “estrutura” que faz menção a teoria do racismo estrutural do filósofo Silvio de Almeida que atualmente ocupa o cargo de ministro dos Direitos Humanos e Cidadania no Brasil.

O conceito de racismo estrutural de Silvio Almeida é bastante conhecida no meio social, é uma teoria que se popularizou na discussão sobre racismo; durante a entrevista 2 dos 4 professores se referiram ao racismo como um problema estrutural, entre os alunos apenas 2 se referiram a essa teoria para responder sobre o significado do racismo, um desses alunos respondeu da seguinte forma: “*Racismo é um preconceito contra uma raça que se difere da sua. Infelizmente, ainda é majoritariamente com negros, pois faz parte de um "racismo estrutural"* (Aluno do 3º médio da escola Arnaldo Alves).

Este conceito de Silvio de Almeida tem uma grande abrangência e de certa forma é uma explicação concreta para os efeitos do racismo na sociedade, todavia “racismo estrutural” é um termo que muitos usam sem ao menos saber o sentido concreto do termo, isso foi constatado

em um dos diálogos com uma das turmas do 3º médio da escola Arnaldo Alves onde um dos alunos usou esse termo para falar sobre racismo, porém, não soube explicar o significado do que seria a estrutura racista.

A professora Dolores também deu sua opinião sobre que é o racismo, na entrevista ela nos afirmou que:

*Analisando a atualidade, para mim racismo é crime, porque não tem nenhuma justificativa biológica, nenhuma justificativa social para esse crime acontecer. Falando da biologia, a cor da pele nos seres humanos é um padrão de dominância incompleta. Logo, quando nós herdamos um conjunto de genes que determina a cor da pele, nós vamos ser pele negra... Vamos ter pele negra, mas isso não significa que quando alguém nasce de pele branca, não tenha na sua genética aquela condição pra pele negra. Entra em recesso, fica guardado ali aquele gene e pode acontecer, essa dominância pode surgir nas próximas gerações. Uma pessoa de pele branca pode no futuro sim, ter um filho de pele negra, então essa questão de racismo na sociedade não tem nenhuma justificativa, nem em relação à cultura, os grupos sociais, nem também falando geneticamente. (Dolores)*

Na formulação de sua resposta Dolores preferiu se atentar a condição biológica que é a sua área de formação, defendendo a estrutura genética do ser humano como fator que invalida qualquer argumento de dominação racista, nessa linha de pensamento a cor da pele não determina qualquer aspecto de superioridade ou inferioridade, a cor da pele é unicamente um padrão biológico que se manifesta em cada ser humano segundo sua composição genética.

Essa resposta fixa o racismo no aspecto da cor da pele, uma das questões biológicas que foram exaustivamente observadas pela pseudociência eugenista como um determinante de superioridade ou inferioridade racial, entretanto o racismo não está unicamente ligado ao fenótipo dos indivíduos, no Brasil essa questão se entrelaça também a condição sociocultural que envolve o jogo das relações de poder no conflito entre as classes sociais.

As múltiplas respostas permitiram estabelecer um quadro sobre a visão que essas pessoas possuem sobre o racismo; são pensamentos distintos que geralmente se apegam a uma método de propagação do racismo para resumir o todo, um quadro idêntico ao que encontramos na sociedade, o desconhecimento é uma das marcas do racismo na mentalidade social, por ser um assunto complexo e mal explorado se torna também incompreendido para uma grande parcela da população, embora seja mal entendido é nitidamente sentido por quem sofre com os efeitos do racismo.

Apesar de não existir uma resposta precisa sobre a essência do racismo a falta de compreensão social sobre o tema é alarmante, entre as respostas coletadas com os questionários e as entrevistas foram observadas várias explicações sobre as formas que o racismo pode assumir, o reconhecimento destas variações comprovam que esses professores e aluno percebem a capacidade multidimensional do racismo, ainda assim nenhuma das 120 respostas

tratou do aspecto multifacetado do racismo, mas por que isso seria um problema?

Vivemos em uma sociedade onde o racismo é encarado de forma naturalizada e por vezes isso se torna difícil de ser detectado, uma de suas principais características é o disfarce onde as pessoas que cometem atos de racismo tentam encobrir o sentido da ação, assim boa parte das manifestações de racismo passam despercebidas e conseqüentemente impunes na sociedade, dentro da escola o cenário não é diferente, em muitos casos o racismo ocorre e não é notado por uma grande parcela dos que presenciaram a situação, seja em “brincadeiras” de cunho racista ou mesmo pela exclusão social de alunos negros feita por colegas de classe e professores na sala de aula, exclusão que muitas vezes é absorvida pelo indivíduo que se retrai passando a desejar apenas não ser notado naquele meio.

São situações que diante da dimensão do público comportado pela escola acontecem regularmente e precisam ser coibidos, porém, para que haja qualquer ação de combate a essas práticas de racismo na escola é fundamental que os sentidos dos profissionais da educação estejam aguçados, é preciso que estejam preparados para detectar e tomar medidas que visem combater e refletir sobre situações dessa natureza, ou seja, não minimizar ou ignorar o problema mas encarar de frente e buscar a construção de um ambiente de educação mais saudável para as relações étnicas que acontecem ali.

Para isso ocorrer é preciso que exista um melhor entendimento sobre o racismo, compreender que existem múltiplas maneiras de reprodução do racismo e estar atento é imprescindível, entre os professores isso é essencial já que estão lidando com essas situações diariamente e precisam estar preparados para isso, são estes os profissionais que vão refletir e debater o racismo com os estudantes e esse processo precisa ser cuidadoso.

Por ser um assunto complexo e cheio de nuances não pode ser tratado com descaso, merece uma atenção especial e interdisciplinar para que os debates se estendam por todas as áreas do conhecimento, dessa forma buscar desconstruir as narrativas de superioridade racial e reforçar a pluralidade étnica, observando o valor cultural e a importância dessas variações e não focar unicamente no aspecto da opressão, estudando as diferentes manifestações culturais e seu valores simbólicos. Não é só pelo fato de conhecer o racismo e suas manifestações que esse problema deixará de existir, no entanto esse é um grande passo na articulação de um plano de ação que anseie pelo combate a esse problema.

Com os argumentos levantados neste capítulo tentou-se evidenciar as múltiplas falhas que existem no sistema de ensino, um cenário cheio de brechas para a reprodução do racismo em suas mais variadas formas, aberturas alargadas pelo desconhecimento, descaso e despreparo para lidar com essa situação.

Enfrentar não se resume a estudá-lo e entendê-lo, a ação precisa ser prática e combativa, entendendo onde se situam as falhas do sistema de ensino podemos refletir sobre a possibilidade de transformação dessa situação, analisar e propor um modelo de ensino que vise a luta contra o racismo multidimensional, movidos em um plano de ação transformador que não aceite passivamente o cenário opressivo que está consolidado na cultura racista brasileira, um projeto antirracista que tenha como principal objetivo a construção de uma escola mais inclusiva para a formação de cidadãos cientes e críticos desse problema social, sujeitos de ação que incorporem a luta pela transformação da sociedade como um todo, trilhando esse caminho na esperança de enfraquecer os efeitos do racismo em todos os seus campos de ação, não é uma questão de resolução automática mas a passividade não é a solução nesta situação.

#### 4 A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ENQUANTO MÉTODO

Todos os caminhos argumentativos tomados até a escrita deste último capítulo foram motivados em apresentar e discutir falhas na educação, condição que favorece a reprodução do racismo e de outros tipos de problemas sociais na escola, é importante frisar que a educação não é observada como o núcleo de gênese do racismo, ela funciona como um aporte de perpetuação dessa situação quando permite situações de violência física e simbólica de maneira constante.

A escola não permanece estática em meio a essa série de problemas que a envolvem, tendo em comparação o cenário da educação do período do século XX é possível observar significativos avanços, o século XXI trouxe reformas que sem dúvida consistiram em passos firmes no combate ao racismo no sistema de ensino, entre esses avanços está a lei Nº 10.639 sancionada de janeiro de 2003, reeditada pela lei Nº 11.645<sup>33</sup>, de 10 de março de 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. (BRASIL.MEC, 2003)

Este texto legal alterou a lei de nº9.394 de 1996 que no seu Artigo 25 e §4 determinava que: “*o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia*”, ou seja, não existia obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira e se resumia a “levar em conta” a contribuição dessas etnias para a formação cultural brasileira, exibindo uma forte influência do discurso propagado no mito da democracia racial, enxergando o Brasil como uma união harmônica de 3 etnias distintas e por meio desta premissa deveria se dar estudo do papel destes povos na configuração do conceito de povo brasileiro.

Não é exagero observar a lei 10.369/03 como uma grande conquista do movimento negro, essa lei também incluiu o dia 20 de novembro como o ‘Dia nacional da consciência negra’ no calendário escolar, uma proposta que sem dúvida incentivou o debate sobre racismo no ensino, embora muitos encarem este dia como o único momento letivo para trabalharem o tema do racismo (tema discutido no capítulo anterior).

---

<sup>33</sup> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (BRASIL, 2008)

Sem dúvida a sanção da lei 10.639 simbolizou um dos maiores avanços do sistema de ensino para uma educação antirracista, foi um progresso pois em tese estabeleceu um aporte jurídico para a desarticulação de estereótipos característicos ligados aos negros, à partir desta lei seria plausível articular um plano de intervenção que propôs-se um estudo mais apropriado das culturas e africanas, um ensino focado na quebra de preconceitos referentes a demonização destas culturas e a desvinculação do negro com a imagem do escravo submisso oprimido, observando as lutas de resistência e seus desdobramentos como ações próprias da figura história da população negra.

A obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos e da História e cultura afro-brasileira trouxe uma nova perspectiva para a educação, 20 anos após a promulgação da lei 10.639 é possível afirmar que os objetivos traçados ainda não foram alcançados, o estudo da história e cultura afro-brasileira ainda gera debates sobre a forma como isso acontece na prática, críticas ao currículo e o modo como o ensino se apresenta engessado dando pouca abertura para essa discussão, no entanto a contribuição dessa lei para a reforma da estrutura curricular foi inegável.

Com a lei 10.369/03 instituída surge o questionamento sobre a preparação dos professores para este debate, estes profissionais conseguiram implementar a proposta em suas didáticas de ensino? Por mais questionável que possa ser a preparação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade, é inegável que exista um ótimo núcleo de professores preocupados com o efeito de problemas sociais como o racismo, um grupo que de fato busca em suas limitações o aprimoramento de táticas inclusivas que permitam avanços nesse propósito, é acreditando nessa disposição que vemos a educação como um valioso espaço para o combate ao racismo.

O sistema educacional foi impactado com avanços e retrocessos no âmbito da inclusão racial escolar desde a lei 10.369, diversos acontecimentos marcaram esse período pós obrigatoriedade da temática afro-brasileira no currículo escolar, houve uma melhora significativa na expectativa de valorização da cultura e da figura do negro, uma espécie de noção de obrigatoriedade que de certa forma moveu a educação mas também surgiram medidas que atravancaram maiores avanços a exemplo da BNCC e do Novo Ensino Médio.

#### 4.1 A BNCC E O NOVO ENSINO MÉDIO

Atualmente existe uma série de questionamentos sobre as medidas que impactaram a educação nos últimos anos, desde a aprovação do PNE<sup>34</sup> de 2014 – 2024 a educação foi bombardeada com reformas conservadoras da onda neoliberal, a BNCC aprovada em 2017 e a reforma do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415 de 2017) são exemplos desse processo sucessivamente criticado por diversos teóricos da educação.

Após a aprovação do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), e na esteira do golpe parlamentar que rompe com a legalidade democrática no Brasil, no momento que deveria ser o de materialização do Plano, passamos a ter retrocessos significativos na agenda e nas políticas públicas, especialmente nas políticas educacionais, envolvendo as temáticas do financiamento, avaliação, gestão, currículo e formação de professores. De modo geral, observa-se uma contrarreforma, bastante conservadora e privatista, no campo da educação, por meio de amplo processo de (des)regulação que favorece a expansão privada mercantil. A orientação e lógica mercantil se fazem presentes e predominantes nos instrumentos legais e nas ações e programas produzidos, da creche à pós-graduação. (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p. 40)

Com um modelo de escola de orientação mercantil o caráter fragmentário do ensino se tornou ainda mais evidente, a educação não sustenta um papel ordenado e coeso para a formação crítica do cidadão, o projeto está centrado na padronização dos conhecimentos como uma medida similar a proposta do sistema de educação dos Estados Unidos, segundo SAVIANI (2016) é um modelo que evidencia as limitações de sua proposta e se subordina a uma concepção pedagógica distorcida.

A BNCC levanta intensos debates sobre o sentido e direcionamento que essa dá a educação, obviamente não foi uma medida unânime e ainda possui sua legitimidade questionada tendo em vista o cenário político em que foi aprovada, de toda forma é um processo que tem impactado profundamente a educação, a face sistemática educativa segue cada vez mais um princípio padronizado de iniciativa essencialmente econômica.

Um aspecto que evidencia o viés neoliberal da BNCC segue no seu direcionamento de competências, para DOURADO E SIQUEIRA (2019) a pedagogia das competências possui um caráter fidedigno dos princípios defendidos pelos Organismos Internacionais (OCDE, BANCO MUNDIAL, UNESCO, CEPAL), ou seja, esta reforma pressiona o direcionamento educacional para um objetivo centrado em característica econômica que reduz a sua preocupação com o aspecto sociocultural do ensino.

---

<sup>34</sup> BRASIL, Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

A reforma da educação brasileira sempre foi um tópico de debate entre os teóricos do final do século XX e início do século XXI, no entanto a forma como aconteceu a promulgação da BNCC foi amplamente questionável, esta reforma assumiu um caráter emergencial imediatista que atendeu os anseios de uma parcela da população, um plano ministerial que não necessariamente, representou o desejo social de políticas públicas, descaracterizando o propósito democrático para se render a um modelo de parcerias com instituições privadas e com os setores empresariais do país.

Resumidamente, as principais alterações promovidas na LDB (Lei nº 9.394/96) pela reforma do ensino médio são: a ampliação da carga horária anual, de 800 para 1.400 horas<sup>3</sup>; a inclusão obrigatória pela BNCC referente ao ensino médio de estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia; e a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio. Os currículos do ensino médio deverão levar em conta a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. O currículo do ensino médio será composto da BNCC e de itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, também consideradas áreas do conhecimento. (COSTA; SILVA, 2019. P. 8)

A mudança proposta reorganiza o padrão de ensino disciplinar, adota um modelo de itinerários formativos em que apenas Português e Matemática possuem obrigatoriedade em todos os anos do ensino médio, ou seja, a área de ciências humanas e sociais que já possuía espaço reduzido no currículo escolar com esta reforma passou a quase desaparecer, seus resquícios são encontrados de maneira diluída na plano “interdisciplinar” que a BNCC propõe.

Esta reforma nas palavras de Frigotto (2018) seguiu um processo “golpista, jurídico, parlamentar e midiático” que lesou diversas conquistas do ensino, um retrocesso que agride a constituição de 1988 e se propõe a mascarar suas reais intenções. É um plano que descaracteriza qualquer propósito de formação sociocultural positiva, reverte o caminho que vinha sendo trilhado para uma educação mais inclusiva para uma estrada de natureza neoliberal, preocupada em exercer sua função para o mercado e tornar evidente a separação entre as classes sociais existentes na sociedade.

Fazendo um paralelo com a temática racial cabe a pergunta: como isso afeta o fenômeno do racismo na escola que é o alvo da nossa pesquisa? A resposta é evidente, a educação por meio dos ditames da BNCC vira as costas para o problema do racismo, enquanto se propõe a garantir que a escola tenha uma fundamentação para o trabalho, os aspectos sociais fundamentais perdem relevância e espaço, um ensino de base técnica e regrado na “capacitação

multifuncional” do indivíduo que ignora qualquer aprofundamento dos saberes e renega o pleno desenvolvimento do sujeito como cidadão crítico.

A falta de incentivo a reflexão sobre as questões sociais engessa o currículo escolar, para este debate nos utilizamos do conceito de currículo de SAVIANI (2016) que compreende como “não outra coisa senão essa própria escola em funcionamento”, ou seja, a práxis escolar e suas ferramentais de atuação no ato do ensino. O racismo enquanto temática associada as questões sociais acaba sofrendo com este projeto, os raros debates se tornam ainda mais escassos o que prejudica o propósito antirracista.

Numerosas e extensas são as barreiras impostas no trajeto para um ensino mais inclusivo, o projeto educacional não favorece esse percurso, logo as ações precisam acontecer na prática, a didática e a execução dos preceitos escolares precisam concentrar esforços para dar espaço aos debates engajados no cenário social, a visão puramente econômica do ensino precisa encontrar resistência, o confronto é inevitável se o desejo fundamental é fazer da educação uma ação sociocultural que questione o plano empresarial em execução, o leque do sistema de ensino não pode ter a economia como a única prioridade, existem questões urgentes que precisam ser observadas e é responsabilidade da escola atender a essas expectativas, subvertendo a lógica imposta para uma tendência não alienante.

#### 4.2 A FUNÇÃO DA ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO

Quando pensa-se escola em seu projeto social imaginamos a formação do cidadão, esse propósito é citado no texto do Art. 205 da constituição federal brasileira, a cidadania é uma ideia comum ao se referir ao projeto educacional, sobretudo quando é observada a sua contribuição na inserção destes indivíduos na sociedade, entretanto no plano constitucional existe um tipo de indivíduos busca-se formar:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.  
(BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988)

O art. 205 prevê uma educação voltada para o “pleno desenvolvimento da pessoa”, nos termos do texto constitucional isso significa dizer a formação do indivíduo preparado para “o exercício da cidadania” e para a “qualificação para o trabalho”, em nenhum momento no parágrafo inicial ou nos incisos subsequentes encontra-se a menção a capacitação crítica do

indivíduo, se torna um aspecto curioso pois a “formação crítica” é um termo comum no discurso adotado por professores para se referir a função da educação.

A criticidade está muito atrelada à capacidade de compreensão de mundo que o indivíduo desenvolve, uma visão que supera a passividade da aceitação do que se observa para a crítica aos problemas sociais latentes, uma espécie de posicionamento social ativo no reconhecimento e no combate as mazelas da sociedade.

Por mais que não exista um direcionamento claro para a formação crítica ela é indispensável para a transformação social, com isso posto podemos dizer que a visão de ensino que a escola possui precisa ser desconstruída, tornar os seres conscientes da sua realidade é um dos passos para reversão do cenário de violência física e simbólica que presenciamos diariamente, é um passo crucial, pois como levantado anteriormente a escola possui um grande potencial revolucionário. A instituição escolar atuando de forma isolada não é capaz de mudar toda a situação crítica, porém, este núcleo social tem um enorme papel na luta contra o racismo e é nesta premissa desenvolvemos a discussão deste último capítulo.

O antepenúltimo tópico do roteiro entrevista trouxe o seguinte questionamento: *“Qual é o papel da escola na luta contra o racismo na sua opinião?”*, os professores das escolas em que desenvolvemos a pesquisa trouxeram algumas visões sobre o tema, estes posicionamentos nos ajudaram a entender a concepção destes profissionais sobre a relação “educação” e “combate ao racismo”, assim os seu entendimentos sobre o valor e o papel que a escola deve adotar nesse direcionamento.

O professor Bartolomeu respondeu a pergunta da seguinte forma:

Eu acho que a escola deveria valorizar mais, por exemplo, a Semana da Consciência Negra, estimular isso, sobretudo os professores de Humanas, que trabalham durante o ano nessa temática, mas sobretudo quando chega o Dia da Consciência Negra, que é o 20 de novembro, é a homenagem ao Zumbis dos Palmares, e aí a gente tem, por exemplo, essa escola tem um histórico muito bonito de todo ano vivenciar essa questão da Consciência Negra. Mas eu acho que ainda há muito o que se fazer de estímulo, de incentivo, de participação, para que a gente possa fazer todo ano uma Semana da Consciência Negra cada vez melhor, sem falar no processo de cada bimestre a gente ter realmente um plano pedagógico da escola, um plano político pedagógico da escola, de se ter isso como uma meta da própria escola, eu acho que deveria ter. A gente já tem um lindo trabalho aqui sobre, já fizemos muitos trabalhos sobre a questão do racismo, mas eu acho que ainda a escola não compreendeu que ela pode fazer mais ainda, que é possível, tanto a equipe de gestora, como os professores de Humanas e os outros professores das outras ciências, que eu acho que precisa se envolver nisso, já visto a interdisciplinaridade que a gente precisa desenvolver agora, sobretudo nesse negócio de escola integral e da reforma do ensino médio mesmo, que cobre essa questão do diálogo entre as várias disciplinas. Eu acho que a gente precisaria se reorganizar e replanejar uma ação coletiva na escola com essa temática. (BATOLOMEU)

O professor Bartolomeu destaca sobretudo as ações da escola no dia da Consciência Negra, observando o valor e a importância da vivência destes projetos desenvolvidos nesse período, reforçando inclusive a ideia da interdisciplinaridade como algo a ser alcançado dentro da proposta de ensino.

A movimentação da escola em torno da temática racial para o dia da Consciência Negra é importante, no entanto esta ação não pode ser enxergada como suficiente, tampouco deve ser encarada como a principal estratégia do sistema de ensino para o combate ao racismo, quando isso acontece dessa forma não existe consistência para se estabelecer um diálogo permanente sobre o racismo, o tema acaba por se tornar um objetivo de projetos anuais de tom comemorativo.

Entre alguns projetos de Consciência Negra que vivenciamos podemos afirmar que a própria execução comporta sintomas do racismo simbólico, desde a simplificação do debate até o reforço a imagem subjugada do negro, ou seja, projetos que apesar da intencionalidade carregam marcas do racismo e conseqüentemente contribuem para a divulgação de um discurso essencialmente racista, essas ações precisam ser repensadas e melhor planejadas para trilhar um caminho mais efetivo, projetos como o da “Consciência Negra” precisam se estabelecer como mais uma ação de um propósito antirracista que deve ser executado diariamente.

Retomando a discussão sobre o papel da escola na visão dos professores entrevistados, no ponto de vista da professora Carlota:

*É um papel fundamental. Porque a escola está com a missão de educar. Que seria dar à família o ato de educar. Mas quem educa é a escola. Devido aos pais, assim, vivem situações de trabalho o dia todo, trabalhando. Como eu digo aos meus estudantes, a gente é uma família. Porque escola integral, eles passam nove horas na escola, e pouquíssimas horas em casa. Então, assim, é um tema que precisa ser melhor trabalhado, melhor abordado. De modo que a gente consiga uma sociedade melhor. (CARLOTA)*

A resposta de Carlota remonta o paralelo entre o núcleo escolar e familiar, justifica que a escola tem um papel inequívoco de educar o indivíduo tendo em vista o tempo que ele está presente neste espaço, se apoia também na justificativa de que nem sempre a família é presente o suficiente e a escola acaba tendo que suprir esta lacuna.

Carlota tratou da relação família e escola que é uma peça fundamental para a nossa discussão, mais do que assumir o papel familiar a escola precisa estabelecer uma conexão com este núcleo social, a ação pode e deve ser conjunta já que em ambos os espaços a educação acontece regularmente. Quando discutimos estratégias de combate ao racismo a família e a escola figuram como peças centrais deste propósito, obviamente o elo mais forte de conexão precisa partir do sistema de ensino para aproximar a relação família – escola, este é um papel

importante a ser assumido e executado pela gestão escolar no combate ao racismo, fazer da instituição familiar uma aliada é uma tarefa fundamental.

Segundo Moura (2005)<sup>35</sup> “A escola não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família”, todos os saberes construídos pelos alunos em contato com suas origens familiares é por vezes ignorada no sistema de ensino, com isso se forma um distanciamento entre esses paralelos que provoca o desconhecimento da escola para com o seu próprio aluno, o caráter étnico e cultural passa despercebido das ações do ensino que perdem uma ótima oportunidade de estabelecer um diálogo mais íntimo e profundo com estes sujeitos.

O elo entre a escola e a família não pode ser desconsiderado ou quebrado, ter a contribuição de ambos os núcleos sociais é um fator crucial da luta contra o racismo, é um processo que permite a ação de ambas instituições ao assumirem seus papéis na busca por melhoras no plano social, a inclusão é um dos horizontes a serem mirados na articulação dessa ação conjunta.

Ainda sobre o tópico da Escola e o seu papel no combate ao racismo, a professora Anabel declarou que:

*É promover a reflexão e uma desconstrução desse pensamento, né? Que acaba padronizando, digamos assim. E aí, essa padronização, ela acaba excluindo. Então, eu acho que a escola tem que ter esse papel, sim, de ampliar os horizontes, né? De simplesmente as pessoas conseguirem entender que o ser humano é diferente. A gente tem várias formas de belezas, de identidades, e a gente não precisa medir e criar um ranking para essa diferença, não. A gente só precisa entender que é diferente. E cada um vai seguir aquela característica, aquele comportamento e aquela configuração que te agrada. Mas também não deve impedir o outro de escolher a classificação, a identidade que ele se identifica. Então, é simplesmente isso. As pessoas aprenderem que diferente não é menor, não é pior, não é... é simplesmente diferente. (ANABEL)*

Anabel atenta primordialmente para a desconstrução do pensamento e dos estereótipos que perseguem a população negra, a professora entende a escola como um espaço de reflexão que tem uma grande capacidade de promover a quebra destes preconceitos, neste campo estaria o principal papel da escola enquanto instituição social, fazer os alunos compreenderem a existência da diferença e a construção do respeito mútuo, imprimindo a ideia de que não existe superioridade ou inferioridade advinda destas diferenças, assumindo este compromisso a escola está dando sua contribuição para o combate ao racismo em seu espaço de vivência, bem como na sociedade como um todo.

---

<sup>35</sup> IN: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

A quebra do preconceito por meio da reflexão é sem dúvida uma das responsabilidades da escola, com este propósito é possível promover questionamentos em torno de discursos de superioridade, discriminatórios e de violência, assumir o “respeito as diferenças” como um lema da didática demonstra a intencionalidade de tornar o ambiente próprio para a diversidade, entretanto adotar esta postura como parte de um discurso não é suficiente, ações de inclusão precisam seguir a verbalização para assim configurar a práxis antirracista no meio escolar, o questionamento e a transformação do espaço da escola são indispensáveis e ao mesmo tempo precisam ser encarados como inseparáveis.

Por último, a professora Dolores também nos relatou a sua visão sobre o papel da escola:

*A escola é um ambiente de discussão ampla, não somente os conteúdos do currículo, estabelecidos no currículo, mas também nós devemos formar cidadãos que vão viver em sociedade o melhor possível, respeitando os outros o melhor possível, respeitando a lei vigente. A escola tem um papel importantíssimo nisso, na formação do cidadão.*  
(DOLORES)

Dolores por sua vez se apegou ao aspecto da cidadania no indivíduo como uma das responsabilidades da escola, a professora compreende a escola como um estágio de preparação para a vida em sociedade, sendo tarefa desta instituição cuidar da formação cidadã, fazer o aluno compreender o mundo onde está inserido e as regras que precisam ser seguidas, sendo essas regras escritas em forma de lei ou traduzidas em maneiras de convívio social, configurando o respeito a todos que estão inseridos neste contexto.

O ser cidadão é uma prática que transcende o âmbito imagético, se dá no modo como o indivíduo conhece e se estabelece em uma sociedade, logo a escola é fundamental para a formação dessa consciência baseada no respeito as diferenças.

Este caminho também é significativo para o combate ao racismo, entender a formação do cidadão como uma base para o convívio na diversidade é imprescindível, no entanto é um processo criterioso e que precisa ser bem trabalhado, a desconstrução de problemas naturalizados na sociedade é uma tarefa árdua que apenas com a “intencionalidade” não será atingida, quando os discursos de ódio são banalizados a ação de desconstrução é ainda mais complexa, porém, sem dúvida é um projeto que tem na escola um estágio de suma importância, tecnicamente a formação cidadã é de fato um papel da escola.

A opinião dos professores entrevistados neste tópico nos ajudou a entender alguns dos seus pontos de vista, entre eles a concepção de atuação escolar no combate ao racismo, observando como estes sujeitos entendem a escola em que atuam, perpassando pela noção de responsabilidade que assumem enquanto profissionais da educação.

Uma característica peculiar a ser observada é o modo como estes professores entenderam o papel da escola na luta contra o racismo, cada resposta foi baseada em um percepção de atuação diferente, trazendo noções gerais ou mesmo básicas da proposta de ensino sem necessariamente abordar modos de combate específicos, outro questão é ainda que baseados em um contexto geral as respostas não apresentaram semelhança, o que explicaria essa situação? Qual seria o motivo desta divergência?

Provavelmente a melhor explicação para este fenômeno seja a ausência de um plano real de educação antirracista, um esquema de atuação pronto que direcione as ações que precisam ser tomadas para melhorar o convívio escolas e coibir o racismo neste meio, um método estabelecido e didático para mover e engajar os profissionais da educação neste plano de inclusão racial, dessa forma consideramos importante discutir a formação deste projeto de educação antirracista, debatendo pontos importantes que precisam estar presentes e que podem ser seguidos pelas instituições de ensino.

#### **4.2.1 Projetando o ensino antirracista**

Abordar um modelo de ensino antirracista significa acima de tudo pensar uma transformação no sistema educacional, a educação brasileira é repleta de características ultrapassadas que impedem seu avanço ou evolução nessa direção, como discutido no terceiro capítulo desta dissertação a educação representa um campo de interesses ideológicos, funcionando desta forma se torna ainda mais complexo propor algo que venha remodelar os defeitos de inclusão que a escola possui, no entanto isso não pode servir como desculpa para aceitar indiscriminadamente essa situação, sem pensar ou agir para modificar esta realidade. Neste último tópico usufruímos da teoria pedagógica de Paulo Freire e Eliane Cavalleiro para discutir uma didática libertadora baseada no antirracismo.

O modelo de educação permeado de elementos racistas pode ser comparado ao que Freire (1987) chama de “situação-limite”, Freire pega este termo emprestado de Vieira Pinto que conceitua esse ponto como: “situações-limites” não são “o contorno infranqueável onde terminam as possibilidades, mas a margem real onde começam todas as possibilidades”; não são “a fronteira entre o ser e o nada, mas a fronteira entre o ser e o ser mais”<sup>36</sup>.

A “situação-limite” pode ser encarada como uma realidade histórico-social fundamentalmente opressiva encarada como intransponível, uma espécie de barreira impeditiva

---

<sup>36</sup> PINTO, 1960, p. 284, apud FREIRE, 1987, p. 51.

para maiores estágios de evolução e de inclusão social, algo que não pode e nem deve ser contornado<sup>37</sup> mas precisamente superado na busca de uma transformação da realidade, os sujeitos inseridos nessas situações-limite precisam confrontar a realidade e não aceitar passivamente a opressão imposta.

Ao se separarem do mundo, que objetivam, ao separarem sua atividade de si mesmos, ao terem o ponto de decisão de sua atividade em si, em suas relações com o mundo e com os outros, os homens ultrapassam as “situações-limites”, que não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis, mais além das quais nada existisse. No momento mesmo em que os homens as apreendem como freios, em que elas se configuram com obstáculos à sua libertação, se transformam em “percebidos destacados” em sua “visão de fundo”. Revelam-se, assim, como realmente são: dimensões concretas e históricas de uma dada realidade. (FREIRE, 1987, p. 51)

Na perspectiva freiriana a “situação-limite” não é encarada como insuperável, as falhas do sistema de ensino que permitem a reprodução e perpetuação do racismo também precisam ser percebidas dessa forma, não podem ser tomadas como “freios” da transformação didática e social, devem ser analisadas na ótica do que são, ou seja, uma condição histórico-cultural que antecede esta geração mas que pode ser superada.

As ações de transformação da realidade necessitam ser planejadas de modo a impactar esta geração, mas visando principalmente as futuras, não existe perspectiva de uma virada radical onde todos os entraves são superados instantaneamente, este trabalho é um projeto mais duradouro que visa implementar mudanças substanciais que permitirão suporte para maiores avanços com a consolidação do objetivo.

Entre os passos a serem tomados para a construção de uma educação antirracista está a transformação do cotidiano escolar, tornar este ambiente mais acolhedor sem a opressão característica sofrida pelo aluno negro, para isso acontecer medidas precisam ser acatadas visando fazer da escola um âmbito livre dessa violência. Sobre esta “elaboração” de um cotidiano escolar que atenda as necessidades do público estudantil negro CAVALLEIRO (2001) propõe que este ambiente precisa:

a) reconhecimento da problemática racial na sociedade; b) desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitem o reconhecimento da igualdade entre os grupos raciais e, paralelamente, a aceitação positiva dos alunos negros pelos demais alunos; c) provimento de alternativas para a construção de autoconceito positivo e auto-estima elevada para crianças e adolescentes negros, incentivando-os a construir projetos de vida. (CAVALLEIRO, 2001, p. 149)

As medidas apontadas acima são imprescindíveis na busca por equidade na educação, as vivências e os fenômenos de opressão social como o racismo não podem ser ignorados na

---

<sup>37</sup> “Para Paulo Freire, elas não devem ser contornadas, mas analisadas, enfrentadas e estudadas em suas múltiplas contradições, sob pena de reaparecerem mais adiante com força redobrada”. (GADOTTI, 1996, p. 730)

identificação das necessidades dos alunos, tornar o espaço mais receptivo para os alunos negros é uma forma de proteção para esses indivíduos, medidas que carecem de imediatismo pois a violência não cessa, pensando nisto vamos destrinchar as ações possíveis para a implementação desses parâmetros de atuação.

O “*reconhecimento da problemática racial na sociedade*” deve se dar no discurso e nas ações, a escola precisa fazer do racismo uma temática mais presente na vivência do ensino, isso implica a adesão deste debate em todas as disciplinas e na organização de projetos com esse princípio regularmente (não se restringir ao dia da consciência negra), os professores necessitam reconhecer a carência dos debates e promover discussões sobre o racismo em sua didática de sala de aula. Para além das discussões deve ser de conhecimento geral (alunos, professores e demais funcionários) que a escola tem o combate ao racismo em seu regulamento, não unicamente ter por escrito, mas demonstrar o funcionamento na prática.

O *desenvolvimento de estratégias pedagógicas* para a inclusão de alunos negros é uma ação com caráter de extrema urgência, é essencial que o espaço escolar seja permeado pela cultura e identidade negra, não é aceitável manter um ambiente que valoriza a cultura branca europeia cristã e que simultaneamente demoniza a religiosidade do povo negro, não pode existir privilégio a qualquer credo partindo da premissa que a escola comporta diferentes identidades e religiões.

Além da “laicização” escolar é importante trazer aspectos da cultura do povo negro para o cotidiano escolar, tanto nas discussões didáticas em sala de aula quanto na forma de projetos de intervenção, comportando estas expressões culturais de forma natural e não como um produto exótico, tornando o ambiente escolar passível de identificação para os alunos negros, deixando estes confortáveis e livres para ter contato com suas características identitárias e se reconhecerem no ambiente de ensino.

O *provimento de alternativas* que presem pela construção de *autoconceito positivo e autoestima elevada* nos alunos negro é indispensável, estas estratégias inevitavelmente remetem a desconstrução da imagem estereotipada do negro, dessa forma o processo perpassa primordialmente pela formação de professores que devem refletir sobre a forma como se inserem em sala de aula.

O professor tem a função e o papel de ser crítico da imagem submissa imposta aos negros, um aspecto disseminado pelos discursos que por vezes se apresentam no próprio material didático, logo a análise dos conteúdos e o critério de escolha o material de estudo é indispensável, todos esses passos são importante para a discussão dos conteúdos com os alunos, a busca pela valorização dos aspectos simbólicos do povo negro é um ponto de destaque,

mirando descaracterizar o padrão de beleza europeizado e demonstrar o efeito negativo dessa questão na mentalidade social, expondo esses fatores como um produto dos discursos de afirmação hegemônica e sociocultural.

Os alunos necessitam de um ambiente saudável para construção positiva da sua autoimagem, é fundamental que a escola forneça ferramentas que supram essa necessidade e não seja a extensão da violência social, sendo um ponto de apoio para o desenvolvimento identitário e psicossocial da criança. O trabalho humano para a construção desse objetivo é fundamental, os sujeitos envolvidos no trabalho de formação escolar são o estágio inicial dessa proposta, a mudança sistêmica é mais complexa e demorada, também por isso focamos no trabalho dos professores que são a tradução prática do plano de ensino.

Neste ponto é crucial a reflexão sobre a formação de professores no Brasil, o direcionamento da educação antirracista precisa estar presente desde esse estágio, os profissionais da educação precisam entender o seu papel e acolher este projeto como parte do seu plano didático, direcionando sua atenção para os aspectos que denotam o racismo e atuando na desarticulação desse fenômeno social.

O contato dos professores com os alunos é um ponto vital nessa discussão, essa relação apesar de conflituosa é também repleta de afeto, desse modo é comum observamos na escola demonstrações de carinho (abraços, beijos) sobretudo nos primeiros estágios da educação, no entanto por vezes o aluno/a negro é posto de lado, um processo de marginalização que em algumas situações é motivado por uma característica reclusa do próprio aluno/a, mas que não pode ser ignorada.

É seguro dizer que esse sentimento de reclusão pode derivar do sentimento dele/a já se sentir deslocado naquele ambiente, de não se reconhecer em nada e não receber a atenção necessária, logo é preciso identificar esse problema e agir para incluir esse/a estudante, esse processo invariavelmente retoma a ação do professor, que diz respeito a observação e o tato para lidar com essas situações, questões que precisam ser trabalhadas desde a formação acadêmica até as formações continuadas oferecidas pelas redes de ensino.

Tomamos a liberdade de acrescentar mais dois pontos na proposta de CAVALLEIRO (2001) para a transformação do ambiente escolar, um deles se baseia na medida em que na *participação da família no meio educacional*, pois julgamos ser uma aproximação de suma importância, a família detém uma enorme contribuição (positiva e negativa) no processo de aprendizagem do sujeito, com isso é importante trazer este núcleo familiar para a edificação do ambiente de inclusão na escola, demonstrando na prática a tendência do projeto antirracista que visando inclusive a desconstrução de preconceitos que estão presentes na comunidade como

um todo, fazendo desta ação um contato direto com a sociedade o que eleva a proporção e o alcance da iniciativa.

Na lógica de expandir a luta antirracista para fora dos muros da escola julga-se importante o *contato com a comunidade* na qual a instituição está inserida, essa ação pode ser viabilizada por meio de projetos que possuam este direcionamento, o “dia da consciência negra” é um exemplo disto, no lugar de limitar o projeto com ações restritas a escola pode-se pensar em apresentações culturais que envolvam a comunidade, ações ao ar livre (em praças ou locais de boa circulação) que promovam aspectos positivos da cultura do povo negro: atrações de dança, barracas de culinária, exposição de arte, recitais de poesias, apresentação teatral, exposição e venda de livros; diversas possibilidades de ações motivadas pela promoção autores e artistas negros, sendo imprescindível os alunos negros assumirem o protagonismo da execução dos projetos, isso significa dizer que apesar do envolvimento de todos os estudantes o destaque e os holofotes devem estar centrados nos alunos negros.

É importante reafirmar uma vez mais que todos os pontos da proposta discutida são focados na transformação a realidade escolar racista, objetivando remodelar todo o aspecto do convívio para que o aluno negro seja acolhido da melhor maneira possível, fazendo da escola um núcleo de convivência a ser exportado para sociedade, notadamente não é um projeto simples e o apoio governamental é fundamental, no entanto não é necessário esperar a iniciativa do governo para caminhar rumo a uma escola antirracista, os profissionais do ensino podem e devem trilhar esse caminho diante das suas limitações, a conscientização e o engajamento são primordiais para colocar essas ideias em prática.

Para Cavalleiro (2001) a escola antirracista possui algumas características essenciais, as quais qualificam e determinam o caráter dessa proposta:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.

4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de “assuntos negros”.
7. Pensa meios e formas de educar para os reconhecimentos positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados.

As características do ensino antirracista apontadas por Cavalleiro (2001) ajudam a entender a estrutura deste ideal de escola, um modelo de ensino que não visa o aspecto conteudista, mas a formação crítica e social, fazendo do ambiente escolar um ativo importante na desconstrução do racismo na sociedade, apostando nas futuras gerações adultas (alunos) para romper com paradigmas desse problema no contexto social, influenciando no ponto de vista do discurso uma transformação cultural elementar.

Pôr em prática um projeto tão ambicioso requer comprometimento, é ambicioso na medida em que parte do sistema educacional se opõe à ação antirracista, desmotivando a promoção de debates em torno desta temática, posto que se formou um cenário caótico agravado com a promulgação da BNCC, uma medida esquematizada em torno de outras preocupações, o núcleo sociocultural foi deixado em segundo plano para priorizar uma educação técnica, modelo que atende as aspirações econômicas dos grupos hegemônicos.

Todo este *background* se impõe na forma barreiras para o ensino antirracista. Com isso, acreditamos que unicamente com o comprometimento e a união dos profissionais da educação, a luta contra o racismo na escola pode ganhar vida, o ensino antirracista é necessário poderá ser incorporado na didática e no cotidiano, indo muito além do que se propõe no plano de ensino da BNCC.

A BNCC é um obstáculo mas não pode ser encarado como um impeditivo, como aponta Arroyo (2011) o currículo é um “território de disputa” e não pode ser abandonado, assim o ensino antirracista deve estar presente na estrutura curricular ainda que não seja um parâmetro proposto, por isso destacamos a importância do dia-a-dia da escola como o campo de atuação

primordial, o currículo não se resume a determinações legislativas mas também a práxis na escola, trilhar o ensino antirracista na didática das relações escolares é o núcleo desse projeto, é o local de início e por onde pode se desenvolver a transformação do cenário de violência simbólica das instituições de ensino.

No ambiente escolar toda e qualquer situação onde exista indícios do racismo precisa ser acompanhada de ações reativas, cada denúncia de racismo deve ser encarada como uma oportunidade para a reflexão, nada pode ser ignorado já que a naturalização do racismo é um dos maiores adversários, é importante que essa medida extrapole o campo do diálogo e se estabeleça como parte do cotidiano dos alunos na forma de repúdio a atos de racismo, fazendo os estudantes entenderem a natureza e a gravidade deste problema, trabalhando a consistência da luta antirracista regularmente.

O caráter reativo da escola antirracista tem uma enorme importância simbólica, por vezes o aluno negro sofre com o racismo e não encontra segurança nas ações dos responsáveis pela escola, isso acontece pois muitas situações de violência racial são minimizadas ou mesmo ignoradas nessas instituições, esse fator contribui para retraimento do indivíduo, tornando a violência racial sofrida um aspecto aceito passivamente dando um caráter de impunidade, dessa maneira o aluno compreende que não possui qualquer apoio da escola e absorve para si toda a violência sofrida, com isso se forma uma rede de silenciamento que permite o aumento dos atos de racismo, daí vem a importância de atitudes que quebrem essa inercia e criem uma sensação de confiança e segurança para esses alunos.

Ainda que reativo, o trabalho deve antes de tudo ser preventivo, a prevenção ao racismo parte da educação dos alunos para esse objetivo, tendo o respeito as diferenças e desconstrução de elementos do racismo como um horizonte, criticando toda a estrutura social e os aspectos do discurso que configuram ou remetem a este fenômeno de violência.

A prática do modelo de ensino antirracista pode partir da ação dos profissionais que estão na linha de frente do ensino (professores, gestores e todos os outros funcionários da escola), a coletividade é o ponto de sustentação quando se persegue esse objetivo, mobilizando todos na naturalização do combate ao racismo.

Obviamente os funcionários da escola não podem ser integralmente responsáveis por tornar o ensino antirracista uma realidade, é dever do poder público prover subsídios que possibilitem a criação dessa escola inclusiva, a contribuição do estado é essencial para transformação do cenário sucateado da educação, entretanto existe uma urgência na aplicação de medidas que tornem o ambiente escolar mais propenso para o acolhimento de alunos negros, apenas a necessidade de imediatismo justifica citar primordialmente os profissionais da

educação em nossa análise, não é um apontamento de culpa mas um diálogo com os sujeitos que podem dar andamento a parte deste projeto ainda que sem apoio imediato do setor governamental, isso não significa dizer que o governo assumirá uma posição de isenção, as pressões para o financiamento do ensino antirracista precisam existir e são cruciais para tornar esse projeto mais eficiente.

Mobilizações sociais movidas pela demanda da escola antirracista são as vias de exposição da urgência deste projeto ao governo, a necessidade é evidente porém sem qualquer participação social dificilmente existirão incentivos governamentais para o remodelamento da estrutura de atuação escolar, também por isso o envolvimento popular é fundamental, é argumentável que que essa participação acontece mediante a conscientização da massa, sendo a escola um imenso espaço para promoção da politização dos indivíduos concluímos retomando o início da discussão sobre o “papel da escola”.

Essa é uma questão que não pode ser encarada no singular, a escola possui “papéis” a serem assumidos, um deles é o de se estabelecer como ambiente de origem do projeto de ensino antirracista, condicionando (observando suas limitações) meios para o alinhamento de sua didática com a proposta de inclusão racial discutida, instrumentalizando os alunos para percepção e o combate ao racismo, atuando para inibir a ocorrência desse problema sociocultural, se aproximando da comunidade social na qual a instituição educacional está inserida para a expansão do projeto, dessa forma incentivar mobilizações sociais que endossem a luta por essa causa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa se propôs a estabelecer um diálogo direto com a escola sobre o racismo, por “escola” entendemos todo os fatores que englobam o ensino, tanto o material humano quanto os produtos materiais, dentro desta perspectiva buscamos observar como o racismo está inserido na escola e a partir disto propor possibilidades de ações que incidam no combate a esse problema social.

O discurso figurou como a principal base de análise da nossa pesquisa, isso se deu pois acreditamos que os discursos produzidos no meio social revelam a estrutura da mentalidade sociocultural dominante, neste parâmetro está inserido racismo simbólico que é reproduzido constantemente, dessa forma nos debruçamos sobre o campo discursivo para detectar os traços do racismo no ambiente escolar.

Para tornar essa estimativa concreta trabalhamos com questionários e entrevista com alunos e professores, essa estratégia nos permitiu conhecer recortes da mentalidade social das regiões de Afogados da Ingazeira – PE e Tabira – PE, por meio desses conseguimos construir um entendimento sobre a maneira como o racismo é encarado nesta região, mais do que isso, foi possível refletir sobre a lacuna presente no entendimento sobre o racismo e o espaço que ele ocupa na escola.

Constatou-se que a escola apresenta inúmeras aberturas para a reprodução do racismo, no entanto considerou-se que esta instituição social resguarda uma posição importante na luta contra esse fenômeno sociocultural, um status que comporta a possibilidade de transformação social a partir da mentalidade, confrontando e desconstruindo os discursos que reforçam os estereótipos negativos sobre a população negra. Identificou-se essa capacidade diante do alcance que a escola possui, quase todos os cidadãos brasileiros entram em contato com a instituição escolar em algum estágio da vida, logo a grandiosidade de um projeto coletivo envolvendo este meio é deveras ambicioso, no entanto é ao mesmo tempo possível.

Quando observa-se o cenário da educação de maneira geral é desanimador, defende-se essa premissa tendo como parâmetro características negativas do ensino, dentre eles a escassez de debates que favoreçam o estudo do racismo e desconstrução dos estereótipos, a temática do racismo se tornou um produto quase exclusivo da área das ciências humanas o que prejudica a universalidade da discussão racial.

Tomando esse cenário em análise destaca-se a importância do ensino da sociologia, como disciplina integrante do *hall* das ciências humanas tem o estudo do racismo no seu escopo de conteúdo, mesmo tendo pouco espaço no currículo se impõe como um espaço de resistência

na discussão desse tema em sala, no entanto é preciso ir além, resistir é preciso mas a transformação desta estrutura escolar ultrapassada e propensa ao racismo é necessária.

Nosso principal argumento de confronto ao racismo se insere na proposta de um “ensino antirracista”, quando ressaltamos essa modalidade de escola nos referimos a um projeto de inclusão integral, um direcionamento que a partir da problemática racial também englobe outras questões de presentes no cotidiano escolar, ou seja, a ideia da escola antirracista também se refere a um ensino que combate a homofobia, o machismo, a transfobia e todas as outras formas de preconceito e violência.

A escola antirracista é precisamente a escola inclusiva, o principal anseio desta proposta é melhorar a qualidade do ensino, tornando o ambiente escolar mais acolhedor e competente na formação de cidadãos, direcionando a didática do ensino para um viés sociocultural de transformação das mazelas da sociedade, com foco na inclusão de todos os estudantes no processo de ensino, visando suas qualidades e limitações como parâmetros para a execução de um plano de atuação mirando o melhor desenvolvimento das suas potencialidades, combatendo os preconceitos que figuram sobre sua cor, necessidade especial, identidade de gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica física ou cultural.

É importante justificar o porquê da abordagem desses problemas da educação na perspectiva do racismo, o ensino brasileiro necessita de uma reforma positiva, algo que de fato reestruture o conceito do que é a escola na sociedade, uma reforma que atinja todos os setores do sistema de ensino e consolide um avanço social, por avanço social compreendemos a criação de melhores oportunidades para as crianças de origem pobre, transformando o ambiente escolar em um palco de afirmações identitárias sem inibições, criando a perspectiva cidadã nos sujeitos e fazendo esses entenderem a dinâmica social, dando instrumentos para a análise crítica da sociedade e conscientizando os alunos para superação dos estigmas sociais.

O racismo é um produto da vontade de dominação, “sendo produzido e sustentado nos dois planos – material e simbólico –” (ROSEMBERG, 2017)<sup>38</sup> o racismo é um fenômeno complexo e abrangente, se estende por múltiplos meios e manifestações culturais, logo está presente em todas as instituições sociais, dessa forma pensar a transformação escolar tendo como horizonte o combate ao racismo é um ato significativo.

---

<sup>38</sup> IN: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. (P. 131)

Na sociedade brasileira diversas mazelas sociais têm no racismo essência original, em um país onde “a pobreza tem cor”<sup>39</sup> o racismo tem um enorme peso na balança da desigualdade social, a fome e marginalização recaem sobre tudo em cima dos menos favorecidos, todos esses fatores de natureza histórica perseguem os indivíduos alvos do racismo, sobretudo a população negra que carrega sobre si o estigma da “inferioridade racial”, um discurso exaustivamente repetido e inserido no meio sociocultural, sendo forçados a sobreviverem em uma condição social precária, renegando melhores condições e fazendo das vidas da população negra um pedaço do jogo da biopolítica<sup>40</sup>.

O racismo no Brasil é parte da cultura e não respeita qualquer condição de existência, episódios dessa questão envolvendo crianças<sup>41</sup> negras exemplificam essa afirmação, em todos os espaços sociais o racismo aparece como um fator de opressão, embora grande parte dessas crianças não compreenderem o sentido da violência sofrida as experiências traumáticas marcam as suas vidas, a escola é um palco para estas situações, o que torna o núcleo do ensino um ambiente crucial dos esforços de combate ao racismo.

Combater o racismo não é uma tarefa simples, ao mesmo tempo em que se demonstra onipresente existem pessoas que insistem em negar a sua existência, no Brasil encontram-se movimentos que pregam um país livre desse problema<sup>42</sup>, com isso o trabalho não se resume a conscientização da existência do racismo, mas a um embate ideológico contra os discursos negacionistas que se propagam ininterruptamente, é um cenário caótico onde se materializam os discursos conservadores, ultranacionistas e até neofascistas, movimentos que infelizmente ganharam muito espaço e surfaram na onda do bolsonarismo brasileiro.

A escola não esteve isenta do conservadorismo brasileiro recente e se viu ameaçada por projetos como o *Escola Sem Partido*, que nas palavras de FRIGOTTO (2017) representa:

Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

---

<sup>39</sup> IN: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. (P. 132)

<sup>40</sup> Deveríamos falar de "bio-política" para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. (FOUCAULT, 1988, p. 133)

<sup>41</sup> Link de notícia relacionada: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/12/menina-de-10-anos-e-chamada-de-macaca-na-internet-e-mae-registra-queixa-na-delegacia.ghtml>

<sup>42</sup> Link de notícia relacionada: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/conservadores-organizam-evento-que-nega-racismo-no-brasil-servicais-da-branquitude-diz-douglas-belchior>

O território escolar é um espaço de disputa política, isso torna fundamental o alinhamento antirracista do ensino, alvo de constantes embates ideológicos o núcleo escolar demonstra um grande poder na divulgação de ideias, nesse terreno fértil existe a possibilidade de brotar a semente da inclusão.

A busca por iniciativas antirracista no meio escolar não é um projeto novo, já existem iniciativas<sup>43</sup> que pretendem trazer esta perspectiva, são atitudes louváveis que representam grande parte da luta mas ainda estão isoladas e carecem ganhar corpo, o combate ao racismo na educação deve ser uma ação coletiva e organizada, precisa ser embasada e seguir direcionamentos objetivos como os discutidos ao longo do último capítulo da nossa pesquisa, algo que norteie todo um trabalho didático extenso e abrangente, que englobe múltiplas instituições de ensino em prol desse combate ao racismo pregando o respeito a diversidade.

Toda a proposta discursiva, presente nesta dissertação, reafirma a existência do racismo no meio escolar, mas converge para a idealização de um ensino antirracista, observando que é uma possibilidade palpável tendo como exemplo as iniciativas existentes, iniciativas que se traduzem em projetos mas também na atuação de professores preocupados com a dinâmica da crítica ao racismo, tendo esses exemplos concretos reconhecemos a possibilidade de avançar nesse propósito.

Consideramos este trabalho um projeto embrionário de defesa de um modelo de escola mais inclusiva, é embrionário na medida em que necessita mais amadurecimento e pesquisas vindouras, no entanto funciona como um direcionamento didático da escola que objetivamos alcançar, logo concluímos destacando o objetivo de levantar discussões em torno da temática do racismo, observando o que a escola pode fazer enquanto instituição social para combater este problema, esperamos com isso contribuir dentro deste espectro do debate e assim incentivar trabalhos de pesquisa voltados para a elaboração de um modelo de educação antirracista.

---

<sup>43</sup> Link de notícia relacionada: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/premio-educar-homenageia-iniciativas-antirracistas-de-educadores-durante-a-pandemia>

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. Organizadora: Elaine Cavalleiro. São Paulo: Summus, 2001.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação infantil. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobrânszky. 6ª Ed. Campinas – SP: Papyrus, 2010.
- COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. **Educação e democracia**: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. Revista Brasileira de Educação (versão digital). V24, e240047, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782019240047>.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior**. In: AGUIAR, M. A .S.; DOURADO, L. F. (Orgs.) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.
- ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**: o legado da “raça branca”. Vol. 1, 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**: no limiar de uma nova era. Vol. 2, 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: O cuidado de si**. Rio de Janeiro. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. "A educação é um ato político". **Cadernos de Ciência**, Brasília, n. 24, p.21-22, jul./ago./set. 1991.

FOUCAULT, Michel. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREUD, Sigmund. **Obras completas: Totem e tabu: contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912 – 1914)**. Trad. Paulo César de Souza. Vol. 11. São Paulo – SP: Companhia das letras, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

FRIGOTTO, G. (Org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, G. **Reforma de ensino médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres**. 23 set., 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/23/frigotto-segregacao-aprofundada/>. Acesso em: 15 de janeiro 2023.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GALTON, Francis. **Hereditary talent and character**. Macmillan’s Magazine, Ed.12, p. 157-66, 318-27, 1865.

GALTON, Francis. **Hereditary genius**. London/New York: Macmillan & Co., 1892. Disponível em: <https://galton.org/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>

GOMES, Nilma Lino *et al.* **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. *In:* Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 41:** Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.** Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1976).** Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020.** Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acessado em: 23 de junho de 2021.

KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (Org.). **O racismo e o negro no Brasil:** Questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

MALÊ, Elias Santana. **Conservadores organizam evento que nega racismo no Brasil:** “serviçais da branquitude”, diz Douglas Belchior. 13 de julho de 2022. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/conservadores-organizam-evento-que-nega-racismo-no-brasil-servicais-da-branquitude-diz-douglas-belchior>>. Acessado em: 26 de janeiro de 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Trad. Marta Lança. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade.** Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Análise qualitativa:** teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva* [Versão eletrônica], v.17, n.3, p.621-626, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>>

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito:** Sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NUNES, Caroline; NASCIMENTO; Nadine. **Prêmio Educar homenageia iniciativas antirracistas em escolas durante a pandemia.** 20 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/premio-educar-homenageia-iniciativas-antirracistas-de-educadores-durante-a-pandemia>>. Acessado em: 26 de janeiro de 2023.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **A análise automática do discurso**. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp. 61-105). Campinas, SP: Unicamp, 1983.

PÊCHEUX, M. **Discurso: Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

Pinto, R. P. **Os problemas subjacentes ao processo de classificação da cor da população no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE; 1996.

PRIGOL, E. Liz, & BEHRENS, M. A. (2020). **Educação Transformadora: As interconexões das teorias de Freire e Morin**. *Revista Portuguesa De Educação*, 33(2), 5–25. <https://doi.org/10.21814/rpe.18566>.

RIBEIRO, C. R. “Pensamento do fora”, conhecimento e pensamento em educação: conversações com Michel Foucault. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.3, p. 613 - 628, set./nov. 2011.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação: As Minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

ROZA, L. M. Abordagens do racismo em livros didáticos de história (2008-2011). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 13-34, jan./mar. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Comum Curricular**. Movimento: Revista de Educação. Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Ano 3. n. 4. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2002, n. 20. pp. 60-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>. Epub 04 Abril 2011. ISSN 1809-449X. Acessado em: 5 de janeiro 2023.

SILVA, Maria Lúcia da. **Racismo no Brasil: Questões para Psicanalistas brasileiros**. In: *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil** [Versão eletrônica]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2003.

TORRES, Livia. **Menina de 10 anos é chamada de 'macaca' na internet e mãe registra queixa na delegacia**. G1, Rio de Janeiro – RJ, 12 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/12/menina-de-10-anos-e-chamada-de-macaca-na-internet-e-mae-registra-queixa-na-delegacia.ghtml>. Acessado em: 26 de janeiro de 2023.

## APÊNDICES

### QUESTIONÁRIO

- Este questionário é um instrumento para coletar dados para a nossa pesquisa de mestrado pela **UFCG - Sumé /PB**, tem como tema central “**O racismo no Brasil**”.
- Sua identificação não é necessária.
- Agradecemos sua colaboração ao responder o questionário.

DATA:     /     /	TURNO:
<b>Qual gênero você se identifica?</b> Feminino ( ) Masculino ( ) Não-binário ( ) Outro: _____	<b>Qual é a sua localidade de residência?</b> Zona Urbana ( ) Zona Rural ( ) Outra: _____
<b>Qual é a sua cor/etnia/raça autodeclarada?</b> Amarelo ( ) Branco ( ) Indígena ( ) Parda ( ) Preto ( ) Outra: _____	<b>Qual é a sua religião?</b> Candomblé ( ) Católica ( ) Espírita ( ) Evangélica ( ) Judaica ( ) Não tem religião ( ) Outra: _____
<b>Qual é a sua idade?</b> _____	<b>Você possui algum trabalho remunerado? Em que trabalha?</b> _____
<b>Qual é a sua orientação sexual?</b> Assexual ( ) Bissexual ( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Prefiro não declarar ( ) Outro: _____	<b>Qual é o seu estilo musical favorito?</b> Axé ( ) Funk ( ) Forró ( ) Rap ( ) Rock ( ) Outro: _____

**SOBRE A TEMÁTICA DO RACISMO****Na sua escola a questão do racismo é discutida/estudada nas aulas?**

- Sim, em datas específicas como na abolição da escravatura ou no dia da consciência negra. ( )
- Sim, apenas como conteúdo das disciplinas da área de ciências humanas (História, geografia, filosofia e sociologia). ( )
- Sim, o tema do racismo é discutido em todas as disciplinas de maneira interdisciplinar. ( )
- Não, o racismo não é estudado. ( )
- Outra:

---

---

**Sobre a cultura brasileira, você considera que:**

- A cultura brasileira é diversa e possui diversos tipos de manifestações, todas com identidade própria. ( )
- A cultura brasileira é apenas uma, apesar da grande variedade tudo pode ser considerado Brasil. ( )
- Tenho outra opinião:

---

---

---

**Qual é a sua opinião sobre as cotas raciais?**

- Sou a favor, as cotas representam um ganho social primordial para a inclusão e a diminuição dos efeitos do preconceito racial. ( )
- Sou contra, as cotas raciais são uma forma de preconceito e só beneficiam pessoas que não querem se esforçar. ( )
- Não tenho opinião formada. ( )
- Tenho outra opinião:

---

---

**Quanto as formas de racismo no Brasil, você considera que:**

- Só existe racismo contra negros. ( )
- Só existe racismo contra brancos. ( )
- Só existe racismo contra brancos, negros e indígenas. ( )
- Existem diversas formas de racismo, contra negros, indígenas, porém não contra brancos. ( )
- Não existe racismo no Brasil. ( )
- Tenho outra opinião:

---

---

**Dentro do seu conhecimento, o que é racismo?**

---

---

---

---

---

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **CONTATO INICIAL:**

*(Começar a entrevista perguntando a cor autodeclarada do entrevistado)*

- 1 – O que te levou ao caminho do magistério?
- 2 – Por que você escolheu o curso de (Ed. Física, História, Matemática, Letras, etc.)?

### **TEMÁTICA PRINCIPAL:**

- 3 – O que você sabe sobre a cultura afro-brasileira? (Caso o entrevistado mostrar alguma dificuldade, exemplificar usando as religiões de matriz africana)
- 4 – O que é o racismo na sua visão? (Existe apenas contra a população negra?)
- 5 – Qual é a sua opinião sobre a questão do racismo no Brasil?
- 6 – Você já presenciou algum episódio de racismo durante as suas aulas?
- 7 – Você trata do fenômeno do racismo em suas aulas? (Caso a resposta seja positiva) Em que momento do ano letivo?
- 8 – Qual é o papel da escola na luta contra o racismo na sua opinião?
- 9 – De alguma forma a escola contribui para o fenômeno do racismo?
- 10 – Gostaria de acrescentar alguma coisa sobre o que foi discutido, algo que considere relevante, mas que não foi questionado?